


A Defesa Nacional

N.º 629

Jan/Fev 1970

- 
- Editorial — O Presidente Costa e Silva
 - O Pensamento de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República
 - Civismo e Brasilidade na Integração Nacional
 - Os Primeiros Cavalarianos em São Paulo
 - A Derrota dos Huks
 - A Delinquência na Ação Comunista
 - Espírito Militar
 - Como Equipar a Artilharia de Campanha Brasileira?
 - O Cão — Seu Emprego Militar Através da História
 - O Ensino Programado
 - As Modernas Teorias Administrativas e o Decreto-Lei n.º 200 (de 25 de fevereiro de 1967)
 - Mitos e Verdades sobre a Explosão Demográfica

Cat A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 56º	Rio de Janeiro, GB — Jan/Fev 1970	Número 629
------------	-----------------------------------	---------------

SUMÁRIO

	Págs.
EDITORIAL — O PRESIDENTE COSTA E SILVA — A. de Lyra Tavares ..	3
O PENSAMENTO DE SUA EXCELENCIA O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA	9
CIVISMO E BRASILEIRIDADE NA INTEGRAÇÃO NACIONAL — Gen Div R-1 Frederico Rondon	15
SIGNIFICAÇÃO DA PALAVRA "CARAMURU" — Ten Cel R-1 Ulysses Medeiros	31
OS PRIMEIROS CAVALARIANOS EM SÃO PAULO — Maj Reginaldo Mi- randa	39
A DERROTA DOS HUKS — Cap Gélcio Augusto Barbosa Fregapani	43
A DELINQUENCIA NA AÇÃO COMUNISTA — Primeiro Sec. Emb. Antonio Amaral de Sampaio	51
UMA SIMPLES LIÇÃO DOS VENCEDORES — Cel Geraldo Knaack de Souza	57
ESPIRITO MILITAR — Ten Cel Jonas Correia Neto	59
PROTEÇÃO CONTRA ARMAS NUCLEARES — Ten Cel Ricardo Fernandes	67
COMO EQUIPAR A ARTILHARIA DE CAMPANHA BRASILEIRA — Maj Roberto Nunes Mendes	81
A GUERRA QUÍMICA E BIOLÓGICA — John Marriot — Trad Ten Cel Aluizio de Uzêda	87
A ARTILHARIA NA ANTIGUERRILHA — Cap Roberto J. Câmara Senna	101
O CAO — SEU EMPREGO MILITAR ATRAVÉS DA HISTÓRIA — Ten Cel José Alberto Baptista	105
VITÓRIA DO BRASIL NA FRONTEIRA	117
O ENSINO PROGRAMADO — Ten Cel Sergio Moraes Rego Reis, Maj Cléo Jurandyr Riani Lima, Cap Fernando Octávio Tavares Ferreira, Cap Sy- nênio Scotano Fernandes, 1.º Ten Wilson Faria Lima	119
O DISLEXICO ADULTO E SUA ALFABETIZAÇÃO POR UM MÉTODO LOGOPÉDICO — Professora Iracema Meireles	133
AS MODERNAS TEORIAS ADMINISTRATIVAS E O DECRETO-LEI N.º 200, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1967 — Cel José de Sá Martins	141
A REFORMA ADMINISTRATIVA CONTINUA UM EXEMPLO DE DESCEN- TRALIZAÇÃO — Cel Bruno Harger	155
FUNDAÇÃO OSÓRIO — RELATÓRIO DE 1968 — Gen Bda R-1 Felicíssimo de Azevedo Aveline	157
DE COMO AS RAS AJUDARAM O HOMEM A PISAR NA LUA — "O Globo" — Jeffe Pike	161
MITOS E VERDADES SOBRE A EXPLOSAÇÃO DEMOGRÁFICA — "O Globo" — Robert Mc Namara	165
INTEGRAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO — De "Scripta"	173
O QUE É NACIONALISMO — Do "Jornal do Brasil"	177
INFORMAÇÃO E PROGRESSO — Do "Jornal do Comércio"	179
DELEGAÇÃO DE AUTORIDADE — De "Scripta"	183
ASSINANTES EM DIA COM A REVISTA	185

Os que o acompanharam de perto, através das suas peregrinações por todo o Brasil, para auscultar diretamente as reivindicações do povo e sentir os seus problemas, pudemos testemunhar, entre as emoções dos aplausos com que o Presidente era saudado ao longo das caminhadas pelas ruas da cidade do interior, a fadiga que ele se comprazia em suportar, por mais que o advertíssemos contra os seus excessos, muitas vezes temerários.

Lembro-me bem das suas palavras, na primeira vez em que reuniu o Ministério. Eram de um estadista consciente do peso das grandes responsabilidades de dirigir um povo que clama, cheio de razão, contra as injustiças e os erros acumulados durante muitos anos de promessas e de mistificação, sem realizações positivas, mas, ao contrário, com o comprometimento do seu futuro.

O Presidente Costa e Silva tinha bem presentes ao seu espírito a complexidade e a extensão da gigantesca tarefa que lhe cumpria enfrentar, diante dos compromissos assumidos pela Revolução.

Era preciso prosseguir na luta em que se empenhara, com resultados auspiciosos, o Presidente Castello Branco, para a harmonização dos contrastes geográficos, econômicos e sociais do nosso país-continente.

O problema estava em lutar contra o tempo, no sentido de acelerar a implantação da infra-estrutura global do novo Brasil, com as vistas voltadas, sobretudo, para o homem brasileiro, o de hoje e o de amanhã, no quadro de um mundo trepidante, a transformar-se vertiginosamente.

Tinha o Presidente a percepção clara e segura de que o grande problema nacional estava, antes de tudo, em que

o desenvolvimento, sob todos os seus aspectos, era, e é, para o Brasil, não apenas um problema de segurança, mas, até mesmo, uma condição de sobrevivência da Nação, como verdadeira democracia.

Ao definir esse pensamento, no seu programa de Governo, ele punha nas palavras a autenticidade e o calor dos sentimentos que as inspiraram, dando timbre à humildade com que sentia sobre os ombros a grande carga da tarefa a realizar. Animava-o a firme determinação de a ela entregar-se, com todas as energias, sem considerar os inevitáveis sacrifícios pessoais que essa disposição representava como tributo, que iria até o do sacrifício da vida.

Ele colheu decepções, como todo homem digno, responsável e de boa fé, no exercício de tão alta e difícil investidura, mas viveu, em compensação, dias de glória e de emoções, que o armavam de novas forças, a cada grande conquista, sobretudo na sua luta contra a inflação e nos empreendimentos de base, em proveito das áreas, a bem dizer, inertes do território. Impelia-o a certeza, já evidente, de que a Nação e, em particular, a gente humilde, acreditava nele.

Como soldado, afeito aos hábitos austeros, à linguagem simples, com que transmitia o seu pensamento e os seus sentimentos, o Presidente Costa e Silva era mais ele mesmo quando, no meio dos seus discursos oficiais, sob o impulso do próprio temperamento, abandonava o texto escrito para falar de improviso, o que costumava fazer sempre que se via livre das restrições do protocolo.

Ele nem sempre foi compreendido na altitude cívica e na nobreza com que exerceu o Poder. Homem tolerante ao extremo, sobretudo com os adversários mais irreverentes e

mordazes, tudo fêz no que estava ao seu alcance, para defender, intransigentemente, como defendeu, a democracia brasileira, ainda indefesa pela falta dos instrumentos que se tornam imprescindíveis para resguardá-la das ameaças a que está sujeita e das novas técnicas empregadas para destruí-la, a coberto das próprias liberdades que lhe são essenciais, como está bem claro, agora, no consenso geral da Nação.

As Forças Armadas e, particularmente, o Exército, em cujo seio ele viveu a sua grande vida de soldado, na fidelidade do dever e nas servidões próprias da carreira militar, já prestaram ao grande e saudoso Presidente a homenagem póstuma do seu peito de reverência. Elas acompanharam, em todo o trajeto, das Laranjeiras, onde velaram o seu corpo, até o Cemitério de S. João Batista, onde ele recebeu as homenagens fúnebres, o cortejo funerário do grande Ministro da Guerra da Revolução.

Estas palavras de saudade e de reverência, escritas, agora, para "A Defesa Nacional", são apenas o eco e o testemunho escrito do quanto mereceu da Nação o Presidente Costa e Silva. Ela teve razões muito grandes para chorar a morte do grande estadista e soldado, que baqueou no meio da luta, pelo próprio destemor sem limites com que se empenhava para vencê-la, pensando apenas no Brasil.

Ocorre-me recordar, agora, as palavras com que eu tive a honra de saudá-lo, em nome do Exército, quando ele deixou o cargo de Ministro:

"Vossa Excelência vai encerrar a sua Carreira Militar, ainda mais prêso, e por bem mais graves responsabilidades, ao compromisso com o maior, o mais nobre e o mais imperativo dos deveres que ela nos impõe durante a vida toda: o de servir à Pátria."

E ele morreu servindo à Pátria.



MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA

O PENSAMENTO DE SUA EXCELENCIA O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Através de uma cadeia de rádio e televisão, o General Garrastazu Médici dirigiu-se à Nação, no seu primeiro pronunciamento depois de indicado para Presidente da República. Esse pronunciamento é o seguinte, na íntegra:

“Recebo a indicação do meu nome para a Presidência da República, consciente da responsabilidade excepcional dessa missão que me foi imposta pelo consenso das Forças Armadas e tornada irrecusável pelo confiante acolhimento da Nação.

Fiz tudo o que estava ao meu alcance para que meu nome não fosse cogitado. Não consegui, porém, demover meus pares, que tomaram a seu cargo a tarefa de resolver o problema sucessório, nem mesmo os três ministros militares foram sensíveis ao meu apêlo.

Não valeram e nem foram consideradas as razões que me levaram a declarar, mais de uma vez, meu veemente desejo de não ocupar tão elevado cargo.

Há quarenta e cinco anos sirvo ao Exército e a ele, somente a ele e à Nação, consagrei todo o meu preparo profissional.

Quis o Alto-Comando das Forças Armadas, auscultando os Altos-Comandos das Forças Singulares, selecionar meu nome para substituir o Presidente Costa e Silva, como capaz de manter coesas e unidas as Forças Armadas da Nação em torno dos ideais da Revolução de Março de 1964.

Impõe-me, assim, o Alto-Comando das Forças Armadas, mais um dever a cumprir. Não me cabe o direito de fuga.

Revolucionário desde a mocidade, atuei, em 1964, diretamente sob as ordens do Marechal Costa e Silva, a cujo Governo também pertenci. Durante esse estreito convívio, aprofundou-se a minha amizade e admiração por aquele eminente chefe militar e estadista. É, portanto, compreensível que, ao sentimento de pesar de todos os brasileiros pelo sofrimento que atingiu o Presidente, acrescente-se, em meu íntimo, a tristeza maior do companheiro de mocidade, de vida militar e de serviço público. Não desejaria substituí-lo, muito menos em tão duras circunstâncias. Mas aprendi, com o próprio Marechal Costa e Silva, que o destino do soldado não lhe pertence. Nem lhe é permitido escolher encargos.

Sei de minhas dificuldades, mas procurarei ultrapassá-las pela escolha de auxiliares capazes, dignos e patriotas que, em qualquer circunstância, tenham os interesses nacionais acima, e muito acima, de seus próprios.

A Revolução de Março de 1964 deu um novo destino ao Brasil, e sua obra, começada com o Marechal Castello Branco — de saudosa memória —, não pôde ser concluída pelo Marechal Costa e Silva, infelizmente enfermo e incapacitado para o cargo.

Cabe-me, portanto, por imposição de meus pares, prosseguir no rumo traçado por esses dois eminentes brasileiros.

O meu governo vai iniciar-se numa hora difícil. Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não pretendo negar essa realidade, exatamente porque acredito que existem soluções para as crises que a criaram ou que dela decorrem. E estou disposto a pô-las em prática. Dêsse modo, ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso País, e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Advirto que essa não poderá ser obra exclusiva da administração pública, e, sim, uma tarefa global da Nação, exigindo a colaboração dos brasileiros de todas as classes e regiões. Democracia e desenvolvimento não se resumem em iniciativas governamentais: são atos de vontade coletiva que cabe ao governo coordenar e transformar em autênticos e efetivos objetivos nacionais.

É preciso ficar claro que não vamos restabelecer as instituições que nos levaram à crise de 1964. Jamais voltaremos àquele sistema político que subjugava completamente a vontade popular ao jogo das manipulações de cúpula.

Nem àqueles desregrados impulsos de desenvolvimento, mais intuitivos que racionais, e que acabaram redundando na torrente inflacionária.

Temos viva a lembrança de que, por efeito daquele sistema, foram-se distinguindo, no País, uma minoria integrada nas instituições e uma grande maioria marginalizada. Com o tempo, passamos a enfrentar o risco de uma cisão interna, chegando ao ponto que obrigou as Forças Armadas a intervir, para salvar a unidade nacional, evitando a desagregação e o caos. Dêsse modo, as instituições não foram assaltadas pelos militares, como pretendem apregoar os inimigos da Revolução, mas, de fato, foram sustentadas pelos mesmos, no auge da crise que ameaçou cindir a Nação, entre uma minoria com participação na ordem econômica e política, e, de outro lado, uma maioria não disposta de qualquer renda e, conseqüentemente, sem meios práticos de poder exercer ou exigir os seus próprios direitos,

vivendo em condições que, como observou o Papa Paulo VI, na sua histórica visita ao nosso continente, não se coadunam com a dignidade espiritual do homem.

Por tudo isso, é inaceitável o retorno à situação pré-revolucionária.

Repudiamos a pregação dos extremistas, que exigem, de forma primária, a destruição das instituições.

E também o apêlo de oligarquias que recomendam a sua inalterável manutenção. Nosso dever é impor-lhe uma profunda transformação pela qual deixem de servir aos privilégios de minorias, para atender aos supremos interesses do País.

Essa reforma das instituições econômicas, sociais e políticas não será obtida com simples medidas corretivas ou repressivas, adotadas ao sabor dos acontecimentos. Exige, na verdade, uma revolução.

Foi isso o que as Forças Armadas se decidiram a fazer: completar o movimento de 1964, transformando-o em uma autêntica Revolução da Democracia e do Desenvolvimento, em consonância com as mais lídimas aspirações nacionais.

Vamos dar efetividade a esses objetivos revolucionários. Nesse sentido, iremos ouvir os homens de empresas, os operários, os jovens, os professores, os intelectuais, as donas-de-casa, enfim, todo o povo brasileiro.

Será um diálogo travado sobre o nosso País, os nossos problemas, os nossos interesses e o nosso destino. Naturalmente, esse entendimento requer universidades livres, partidos livres, sindicatos livres, imprensa livre. Igreja livre. Mas livres, acima de tudo, daqueles grupos minoritários que ainda hoje, como ontem, ora pela violência, ora pela corrupção, jogando com todos os processos de uma técnica subversiva cada vez mais aprimorada e audaz, pretendem servir a ideologias que já estão sendo repudiadas e superadas nos seus próprios países de origem. Na medida em que os estudantes, os políticos, os operários, os jornalistas e os religiosos conseguirem livrar-se dessas manipulações e manobras, assegurando autenticidade às manifestações de sua vida institucional, estarão conquistando a própria liberdade que — é bom deixar esclarecido — não cabe ao Governo outorgar, mas, apenas, reconhecer. Estarei atento a esse esforço de libertação, em cada dia do meu Governo. Mas não me deixarei iludir, nem iludir ao povo. Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade.

Apresentarei à nação, oportunamente, um plano econômico e administrativo, resguardando basicamente os resultados já obtidos pela Revolução, fixando as novas metas de incremento da produção e de expansão do mercado, tendo em vista a prioridade dos setores da educação, da saúde e da alimentação, o atendimento das regiões menos desenvolvidas, a estabilidade monetária, a correção dos dese-

quillibrios regionais de renda, a redução das desigualdades na distribuição das rendas individuais, os salários justos e a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento e, bem assim, os critérios das reformas institucionais.

Entretanto, insisto em afirmar que não acredito em nenhum plano de governo que não corresponda a um plano de ação nacional. Na marcha para o desenvolvimento, o povo não pode ser espectador. Tem de ser o protagonista principal. Daí, o apêlo que, nesta oportunidade, dirijo ao País: Que todos os indivíduos, classes, organizações sociais e políticas e centros culturais, em todos os recantos do território nacional, formulem os seus programas e reivindicações para o momento presente! Asseguro que nenhuma sugestão deixará de ser devidamente apreciada. Mobilizarei, para êsse estudo e análise, não só os órgãos de planejamento, mas, inclusive, as diversas instituições de pesquisa — civis e militares —, a fim de realizar o levantamento global das sugestões e a adequada formulação da sua síntese. Com isso, poderemos completar o plano de ação a ser executado nos próximos anos.

Precisamos reproduzir, na vida político-administrativa, aquilo que conseguimos, até hoje, nas atividades esportivas ou artísticas. De fato, é significativo que tenhamos obtido expressivos triunfos, exatamente naqueles setores em que ocorre uma entusiástica e comovida participação do povo. No entanto, não é possível que, no século das conquistas espaciais, no momento em que os modernos sistemas de computação e informação marcam o fim das soluções meramente ideológicas, no instante em que a extraordinária revolução da técnica possibilita o arranco de tantas nações para o desenvolvimento, não é possível, repito, que um país como o nosso não venha a registrar, também, realizações e êxitos marcantes na história da civilização. O Brasil é grande demais, para tão poucas ambições. E está a exigir dos seus filhos uma atuação que realmente corresponda à magnitude do seu território, bem como aos alevantados ideais das gerações que nos legaram todo êsse imenso patrimônio. Uma atuação, enfim, que se eleve à altura dos incontidos sonhos da mocidade que se prepara para dirigi-lo e cuja meta não pode ser outra, senão o triunfo final na arrancada para o desenvolvimento econômico e social.

No curso do governo, jamais procurarei impor o meu programa administrativo, mediante efeitos de propaganda ou a simples divulgação de resultados estatísticos. A última palavra será dada, de acordo com os reflexos que efetivamente se verifiquem nas condições de vida. Outrossim, qualquer sacrifício a ser imposto nos setores privados corresponderá, previamente, a um ato ou reforma do próprio governo.

Simultaneamente, ficarão fixados os limites em que o Estado atuará e aqueles dentro dos quais terão atuação, em maioria, os se-

tores particulares nacionais e, bem assim, os investidores estrangeiros que nos tragam a sua indispensável colaboração de técnica ou de capital.

Manteremos os nossos compromissos internacionais, deixando claro que os mesmos implicam em reciprocidade de tratamento. Vamos cumprir o que nos cabe e exigir o que nos é devido. Não pretendemos aceitar e, muito menos, impor lideranças de qualquer tipo, respeitando a lição da história contemporânea que nos ensina que a convivência internacional só pode ser mantida nos termos de uma comunidade de nações livres e soberanas. Permaneceremos unidos com os países do Hemisfério na luta em prol do nosso desenvolvimento e sempre no sentido da plena efetivação dos princípios cristãos da cultura ocidental. E continuaremos identificados com todas as demais nações, no esforço comum pela paz e pela mais justa distribuição das conquistas do nosso tempo, por todos os povos da Terra.

É com essa disposição que encaro as minhas novas e graves responsabilidades.

Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo. E confesso, lealmente, que gostaria que o meu Governo viesse, afinal, a receber o prêmio da popularidade, entendida no seu legítimo e verdadeiro sentido de compreensão do povo. Mas não pretendo conquistá-la, senão com o inalterável cumprimento do dever.

Desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo, advirto que todo aquele que atentar contra a tranqüilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência.

Quero transformar em dever de Chefe de Estado o desejo sincero de garantir a harmonia do empenho dos senhores juizes, legisladores e governantes, no âmbito federal como no estadual, para a convergência de esforços e colaboração mútua na consecução de nossos objetivos comuns.

Considero, também, que não podemos perder mais tempo, recordando os erros de administrações anteriores. Em vez de jogar pedras no passado vamos aproveitar todas as pedras disponíveis para construir o futuro.

Interpreto os anseios de afirmação nacional do povo brasileiro como uma tendência irrecusável de nossa época.

E procurarei ser fiel aos seus imperativos, simplesmente realizando um governo do Brasil, pelo Brasil e para o Brasil, dentro do concerto das nações livres da América e do Mundo.

Impor-me-ei, como comandante-chefe das Forças Armadas, a consciência de que tôdas as minhas atitudes e determinações terão a plenitude da correspondência de meus chefes comandados, dentro do rigor e da justeza das normas militares que, institucionalmente, nos regem a todos. Com base indiscutível no mais amplo respeito à disciplina, na fiel observância da cadeia hierárquica e sob o manto de inquebrantável coesão estarão garantidas as condições primordiais do preparo profissional-militar e da disposição para manter o ímpeto revolucionário, marcado na alma e na vontade de cada soldado do Brasil.

São êsses os meus propósitos. Que Deus, atendendo às minhas orações, me dê a força, a coragem e a firmeza de cumpri-los!"

*A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista
ao umbral de cada casa e a última frente se situa no
espírito de cada cidadão !*

CIVISMO E BRASILIDADE NA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Gen. Div. R/1
FREDERICO RONDON

"A condição primordial, para se chegar, conscientemente, à solução de um problema, qualquer que seja sua natureza, é enunciá-lo bem, apresentando seus dados essenciais de uma forma que facilite o raciocínio lógico.

"A verdade, portanto, deve ser a primeira preocupação de quem trata de boa fé um problema. A enunciação dos dados implica o conhecimento da verdade; e a solução será tanto mais justa, quanto mais exatamente se conhecerem aqueles.

"É dessa falta de exatidão dos enunciados, consequência do conhecimento imperfeito dos dados, que se ressentem, em geral aqueles que, entre nós, têm tratado as questões econômicas e sociais do Brasil Central. Na maior parte, nossos sociólogos e economistas são levados a soluções inexatas pelo espírito de generalização.

"Admitida a homogeneidade federal, passa o continente brasileiro a ser tratado por leis uniformes, assim no domínio social, como no econômico, sem atenção à diversidade de condições de vida que apresentam as diversas regiões do País..."

Estas singelas reflexões sugeridas pelo estudo de nossos problemas sertanejos, poderiam, sem grave risco de inadequação, estender-se e aplicar-se aos problemas brasileiros, em geral.

Assim, advertidos por uma longa meditação sobre a realidade brasileira, tanto em seus aspectos sertanejos, como nos que decorrem da vida cultural dos grandes centros, animamo-nos a tentar uma conceituação, tanto quanto possível, exata do que poderíamos chamar *Civismo* e, conseqüentemente, *Educação Cívica*.

O *Civismo*, como zelo, devotamento à Pátria, segundo definição clássica, não pode ser, no Brasil, senão o sentimento nacional brasileiro, a *Brasilidade*.

Coerentes com o nosso propósito de precisão de conceitos, como primeiro passo, para o domínio de nossos problemas psicossociais, passaremos, assim, a considerar o *Civismo-Brasilidade*.

O cultivo das virtudes cívicas não deveria visar, simplesmente, o aperfeiçoamento social, como vaga aspiração da comunidade nacional. Algo de concreto deveria corresponder àquela preocupação, tendo em vista o pro-

gresso da Nação Brasileira, pela consecução dos objetivos nacionais permanentes, entre os quais avulta, no caso vertente, a *Integração Nacional*.

O Civismo — convicção de Brasilidade, como fator da Integração Nacional, deve ser, antes de Solidariedade Humana, Amor à Pátria.

Amor implica o conhecimento profundo do objeto, neste caso, do País e da Nação, isto é, da Pátria Brasileira.

Não poderemos, pois, adiantar-nos em Brasilidade, isto é, em Civismo Brasileiro, sem o cultivo das ciências sociais, especialmente da Geografia e da História, que nos permitem conhecer a Nacionalidade, em sua base física, o País, e compreender a evolução nacional, desde seus primórdios, e, pela interpretação dos fatos sociais, prever os rumos da mesma evolução e, oportunamente, nêles influir, para a salvaguarda dos objetivos nacionais permanentes: a soberania, a integridade e o progresso.

Vale considerar, num humilde exame de consciência, nossas atitudes cotidianas, em face dos altos interesses da Pátria, nessa despreocupação com a verdade histórico-geográfica, mais interessados e, muita vez, melhor informados nos fatos internacionais e na evolução mundial, como Nação Ocidental, nesse mundo conturbado de nossos dias.

Num ensaio de sistematização destas idéias preliminares, tentaremos fixar nossa posição, num confronto das noções correntes com a realidade histórico-geo-

gráfica, restringindo quanto possível nossas observações à *Amazônia Brasileira* (o homem, a terra e o povoamento) e, após um relance sobre a conjuntura nacional, ao conceito de Nacionalidade (raça e ideologia), assinalando aspectos positivos e negativos da cultura brasileira e seus reflexos sobre o Civismo-Brasilidade.

O Brasil nasceu sob o signo da grandeza e da incompreensão. O próprio nome, de origem céltica — de *braas-i*, grande (Varnhagen) — que por predestinação dar-se-lhe-ia, significa, no século das descobertas, produto vegetal do Oriente e Ilha do Ocidente.

Descoberto por espanhóis, florentinos e genoveses, em fins do Século XV; possuído por portugueses e disputado por espanhóis, franceses, ingleses e holandeses, a partir do Século XVI, o Brasil atinge, por fim, a consciência de nação, após quatro séculos de fusão de raças e culturas, expansão continental e afirmação política.

Sua pré-história, postergada pelos conquistadores, não mereceu até o presente o devido lugar, na Cultura brasileira.

A etnografia brasileira, que deveria ser a base da formação do espírito nacional, como estudo e descrição dos povos, sob o ponto de vista das manifestações materiais de suas atividades, fica, assim, desfigurada por preconceitos tendentes ao predomínio dos vínculos culturais que nos prendem ao Velho Mundo, dos quais ainda não nos libertamos, em que pèse à consciência de

nossa emancipação política, como nação americana.

O incola teria sido a maior vítima da incompreensão assim gerada, em nossa intelectualidade. O atraso cultural, a antropofagia, o nomadismo e a indolência são as tônicas de tôdas as justificações da violência dos conquistadores.

Sua brandura e hospitalidade, no trato dos marinheiros de Cabral, teriam, entretanto, sugerido a povos verdadeiramente cristãos uma aliança sincera, para a realização dos elevados objetivos político-sociais que apregoavam — a conquista dos povos bárbaros para a fé e a civilização. Pelo amor, traduzido no respeito à vida, à família e aos bens dos povos americanos, teriam aqueles realizado mais sólida conquista, sem as nódoas que macularam a história contemporânea, em cujos episódios o espírito humano hesita em dizer quais sejam os bárbaros, se os cristãos que matam, roubam e escravizam indígenas indefesos, invadindo-lhes as terras, se aqueles que se defendem recaindo, por vezes, na barbaria, pela emulação que lhes trazem os invasores *cariíbas*.

"Os invasores traziam consigo bastantes germes de discórdia, que vieram a dar mul sazonados frutos venenosos, às suas novas terras. O selvagem, cercado sempre de perigos, não sabe o que seja tranqüilidade de alma; de tudo tem que prevenir-se e re-crear-se, fica desconfiado de caráter e inábil de pensar que querem concorrer para melhorar

a situação da humanidade... Nem nos humilhe essa triste condição dos habitantes desta terra, noutras eram; com pouca diferença, seria a mesma das terras da Europa, hoje tão florescentes, quando os fenícios, os gregos e, mais que todos, os romanos lhes incutiram a sua civilização que, com a sua língua, levaram à Lusitânia... (Varnhagen).

A antropofagia era "fato que, segundo alguns historiadores, se dava igualmente, no Velho Continente, entre os citas, dos quais pareciam proceder. Era o prazer que sentiam na desforra..." (V.)

O nomadismo teria resultado da impressão que deram nossos povos indígenas aos colonizadores de movimento coordenado, de migração para o norte, no litoral atlântico. Isso não obstava, porém, a que, em nosso País, se fixassem as tribos em *tauas* que duravam anos. E as descobertas do interior, na era das bandeiras, como as modernas explorações, surpreendem as tribos radicadas em aldeias situadas em territórios bem demarcados de seus domínios tradicionais, dos quais jamais se afastam, senão compelidos pela violência, tornando possível até uma esquemática de sua distribuição, no País, pelos grandes troncos etnográficos em que, até o presente, supõem-se divididos.

A decantada indolência do silvícola é a natural reação contra a escravidão que lhe querem impor os invasores. Operários, guerreiros, agricultores, "os verdadeiros construtores das cidades e povoações, após a descoberta, e

sem os quais os portugueses teriam perdido a conquista, pois, eram impotentes para a defenderem... (João Mendes de Almeida), passam os incolas a dar, ao menor vislumbre de brandura e compreensão dos europeus, inestimável esforço para a implantação do império colonial.

As primeiras gerações de sua descendência mestiça — os mamelucos — estava reservada a ingente tarefa da penetração do País, do desbravamento dos sertões, dilatando os limites do império até aos contrafortes andinos...

"Domingos Alves Branco (1778) entendia que à incomparável riqueza dos silvícolas e aos seus conhecimentos de ervas medicinais se devia o bom êxito dos trabalhos de exploração e de estudo dos cosmógrafos portugueses, ao longo da costa e no interior do País.

"Os tapulos, escreveu Elisée Reclus, eram, antes da introdução do vapor no Amazonas, os intermediários de todo o comércio, os guias de todos os viajantes...

"E qual a arte, o ofício ou gênero de atividade que ainda se não conseguiu que aprendessem e exercessem com proveito? Como trabalhadores de machado, não encontram quem os iguale, entre machadeiros de tôdas as origens; como canoieiros, navegadores de rios, são inigualáveis; como campeiros de gado, alcançam e excedem os nossos mais reputados boladeiros do Norte e do Sul; como lavradores, adaptam-se a todos os gêneros de

cultura: no Sul, o trigo; em São Paulo, o café; no Nordeste, o algodão e, por toda parte, o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, a cana-de-açúcar, etc. Se lhes fornecemos escolas, com facilidade aprendem a ler, escrever e contar. Suas mulheres aprendem a coser a máquina e elles ajeitam-se aos trabalhos dos motores a vapor das serrarias mecânicas, dos maquinismos de beneficiamento de cana, café, mandioca, algodão e cereais. Se o ensino se lhes oferece, ei-los tripulantes, foguistas e pilotos de embarcações a vapor ou gasolina. Tornam-se ferreiros, carpinteiros, seleiros, alfaiates, enfim, oficiais de qualquer profissão elementar que se lhes queira ensinar. Extratores de erva-mate, de óleo de copaiba, de poaia, de castanhas, de caucho e de numerosos produtos florestais, transformando-se em trabalhadores de construção e de conservação de estrada de ferro e de rodagem ou de linhas telegráficas. Com a mesma facilidade, aprendem a arte de manipular os aparelhos Morse, para receber e expedir telegramas. Na grande linha de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, o General Rondon já formou dez telegrafistas tirados do seio da nação parici; a Estrada de Ferro Noroeste, na seção de Mato Grosso, emprega dois telegrafistas terenos; um outro é praticante na linha de Campo Grande a Ponta Porã. E até como professores, datilógrafos e ourives há exemplo d'elles se aplicarem com sucesso..."

(Luiz Bueno Horta Barbosa, 1919.)

As novas disposições constitucionais referentes aos silvícolas, tanto às terras de sua possessão, como à proteção devida, pelo Governo Federal, às tribos remanescentes, nos sertões, e aos indivíduos e grupos semicivilizados, em todo o País, levam-nos a reconsiderar assertos e sugestões que, sobre o problema indígena brasileiro, expendemos em nossos trabalhos, à luz das Diretrizes Rondonianas, pelas quais se orientara o Serviço de Proteção aos Índios, desde sua criação, em 1910.

Cumprе reconhecer, através dos atos governamentais e, particularmente, daqueles que revelam a orientação doutrinária do referido Serviço, auspiciosa evolução, no sentido da predominância dos aspectos humanos e econômicos da assistência aos silvícolas, sobre os científicos ou, mais propriamente, etnográficos, de modo que o interesse da ciência, em que pèse aos seus elevados intuítos, não prejudiquem os interesses gerais, sintetizados na *incorporação dos silvícolas à Nacionalidade*, diretriz constitucional que, desde logo, afasta a possibilidade de uma legislação ordinária que coloque em segundo plano a integração nacional, dando expansão a intenções outras, nas quais preponderem, por exemplo, objetivos científicos, artísticos, raciais ou sectários (ou ainda de incentivos turísticos ou, simplesmente, de sensação publicitária) que conduzam ao isolamento, ao enquistamento dos remanescentes indígenas, em áreas restritas do território na-

cional, visando seu retrocesso cultural, para os citados fins.

Como aberração política assim delineada, tivemos o famoso Parque Nacional do Xingu, em boa hora extinto, o qual ia-se transformando naquele "cenário de opereta" a que nos referimos, onde nossos pobres índios liam representar "a comédia da vida, na qual transformar-se-ia a atual tragédia", conforme atestam ilustrações à venda nas bancas de jornais, em que se apresentam culturalmente desfiguradas, numa exuberância de cores e formas, nossas tribos docilizadas e evoluídas, capazes, portanto, de uma organização econômico-social que melhor correspondesse aos interesses gerais, nossos e deles, dignos, assim, de uma apresentação menos espetacular, porém, mais justa e verdadeira de seu estado social.

Cumprе ainda reconhecer o relevante papel reservado à primitiva organização tribal, na desejável reestruturação sócio-econômica de nossos silvícolas arcabouço natural de verdadeira cooperativa que, assistida pelo poder público, poderia (e deveria) em breve prazo evoluir segundo os moldes clássicos do cooperativismo. Teríamos, assim, a integração dos grupos silvícolas às comunidades rurais, sem a violência, que é de prever-se, da dissolução das tribos, antes, ao contrário, incorporando-as à Nacionalidade, como paradigmas de organização sócio-econômica de grupos afins, pela consangüinidade e convivência, aplicados à exploração agrícola.

O espírito de generalização com que, em geral, são considerados os silvícolas, seria responsável por certas soluções que, em nome da ciência, propõem-se aos seus problemas, dissimulando o sentido desumano e contrário ao objetivo da integração nacional, pela negação de suas aptidões para o trabalho.

Cumprido, certamente, conceder aos silvícolas maior tolerância, na interpretação de suas atividades, como elementos eficientes do desenvolvimento regional, pois, constituem trabalho lícito a caça e a pesca, a colheita de frutos silvestres e a agricultura rudimentar que praticam, tanto para o consumo próprio, como para o incipiente comércio. Excluí-los, porém, sumariamente, do cômputo da mão-de-obra, nos planos de desenvolvimento regional, seria, não somente injusto, como também contrário ao espírito da Lei Magna, visto como, marginalizando-os, retardar-se-ia sua incorporação à Nacionalidade, desperdiçando ao mesmo tempo seu concurso por vezes indispensável ao desbravamento dos sertões.

Os direitos dos silvícolas, como legítimos brasileiros, a essa assistência assim, minuciosamente definida pela Lei Magna, como encargo precípua dos poderes públicos, e sua incontestável aptidão para o aperfeiçoamento moral, intelectual e técnico, parecem-nos por demais evidentes, para que comportem uma discussão que transcenda dos métodos para o arbítrio da negação pura e simples, por escusos

interesses, comodidade, incapacidade administrativa ou preconceito de qualquer espécie que, em dado momento, queira desvirtuar o serviço público e suas primitivas diretrizes.

A consideração da obra missionária das operosas Prelazias da Amazônia convencerá os mais céticos, não somente da eficiência da catequese, como método de incorporação dos silvícolas à comunhão nacional, mas também daquela aptidão dos mesmos silvícolas para o aperfeiçoamento moral e material e, portanto, da possibilidade de seu aproveitamento, como elemento eficiente do progresso regional.

No entanto, o conhecimento imperfeito do problema indígena, manifestado pelo espírito de generalização, leva a maior parte dos brasileiros aos conceitos contraditórios: o índio é um forte; o índio é um indolente, embora sejam indolência e vigor físico estados incompatíveis no mesmo indivíduo. Indolente um homem que vive em luta contra a natureza, um vencedor, um forte?

Três qualidades características do silvícola são preciosos elementos que devem ser aproveitados, para abreviar sua integração à Nacionalidade: o misticismo, o espírito militar e a capacidade econômica, isto é, o valor pessoal, como trabalhador afeto aos rudes mistérios de suas regiões.

O Brasilíndio é espiritualista, muito imperfeito embora. Ele admite o sobrenatural e por vezes o teme. Mesmo o fetichismo, no qual invariavelmente o clas-

sificam os doutos, afasta-o do materialismo, tornando-o acessível à catequese. Aliás, a submissão do índio à civilização ocidental, através dos ensinamentos cristãos, é prática que tem em seu abono nossos quatro séculos de história americana.

O espírito de disciplina, que o índio cultivava desde a infância, sob a constante imposição de seus chefes naturais, aproxima-o do soldado. O aparato militar encanta-o, recordando-lhe de algum modo o ritual de suas tradições.

Nossa convicção da eficiência do método militar, na pacificação e organização dos silvícolas, consoante a experiência de nossas comissões sertanistas, tem-nos levado até a sugerir a criação de uma Reserva Indígena, constituída de índios evoluídos, em idade militar e pré-militar, enquadrados por elementos selecionados nas Reservas das Forças Armadas. Seria, aliás, a nosso ver, um tardio reconhecimento das Forças Armadas ao complemento genuíno que jamais lhes faltou, nas campanhas do passado, para a eficiente defesa de nossa integridade territorial.

Numa visão retrospectiva de nossas campanhas, na guerra e na paz, nos sertões mato-grossenses, impor-se-iam, como precursores de nossa Reserva Indígena, aqueles terrenos e guai-curus, cadiuós e caluás, bororós e paricis que, sob as ordens de Cândido Mariano Rondon, fizeram jus a citações que honrariam qualquer servidor militar.

A capacidade econômica do índio, em certas regiões do País, já alcançou mesmo a notoriedade dos fatos cotidianos, nessa luta acesa com os grupos pioneiros, em defesa de seus seringais e castanhais nativos, onde, tradicionalmente, caçavam e pescavam, em plena liberdade, e agora se iniciam nos misteres da exploração extrativa, entrando em franca concorrência, nos portos frequentados pelos regatões. E, tendo chegado a esse estágio de civilização, o índio também se tornou vítima do estado de coisas criado pela falta de organização rural e que se reveste, em cada região, de aspectos peculiares: aqui são as favelas, ali o êxodo rural, acolá os conflitos entre exploradores da indústria extrativa, indígenas e alienígenas, em concorrência, na solidão de nossas florestas incomensuráveis em busca das mesmas riquezas, na franja pioneira, onde já se alinham as tribos evoluídas que, atraídas pela civilização, põem em prática seus pendores industriais, à procura de meios para o intercâmbio com os centros avançados da mesma civilização.

Não tem sido outra, na verdade, a origem da insegurança e indigência de nossas populações indígenas alcançadas pelas frentes pioneiras ou envolvidas pela obra colonizadora que se alonga e amplia, no previsível quão louvável propósito de cobrir os espaços vazios da Amazônia, senão o despreparo daquelas populações para os inevitáveis contatos com os pioneiros, despreparo motivado pelas distorções da fina-

lidade tão bem delineada nas Diretrizes Rondonianas de 1910 e até explícita no mesmo título dado ao serviço, originariamente, incumbido da assistência aos silvícolas — Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais — o qual sugere o propósito de irmanar os brasileiros rurícolas, indígenas e sertanejos, orientando-os para o esforço comum, pela valorização humana e desenvolvimento regional, através da assimilação dos grupos heterogêneos e dispares, na mesma comunidade rural.

E não tem sido outra a causa do desconcerto verificado e pôsto em evidência em sucessivos incidentes, entre índios e sertanejos, senão o "indianismo", em seu interesse pelo índio, como objeto de estudos etnográficos... Daí à concepção do isolamento dos grupos indígenas, em parque teria sido um passo... à retaguarda, se considerarmos os objetivos nacionais citados.

Os frutos opimos dessa "orientação científica" do grande problema humano e brasileiro por excelência, orientação traduzida nas preocupações do "indianismo", não tardariam e já se manifestam, em realidade, na incoerência a que somos levados, com a participação do Brasil em congressos indigenistas (racistas, portanto, quando a Lei brasileira condena o racismo sob qualquer de suas formas) e até admitindo, em consequência, interpelações impertinentes sobre a conduta de nosso Governo, em face de crimes cometidos contra índios, em ter-

ritório nacional, como se se tratasse de minorias raciais sob tutela internacional.

Cabe-nos ainda considerar o problema indígena brasileiro, sob um dos aspectos que mais têm concorrido para a incompreensão generalizada que ainda se verifica: o número e a distribuição geográfica das populações remanescentes.

Não procedem, a nosso ver, as afirmações correntes, no sentido da redução daqueles números e áreas, com o intuito de subestimar as responsabilidades da assistência oficial.

Em primeiro lugar, cumpre dar à Lei Magna, em seus dispositivos que tornam imperiosa aquela assistência, o sentido lato que por sua natureza sugere, isto é, considerando amparados por aqueles dispositivos, não somente os silvícolas ainda em estado selvagem, mas também os grupos evoluídos que ainda vivem congregados em tribos e os que já se hajam incorporado às comunidades rurais.

Assim, cumpre reconhecer que as populações indígenas remanescentes têm, em todo o País, uma significação censitária indiscutivelmente maior do que aquela que aparentam os mais recentes dados oficiais.

Com a civilização progressiva, não somente das tribos, como também das regiões, tendem a aumentar as populações indígenas, pelo crescimento vegetativo (toda população duplica de 30 em 30 anos, segundo a média brasileira) e pela incorporação

de grupos outrora arredios. Os cruzamentos com brancos ou mestiços se fazem ainda em proporções insignificantes, em relação aos consúbios consanguíneos. A existência de índios em grupos mais ou menos numerosos e conhecidos, em todos os Estados e Territórios, sem exclusão dos mais desenvolvidos, como São Paulo, que ainda os vê em sua gloriosa metrópole, mercando seus pobres artefatos; no Rio Grande do Sul, que chegou a ter um serviço especial para sua assistência; em Goiás, com seus carajás, que chegaram à notoriedade, por suas aptidões para os contatos do turismo; em Mato Grosso, com seus mistérios agora acrescidos pela ânsia de publicidade do famoso Parque do Xingu; no Amazonas, onde o número de tribos conhecido excede 150; tudo isso nos leva a admitir, como dado geográfico, que o problema indígena tem, no quadro da atualidade brasileira, uma insosfismável importância e sua solução, humana e brasileira, pela integração definitiva, é imperativo inadiável para o Brasil.

* * *

Roquette Pinto deixou-nos, em páginas de RONDONIA, como Euclides em OS SERTÕES, a impressão pessoal colhida em contato com os nossos sertanejos, a qual podemos resumir em duas palavras: feios e fortes.

"São feios, efetivamente, aqueles sertanejos, muitos além disso vivem trabalhando, trabalhados pela doença. Pequenos e magros,

enfermos e inestéticos, fortes todavia, foram eles conquistando as terras áspers por onde hoje se desdobra o caminho enorme que une o Norte ao Sul do Brasil, como um laço apocalítico, amarrando os extremos da Pátria.

"É preciso lá ir, para retemperar a confiança nos destinos da raça e voltar desmentindo os pregoeiros de sua decadência. Não é nem pode ser nação involuída a que tem meia dúzia de filhos capazes de tais heroísmos..."

Na Baixa e Média Amazônia, como na Rondonia, o nordestino se enfileira entre os pioneiros sertanejos, conduzindo-os, por vezes, com o espírito combativo, o arrôjo e a tenacidade que o caracterizam.

Perlustrando rios imensos, dominando invios sertões, abrindo, na floresta clareiras de civilização, nordestinos surpreenderam o mundo, no limiar do século, com a Epopéia Acreana, dilatando as fronteiras da Pátria, num prévio e eloquente desmentido às dúvidas suscitadas pela literatura oficial, quanto ao seu valor, no recente episódio da chamada "Batalha da Borracha", como fácil justificação do insucesso administrativo.

O nordestino é, assim, "um vencedor, um forte", igualmente, na Amazônia, como em seus calcinados sertões natais. Afeito aos mistérios da indústria extrativa e da agricultura, ele facilmente prospera, dominando rios e florestas. Nos povoados insalubres e decadentes, entre a po-

pulação indígena, nas aldeias ribeirinhas dos altos rios, nas raíais setentrionais do País, encontramos aqueles atletas desleigantes, irradiando energia e brasillidade, isolados, resignados estóicos, nunca vencidos... Para viver, fazem-se índios, incorporando-se às tribos pelo casamento, adotando seus hábitos, aprendendo suas línguas, tomando parte em suas alegrias e em seus sofrimentos...

As correntes de imigração européia tiveram manifesta preferência pelas Regiões Sul e Leste. Não nos iludimos, porém, ao atribuir essa preferência, não a suposta incompatibilidade da raça branca, em relação aos trópicos, mas a fatores outros, além do clima — fatores sociais e econômicos. A preferência pelas regiões mais prósperas e pelas colônias já constituídas, onde estariam asseguradas aos recém-chegados, além do conforto da convivência de patricios, certas vantagens de assistência mútua, era fruto de mero bom senso ao qual as condições climáticas trazia um novo argumento.

Era de esperar que o Centro-Oeste, pelo desenvolvimento das vias de comunicações e os estímulos à colonização, pudesse, igualmente, em futuro próximo, atrair, não mais as correntes da imigração européia, reduzidas a menores proporções, pela contingência da recuperação econômica dos países de origem, após a guerra, mas os descendentes brasileiros dos imigrantes que se fixaram nos Estados do Sul, nestes 120 anos de imigração diri-

gida ou espontânea, desde a Independência até o deflagrar da 2ª Grande Guerra.

De fato, correntes migratórias do Sul e do Leste demandam o Centro-Oeste, nos últimos decênios, concorrendo para que Goiás e Mato Grosso duplicassem a população, com acentuada predominância de agricultores.

Para fazermos uma idéia aproximada da significação censitária desse movimento populacional, começaremos afirmando que 1/12 da população total do País já se encontra no conjunto regional Norte-Centro-Oeste, o qual abrange, incluindo o Meio Norte, a Amazônia Brasileira.

Restringindo nossas observações a esta grande região, constatamos o saldo positivo de 1.317.600 habitantes, no período de 1960-67, saldo que inclui apenas 80.000 habitantes (6,3%) atribuídos à imigração. Contudo, admitido o atual índice de incremento anual médio de 5,6% e confirmadas as perspectivas de reforço migratório, podemos prever, segundo estimativa oficial, para a Amazônia Brasileira, uma população de cerca de 8.400.000 hb, no próximo censo de 1970.

Com base nestes dados censitários, podemos contestar o refrão do despovoamento, como causa de subdesenvolvimento regional. A Amazônia Brasileira, com uma população que se aproxima dos 8 milhões em crescimento anual, sensivelmente, mais elevado que o do Nordeste (2,2%), Leste (2,7%) e Sul (3,9%), sendo a média nacional

de 3,3%, é, incontestavelmente, a região de mais intenso povoamento de todo o País, em números relativos. A densidade de 1,6 (hb/km²) aproxima-a do nível da Austrália, com 1,8 e do Canadá com 2 hb/km², países que, nem por isso, deixam de ser considerados potências econômicas.

São portanto, justificadas por legítimos interesses nacionais as reservas que, por vezes, temos oposto a certos planos de imigração em massa e até mesmo de internacionalização da Amazônia, apresentados como solução de prementes problemas de superpopulação... de outros continentes ou com o pretexto de acelerar o desenvolvimento regional, máxime quando consideramos, à luz da estatística, os problemas similares que já se prenunciam na evolução brasileira, dentro de prazos que não nos permitem mais qualquer dilação ou transigência de liberalidade, em relação ao solo e às riquezas naturais que devem constituir reservas das futuras gerações brasileiras.

Sem nos perdermos em controvérsia histórica, podemos assinalar a precedência do litoral amazônico e dos espanhóis, no descobrimento do Brasil, com as expedições de Alonso de Hojeda (junho de 1499) e Vicente Yañez Pinzon (janeiro de 1500).

É ainda no domínio espanhol que as explorações lusas se estendem de Itamaracá até ao Amazonas e, com a fundação de Belém, em 1616, transpõem o Meridiano de Tordesilhas e iniciam a conquista da Amazônia — o imenso refúgio da primitiva bra-

silidade, o verdadeiro país dos contrastes, onde têm lugar, em desconcertante proximidade e quase convivência, em pleno século XX, mostras da idade neopolítica e da moderna civilização.

Admitida, como descoberta do Brasil, a do litoral baiano, pelos portugueses, em abril de 1500, somos levados a consagrar, nos compêndios escolares, um evidente anacronismo que uma espécie de "complexo colonial" ainda não nos permitiu retificar.

Causa-nos agora estranheza e apreensão o movimento de instituições culturais, secundadas por intelectuais lusos e lusófilos do Brasil, com o mais decidido apoio de expressivas figuras do Governo português, para a comemoração do "Dia da Comunidade Luso-Brasileira", a cujos atos foram convidados portugueses e luso-brasileiros (*sic*), excluídos, segundo parece, os brasileiros de outras estirpes.

De escrito que, à sazão, oferecemos à "Revista da ADESG" (Jul 67) tomamos, como exórdio, alguns tópicos, para maior fidelidade ao primitivo pensamento:

"A data escolhida — 22 de abril — como a do descobrimento (e não 3 de maio, como quiseram outrora), não livra a comemoração da incômoda vizinhança do Martírio de Tiradentes — 21 de abril — cujo monumento se ergue, como negação da mesma comunidade de sentimentos, de fato, nem sempre reinante entre as duas Nações.

"Recente projeto de lei, mudando para "Comunidade Brasi-

lo-Luso-Africana" a primeira denominação, desfigurando assim, oportunamente, o movimento de retôrno ao passado que se encerrou a 7 de setembro de 1822, é frontalmente repellido pelos corifeus da "Comunidade Luso-Brasileira" pura e simples, como contrário aos seus evidentes objetivos geopolíticos.

"Como resultados imediatos desse acôrdo, cujos aspectos culturais e afetivos não logram ocultar aquêles geopolíticos a que nos referimos, são apontadas a vinda de técnicos e profissionais portugueses de nível universitário, para o Brasil, e a ida de soldados, marinheiros e aviadores nossos, para a luta em que se empenham as forças armadas portuguesas, pela conservação de seu império africano.

"Elementar prudência aconselharia que nos abstivéssemos do trato de assuntos de política interna, se quiséssemos conservar relações pacíficas e consolidar laços de amizade e simpatia. Admitir, unilateralmente, tal norma é que nos parece inadmissível, máxime quando se procura, através do sentimentalismo, colher frutos políticos, satisfazendo interesses sem reciprocidade, levando de algum modo o País a um movimento que, distinguindo os brasileiros pela origem, sugere outras comunidades, dando ao projeto em exame um sentido, talvez, inesperado e, certamente, não desejado por seus defensores, de desintegração nacional.

"O desprezo do 7 de Setembro — a data que se imporia, para o conagraçamento luso-brasileiro, se de fato aquêlê sentimento de

comunidade, de identidade nacional, norteasse os inspiradores dêste movimento, põe mais uma vez em evidência aquêlê aspecto geopolítico a que nos referimos.

"Preferir, para a glorificação comum, Pedro Álvares Cabral, o almirante que foi surpreendido pelo continente brasileiro a que chamou "Ilha de Vera Cruz"; que teria passado à história como um geógrafo sem curiosidade, não fôra o interesse de outros povos pela Terra de Santa Cruz; preferi-lo ao Príncipe Dom Pedro que, em sua sobranceira, identificou-se com a Nação Brasileira que, de fato, desvendou à civilização, atendendo aos conselhos da sã política e às aspirações brasileiras, é circunstância que não poderíamos deixar de assinalar, ao procurarmos compreender as razões profundas desse movimento da "Comunidade Luso-Brasileira", em que se empenham lidimos representantes da cultura portuguesa, de uma Nação que se tem caracterizado pelo senso prático (comercial diríamos) em suas relações com o Brasil.

"Conciliemos, pois, mais uma vez, os interesses nacionais em fraternal conflito, velando por que não se ultrapassem, nessa marcha retrógrada de nossa história comum, os limites do mesmo sentimentalismo que a teria inspirado, renunciando quaisquer intuits, presentes ou futuros, de incursões nos domínios da política interna."

Causa ainda apreensão, nas vésperas das "Comemorações Cabralinas", desta vez aos nossos simpáticos opositores, a atitude

brasileira (afinal modificada) contrária ao "Colonialismo", na Organização das Nações Unidas.

A deferência do Governo Brasileiro às solicitações dos promotores daquelas comemorações teria alentado, nas correntes do pensamento luso-brasileiro, a esperança de uma reconsideração daquela atitude, em que pèse a coerência com a nossa tradição, na esfera internacional.

Sempre nos pareceu, na verdade, estranha maneira de cultivar o Civismo de nossa juventude essa de recordar episódios de nossa história colonial, tão desfigurada até hoje, nos compêndios escolares, pela preocupação de habilitar os lusiadas a uma precedência que não lhes cabe, no descobrimento, e a uma benemerência por vezes exagerada, nos fastos nacionais.

Uma cuidadosa revisão de nossa história, para usos escolares, está em pauta e seria, na verdade, muito oportuna, como teste de nossa emancipação cultural, em face dessa juventude que anseia pela maioridade, estuante nas manifestações de altivez, na defesa de seus direitos à vida e à cultura.

Começaríamos colocando nos devidos termos a prioridade dos espanhóis, florentinos e genoveses, na exploração de nosso litoral, do Nordeste e da Amazônia, do Gurupí ao Oiapoque, inclusive o Rio-Mar, o *Mar Dulce*; assinando a displicência do descobridor português — do litoral do Leste — geógrafo sem curiosidade — que, em presença do grande País, julga-o uma ilha perdi-

da no Oceano, que poderia servir, quando muito, de estação naval, para a rota das Índias, e que, pelos 28 anos seguintes de sua existência, não teria manifestado qualquer interesse pelo País que descobriu.

A cordialidade luso-brasileira, propiciada pela Independência, deveria consolidar-se para sempre, pois é imperativo de nossa cultura e de nossas tendências sentimentais, mas a prudência aconselha-nos menos preocupações com o passado e mais objetividade no presente.

Voltando ao problema das colônias portuguesas da África, não sem certo constrangimento em entrar em alheia seara, parece-nos que a História do Brasil oferece episódios a meditar e lições de política a concluir, como experiência vivida em terras de ultramar, entre povos indígenas.

A integração nacional, que implica amor e compreensão entre os povos que devem formar a mesma nacionalidade, seria o grande objetivo a alcançar.

A elevação do país à categoria de província teria sido, apenas, a integração territorial. Resta a integração dos povos, pela igualdade de direitos, pela autonomia, pela fusão de europeus e indígenas, sem quaisquer restrições ou preconceitos, ideal político-social de que o Brasil é exemplo edificante.

Neste episódio da "Comunidade Luso-Brasileira", nossas relações com Portugal têm-se caracterizado, não há como negar, de um lado, pela objetividade e franqueza lusitana com que se têm pós-

to as questões internacionais, suscitadas e, doutro, pelo lirismo de intelectuais que, por vèzes, em fugas à realidade, vêem o Brasil realizado como grande potência, empenhado, não somente na integração de sua imensa hinterlândia, mas também em dominar o Atlântico Sul e a própria África Portuguesa e, esquecido das restrições constitucionais que se dispôs, disposto a perturbar a evolução política das Nações negras.

Como demonstração daquela franqueza lusitana, oferecemos à meditação dos luso-brasileiros as palavras lapidares com que o ilustre Ministro Franco Nogueira, inspirado no verdadeiro nacionalismo, define a política de seu País:

"Na definição da atitude portuguesa, não nos devemos determinar por emoção, ou por simpatia, ou malevolência, ou ódio em favor ou contra um povo ou outro. Não se trata de ser amigo ou inimigo de quem quer que seja. Haveremos de nos cingir à análise dos fatos, para assim mantermos clara e fria a nossa visão. E a primeira configuração que se nos afigura vital é esta: Para nós, os interesses portugueses têm prioridade absoluta sobre os demais, e a satisfação ou a cooperação com os interesses alheios não podem nunca realizar-se com atropelo dos nossos. Isto significa, antes de mais nada, que a noção de pátria tem de estar sempre presente e viva no nosso espírito." (Alves Pina, em O GLOBO de 8-6-68).

É tempo de fixarmos um conceito de nacionalidade condizente

com o passado e as aspirações, com a realidade histórico-geográfica do Brasil.

Parece-nos indiscutível, em face dessa realidade, a exclusão, para este fim, dos preconceitos de raça, em que pese, mais uma vez, aos desejos manifestados, com "pompa e circunstância", pelo grupo luso-brasileiro, com a grande atenuante da geral complacência e de ideologia política, qualquer que seja nossa íntima repulsa aos propósitos revolucionários dos opositores a nossas aspirações democráticas.

Soam bem aos nossos ouvidos as expressões correntes: "Nação latina" e "Nação democrática". O comodismo intelectual tem-nos levado a admiti-las sem mais exame.

A diversidade de elementos étnicos que entram, como sabemos, na composição da Nação Brasileira — o branco, o índio, o negro, o amarelo — exclui-nos, evidentemente, de uma classificação racial rigorosa.

Na predominância de brancos, cumpre reconhecer, nos últimos Censos, a contribuição dos importantes contingentes germânicos e eslavos.

Livres de qualquer preconceito — máxime desse tão discutido preconceito de raça pura — poderíamos, sem embargo, admitir e proclamar, com espírito de conciliação para com os racistas, a *Raça Brasileira* que já se manifesta, em seus caracteres somáticos, nos tipos predominantes de nossa população.

As dúvidas suscitadas pelos fatos sociais contemporâneos,

quanto à firmeza de nossas convicções democráticas de Nação Ocidental, obra de ativa minoria disposta, segundo parece, a subverter as instituições nacionais, deveria levar-nos a uma atitude nacionalista, não somente de defesa das mesmas instituições, mas também (e principalmente), do mais decidido empenho em dar solução aos problemas humanos decorrentes da conjuntura sócio-econômica, na qual têm lugar preeminente o subdesenvolvimento, a inquietação das massas urbanas e a insatisfação da juventude intelectual.

A preexistência da Nação Brasileira, no seio da Mãe-Pátria América, é conclusão forçosa da mesma história contemporânea, da qual decorre e se justifica o título de *descobridor*, que se atribui ao europeu, espanhol ou português (*descobridor* e não *fundador*).

O Brasil, Nação americana que evolui sob os influxos da civilização ocidental, em comércio e convivência com Nações européias (espanhóis, portugueses, franceses, holandeses), desde o dealbar do século XVI, assimilando os grupos alienígenas, pela miscigenação e a imposição da cultura indígena, através da língua luso-brasileira, elemento unificador, por excelência; o Brasil há de afirmar-se, pela consecução dos objetivos nacionais permanentes, como Nação do mundo ocidental — a maior das Nações católicas; Nação paradigma da harmonia social que somente a liberdade de crença, a ausência de preconceito racial e o espírito democrático, já consagrados em nossa Lei Magna e em nossos costumes políticos, podem criar; Nação símbolo da unidade, na diversidade dos povos dessa insofrida humanidade, de origem e destino comuns. (*)

"A natureza humana é complexa; exige, para educar-se, habilidade, tato e inteligência. O fundamental é fazer com que o educando adquira confiança em si mesmo, nos camaradas e na dignidade de seus chefes, para que se realize integralmente. É preciso vencer os frustrados e fazê-los reencontrarem-se como bons cidadãos e soldados."

MAR ARMANDO VILANOVA PEREIRA DE VASCONCELOS

(*) Ao fixar os conceitos de Pátria e Civismo, o autor reproduz algumas de suas teses nacionalistas expandidas em três livros que, sob o título de "Pelos Sertões e Fronteiras do Brasil", deverão reaparecer, fundidos e atualizados, com a "Coletânea de Estudos Amazônicos" (Reper Editora), sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura.

NOSSO APELO

VOCE, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCE, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCE, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCE, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCES, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

SIGNIFICAÇÃO DA PALAVRA «CARAMURU»

Tenente-Coronel R/1
ULYSSES MEDEIROS

Antes de dar também a minha opinião significativa sobre a palavra "Caramuru", começo transcrevendo uma parte histórica escrita por Frei Antônio de Santa Maria Jabotam. Impressa em Lisboa em 1761 e reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio de Janeiro, com a mesma ortografia da época, além de outras significações dadas por alguns autores, já divulgadas.

"Havendo já recolhido o Gentio às suas Estancias tudo o que do naufragio entendeu lhes podia servir, eles já tambem mais socegados nas suas cabanas, tratou Diogo Alvares de preparar algumas daquellas armas; carregava huma, faz tiro com ella acerta presa (seria alguma ave) dá com ella em terra, e foy tal o alvoroço no incauto Gentio, que meninos e mulheres se punhão em fugida, e os mayores em espanto, e admiração, de verem, e ouvirem uma tal cousa, e especialmente o dano, e estrago que causavam as bálãs sem serem vistas. Algum genero de desconfiança alcançou Diogo Alvares do espanto, e temor do Gentio, mas elle no melhor modo que pode os deixou satisfeitos, dando-lhes a en-

tender, que aquelle genero de instrumento não fazia damnos mais que a inimigos, que com facilidade, e menos perigo podião ser vencidos com aquellas novas armas, do que com os seus antigos arcos, e frechas. Era costume barbareo desta Gentillidade, como repetidas vezes deixamos notado, trazerem continuadamente guerras huns com os outros, e nesta ocasião as havia grande distancia, e querendo experimentar nestes inimigos, o que fazia Diogo Alvares nas caças com o seu alcaibus, sahirão em sua demanda, levando-o por Capitão. Avistarão-se os Exercitos, travarão as suas praticas, como costumavão antes de acometer, e sem esperar que estas se concluíssem, segura Diogo Alvares o Mayoral do inimigo, que estava na frente do seu Exercito, faz-lhes pontaria aos peitos, dispara a arma, e dá com elle em terra, cahindo repentinamente, sem menear com parte alguma do corpo, que era bastantemente avultado. Do qual damno, e estrondo, e de outros, que trazia carregados, e foy disparando com o mesmo effeito, confusos, e atemorizados todos os Exercitos inimigos, não só se puzerão em fugidas até o lugar desampararão;

e outros mais dos vizinhos, aonde chegava a noticia do homem do fogo, nome que lhe deo o mesmo Gentio, pelo que viam sahir do seu arcabus, desde a primeira vez, que a vista delles os disparou, e se foy estendendo por todos os mais, ficando Diogo Alvares em tanta reputação com estes da Bahia, e com o seu Mayoral, ou Principe, que determinação de o não matar, pela grande utilidade, que com elles se lhes segula para as suas guerras; e aqui no fogo deste arcabus se acabou de forjar toda a fortuna de Diogo Alvares. Nesta occasião, escrevem alguns lhe foy posto o celebrado nome de CARAMURUGUAÇU, que quer dizer, affirmão os mesmos: DRAGÃO QUE SAHIO DO MAR; porque, como hum Dragão, sahio do mar este homem para o estrago do Gentio da terra. Outra significação mais propria, e natural, e assim, a verdadeira, diremos logo qual seja a deste nome."

"Suposto dissemos, com os mais Escriitores, que o nome CARAMURUGUAÇU, foram posto pelo Gentio a Diogo Alvares pela braveza, com que com hum Dragão sahira do mar para destruir, e tragar muitos daquelles barbaros, não concordamos que fosse esta a causa primitiva daquelle nome, antes outra como agora diremos, seguindo a commua tradição do mesmo Gentio, participada destes, e do mesmo Caramuru aos seus descendentes. He tradição constante derivada dos primeiros até os de agora, que naufrada a Náo de Diogo Alvares, como fica dito, entre os baixos do Rio Vermelho, da entrada da Bahia, e

acudindo alli o Gentio, com o Mayoral destes acompanhou tambem sua filha, de que falamos, e que andando ella com o pay, por entre aquellas pederneiras, por estar de todo vazia a maré, a colheita dos despojos, vira a tal India a Diogo Alvares em a cavidade de uma dellas, onde o susto e temor do numeroso, e bravo Gentio o havia escondido, condição natural, e innata do homem, occultar-se do inimigo, o que se não acha com meynos opportunos para a sua defeza. Então a India, ou como admirada da sua primeira vista, ou compadecida da sua fortuna, chamara pelo pay, e apontando para Diogo Alvares, entre aquellas aberturas, dissera assim: CARAMURUGUAÇU, que foy o mesmo que dizer: Olha pay, que Moréa tão grande! E que logo affeição da sua vista, pedira ao pay que o não matasse; e levado para a praya, co se vio com signaes de vida, hum tal patrocínio, ajudado de seu natural genio e esper-teza, se introduzio com elles na arrecadação, e conduta dos despejos da Náo. Esta é a tradição antiga deste successo, e em tudo muy ajustada, e conforme com o nome de CARAMURUGUAÇU, que foy posto a Diogo Alvares por este Gentio. Porque Caramuru na sua lingua, quer dizer Moréa, especie de pescado, que tem por habitação as cavernas das pederneiras, e nesta do Rio Vermelho, em que succedeo aquelle naufragio, as havia tão grandes, e deformes, que chegavão a tragar os Indios como se fossem féros tubarões, e GUAÇU quer dizer grande, como de vul-

gar na mesma lingua. E como Diogo Alvares foy achado entre aquellas pederneiras, habitação destas Moréas, como se fosse alguma dellas, e das grandes, lhe foy posto o nome de CARAMURU-GUAÇU. E assim concordamos, que este nome foy posto, propria, natural, e historicamente falando, por ter achado entre as cavidades daquellas pederneiras do naufragio, fosse por quem quer que fosse, como uma grande Moréa, à imitação das muitas, que nellas habitavão; e moralmente appropriado a elle mesmo, quando na primeira guerra venceu com o seo arcabus aquelles inimigos, como hum grande e feróz Dragão, que sahira das aguas para os tragar; porque só por appropriação, ou methaphora, se podia dizer Dragão do mar o que nelle fora achado como grande Moréa. Este primeiro lho pôs naturalmente a inclinada India, quando como Moréa grande o tirou de entre as pedras, para lhe dar piedosa vida; o segundo que foy appropriado pelo Gentio, quando elle como hum cruel Dragão, que sahio do mar, atirou a multos; e assim, significando o nome CARAMURU-GUAÇU, hum só individuo, ainda que grande, ficou Diogo Alvares, com este grande nome, hum só CARAMURU-GUAÇU, com dois significados: com o primeiro de MOREA GANDE, pela naturalidade daquelle caso; com o segundo de DRAGÃO DO MAR, por appropriação do seu valor. Foy este naufragio de Diogo Alvares pelos anos de 1518, com pouco differença, ou mais certo de 1516, pelas

razões de conjectura, que logo diremos."

"Foy esta huma das mais dilatadas naçoens da Costa do Brasil; porque não só a Senhorava desde o Rio de S. Francisco da parte Sul até toda a Bahia, por quasi cem legoas, e muitas Ilhas da sua Enseada, com a da Itaparicá, e outras mais, mas tambem os achamos disposos, e situados por outras Capitánias, e intrometidos entre as mais naçoens, como no Grão Pará huns poucos outros no Maranhão, Paraíba, Tamaracá, Pernambuco, e assim em algumas partes mais. Estes se jata-vão de serem os principais, e ainda os primeiros Povoadores destas Costas do Brasil, e de quem os mais descendião todos; e suposto nesta precedencia tinhão contra si, e com mais razão, e fundamentos aos Tabayarás, he sem duvida, que se não foram os primeiros, entrão como principaes na sua divisão; e isto confirmão algumas singularidades suas, como ser a sua lingua geral com os mais naçoens, que se tem por principaes, e primeiras, e jactarem-se as outras de serem parentes dos Tupynambás; e serem com os destes communs os seus costumes, e gentildades. Era esta nação também das mais guerreiras, e foy ella humas das que derão bem em que cuidar aos Portuguezes por muitos annos, naquelles principios, e nas fundaçoens dos lugares em que elles habitavão como na Bahia, e outras. Também tranzião continuas guerras com os seus vizinhos Cayetés, ainda que com estes, era só quando buscados por elles; as mais porfiadas

erão com os outros da Bahia, de donde nos seus principios lançarão a maior parte dos Tabayarás, que primeiro habitarão as suas Costas. Erão os Tupinambás muy trabalhadores das suas lavouras, que plantavão, e entre ellas a principal a Mandioca, que dizião lhes ensinára o Apostolo S. Thomé, quando viera prégar aos seus antepassados. Também erão bons tragadores da carne dos seus contrários, e muito melhor dos Portuguezes. Usavão casas, ou choupanas, com melhor forma que as outras naçoens, com os mais costumes, e Gentilidades commuas a todas."

"Este meo julzo seguirão os dous Academicos a que foy encarregado escreverem as noticias, naturalidade e descendencia de Catarina Alvares, ou Paraguaçu. E como elles não obstante tudo isto, ainda discordãos algũa couza entre sy, não só no tempo ean nos em que com o seo consorte passarão à França; mas tambem no em que chegou à Bahia a primeira vez Diogo Alvares; quando a esta aveyo tão bem Christovão Jaquez, mandado por El Rey D. João III, e quando este mesmo Monarcha fazendo doação da Bahia a Francisco Pereira Coutinho a veyo elle fundar: e os taes collegas, e Academicos citarão, por me fazerem honra à primeira Parte da minha chronica, onde como fica dito, no seo Preambulo tratel estes pontos, me pareceo ser necessário fazer neste lugar algũa repetição do que naquelle fica tratado, com algũa reflexão maior e acabando de mostrar, como, de nenhuma sorte podia ser sobredita Catari-

na de Medices madrinha do bautismo e casamento de Catarina Alvares. Além deste ponto tocar-mos tão bem de passagem outros mais conducentes ao descobrimento e fundação da Bahia. Para clareza de tudo devemos assentar, como fundamento duas couzas: huã absolutamente certa nos escritores e historiadores, outra tirada tão bem do que se acha escripto, e fundado só em tradições, ainda que continuadas e seguidas, e seja esta a primeira, e a Bahia capital do Brasil; e assim como este foy descoberto a primeira vez por Pedro Alvares Cabral sem deligencia dos homens, e só a cuidado de Deos; assim esta parte que lhe havia servir de cabeça, foy tão bem entrada a primeira vez por impulsos superiores, mais do que por diligencia humanas. Foy o primeiro Portuguez, que entrou nella, pisou as sua prayas e terras, que ficão à margem, Diogo Alvares Correia, que aqui chamarão Caramuru os seos Gentios, não mandado a esta empreza pelos seos Reys e Monarchas, mas gulado por destino da sua sorte, e a Providencias do Altissimo."

"Com isto se responde tão bem aos que querem viesse à Bahia primeiro, que o Caramuru Christovão Jaquez; porque este foy mandado pelo dito Rey D. João III depois que entrou no governo este Monarcha, e depois, que Gonçallo Coelho lhes trouxe as noticias daquelles descobrimentos, e já quando o Caramuru da Bahia tinha partido para França pelos annos de 1524. Ve-jão o que dissemos sobre isto no Preambulo da primeira parte e

Estancia, que trata do Caramuru, e ali se verão tão bem a razão, porque não deo, ou não quiz e lhe conveyo dar Christovão Jaquez a noticia, que podia achar na Bahya do Caramuru, se he, que a teve, e alcançou do Gentio. A chamou tão bem o Gentio na sua lingua;

ABATATA — que quer dizer homem do fogo; e só nos faltou escrever alli este nome, que depois achamos em hum manuscrito como tão bem em hum caderno antigo dos obitos da Sé da Bahya o assento seguinte: Aos cinco dia do mez de Outubro de 1557 falleceo Diogo Alvares Correia, caramuru da Povoação Pelreia; foi enterrado no Mosteiro de Jesus. Ficará por seu testamenteo João de Figueiredo seo genro; o cura João Lourenço, a folha 70."

CARAMURU — Significação dada por Gabriel Soares de Souza (1557). Chamado assim pelos gentios, espécie de peixe, chamado pelos portugueses moréa, estes tipos de peixe mordem muito, tem muitos espinhos e são muito gordas e saborosas, vivem junto das pedras, onde as tomam a mãos.

CARAMURU — Significação dada por Fernão Cardim. Instrução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Foi escrito nos anos de 1583, 1606 e 1624. Estes peixes são como as amoreas de Portugal, de comprimento de dez a quinze palmos; são muito gordo, e assado sobem a leitão; estes tem extranhas dentaduras e ha muitos homens aleijados de suas mor-

deduras, de lhes apodrecerem as mãos ou pernas onde foram mordidos; tem por todo o corpo muitos espinhos, e dizem os naturais que tem ajuntamento com as cobras da terra, porque os achão muitas vezes com elas enroscados, e nas praias esperando as ditas moreas

CARAMURU — Significação dada por José de Alencar. Caramuru é composto de cara, alteração de para-mar, e moro, gente; homem do mar. O selvagem acreditava que as águas eram habitadas, e daí nasceu a lenda da mãe d'água, que se transmitiu à raça invasora. Nada mais natural do que chamarem os primeiros homem branco que lhes appareceu surgindo do oceano, caramuru — o guerreiro do mar.

CARAMURU — Significação dada por Theodoro Sampaio: Caramuru, apelido de Diogo Alvares entre os Tupinambás da Baía. Os primeiros historiadores ou cronistas deram-lhe por significado — dragão saído do mar, ou homem do fogo. Se o apelido bárbaro não está alterado é mesmo que **moréa**, espécie de cobra marinha (Lepidosirem paradoxia); se, porém está corrupto, pode vir de caray-muru — que se traduz: **o homem branco molhado**, ou fig. O naufrago o branco que deu a costa.

CARAMURU — Significação dada pelo Prof. Julio Romão da Silva, no seu recente livro "Denominações Indigenas na Toponímia Carioca" que etimologicamente, admite-se a interpretação: (carã cilindriforme e ôco) muru (interj. terrível, fantásti-

co, dos diabos) — alusão ao bacamarte de Diogo Alvares, cuja detonação e derrubada de uma ave com o tiro, causara estupefação aos índios, arrancando destes as exclamações: cará-muru! cará-muru! Abá-tá-tá! Abá-tá-tá! — cará dos diabos, homem do fogo.

Como se poderá deduzir pelas explicações dada por Frei Antonio de Santa Maria Jaboatam, que na ocasião em que Diogo Alvares dera um tiro num pássaro, os silvícolas, isto é, a tribo Tupinambá se apavoraram, mas não deram gritos expressando a palavra caramuru, isso aconteceu na ocasião da luta entre as tribos Tupinambá e Cayeté (Caieté), quando Diogo Alvares tratou de matar o maioral desta tribo, foi nesse mesmo momento que os Caietés apavorados, começaram a gritar expressando a palavra ABA-TATÁ, que quer dizer: **homem do fogo** no linguajar Tupi, por sua vez os Tupinambás, da qual fazia parte Diogo Alvares, começaram também a gritar, expressando a palavra caramuru, como também caramuru-guaçu, se referindo ao homem branco saído do mar e que já estava, bem dizer familiarizado com a Tribo Tupinambá. Acontece ainda que ambos as tribos em luta falavam a lingua Tupi.

Note-se que nas explicações dadas em relação a palavra caramuru, por Gabriel Soares, Fernão Cardim, José de Alencar, Theodoro Samapalo e Julio Romão da Silva, os três primeiros não fazem nenhuma menção sobre a significação, como sendo

homem do fogo, a não ser os dois últimos.

Agora uma explicação da minha parte, como estudioso que sou da lingua Tupi e Guarani.

A palavra caramurú, poderá ser uma corruptela de **ocara-mu-irúmo**, **ocara** significa o que está para fora, por exemplo: si está dentro de uma casa, que seria no linguajar Tupi **oca** e daí se saiu para fora da casa, se entende que se saiu para o **ocara**, isto é, para fora da casa; si se está dentro d'água, ao sair dela se está no **ocara**, isto é, para fora d'água. **Mu-irúmo** ou simplesmente **irúmo**, significará junto ou com.

No caso, si a tal moréa que os Índios chamavam de **caramurú**, não só costumavam permanecer nas locas de pedra, isso na beira do mar, sair também para se encontrar com as cobras da terra, então saiu para o **ocara** e para se juntar **mu-irúmo**.

Segue mais alguns exemplos, dando a significação dentro da lógica:

Homem do fogo — Abá-tatá;

Homem do trovão — Abá-sununga;

Homem do sol — Abá-coaraci;

Homem do dia — Abá-ára;

Homem da lua — Abá-iaci (yacy);

Homem da noite — Abá-putúna;

Homem das estrelas — Abá-iaci-tatá (yacy);

Homem das águas — Abá — í (y);

Homem dos mares — Abá-pará;

Homem dos rios — Abá-paraná;

Homem do relâmpago — Abá-berába;

Homem da chuva — Abá-amã;

Homem do vento — Abá-ibutu;

Homem da mata — Abá-caá;

Homem do campo — Abá-nhu;

Homem da terra — Abá-ibi;

Homem da pedra — Abá-itá;

Homem do pássaro — Abá-uira;

Homem do morcégo — Abá-mbopi;

Homem das montanhas — Abá-ibiti-apuã;

Homem que voa — Abá-obebe.

Para bem se interpretar ou traduzir uma frase tupi, é necessário, além dos conhecimentos de gramática e da índole da língua, se tenha sempre em vista o pri-

mitivismo da vida de nosso aborígine, rudimentaríssima cultura e o seu modo particular de dominar as cousas, os seres, e os lugares.

O Índio sempre descrevia ou salientava os característicos marcantes da cousa ou do ser que dominava, característicos que o eram sob o seu exclusivo ponto de vista, muito diverso, as vezes, do nosso actual.

Tôda palavra ou frase Tupi tem forçosamente uma tradução espontânea, clara, fácil e lógica. Se ela não se apresenta desde logo, é porque a palavra está adulterada pelo uso de séculos inteiros, mal grafada, ou porque não foi composta e usada pelo Índio.

É mil vezes preferível não traduzir, não interpretar, a interpretar ou traduzir com falsidade.

(De uma palestra realizada no Instituto de Colonização Nacional em 14 de dezembro de 1967.)

"A falta de coesão no Exército permite o primado de finalidades secundárias e mesmo de esdrúxulas, abrindo caminho para a expansão de tendências milicianas e pretorianas."

MAR HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

OS PRIMEIROS CAVALARIANOS EM SÃO PAULO

Major
REGINALDO M. MIRANDA

A primeira base de ocupação portuguesa no Sul do Brasil foi São Vicente, oficialmente fundada em 1532. Santos surgiu em suas imediações pouco depois. São Paulo data de 25 de janeiro de 1554, com a primeira missa dos jesuítas. Essas primeiras povoações enfrentaram, desde o início, sérias ameaças da índia feroz. Desde os seus primeiros anos, Santos foi defendida pelos fortes de N. S.^a do Montesserrate, de Itapema e de São Filipe e São Tiago da Bertioja. A vila de São Paulo sobreviveu cercada de muralhas e para sua defesa existia, na confluência dos rios Tietê e Pinheiros, o denominado Forte da Embuaçava.

Afastada dos grandes centros econômicos da América Portuguesa, a sociedade paulista apareceu estruturada em moldes feudais, com rígidas características militares. Pequenos núcleos de brancos enquadravam grandes contingentes de mamelucos e de índios amigos. Em seu artigo "Interpretação luso-tupi do Brasil", Gustavo Barroso lembra a constituição da poderosa bandeira de Manuel Prêto: 19 brancos, 300 mamelucos e 10.000 arcas aliados! Quando foi fundada a Colônia do Sacramento, para lá seguiram 300 índios de São Paulo. Com a primeira tomada daquela praça

pelos espanhóis, dos citados índios somente nove se apresentaram de volta em São Paulo... As primeiras comunidades paulistas do interior, isoladas da costa pela imensa escarpa da Serra do Mar, eram pobres, não tendo ouro ou bens em espécie que atraíssem os ladrões do mar. Por isso, não sofreram assaltos e saques de piratas, que tantos danos causavam ao longo do litoral. Este é um dos motivos que explicam a preservação de muitos documentos paulistas antigos, alguns mesmo dos inícios da vida administrativa da Capitania.

O Registro Geral da Câmara de São Paulo apresenta transcrições de documentos oficiais relativos à tropa de Cavalaria que, com outras forças, defendia a pequena vila.

Vejamos a interessante "Provisão de Antonio de Proença de capitão de gente de cavalo":

"Dom Francisco de Souza, do Conselho de El-Rei Nosso Senhor, Governador Geral deste Estado do Brasil, etc. Faço saber aos que esta minha provisão virem e o conhecimento dela com direito pertencer, que, pela confiança que tenho de Antonio de Proença, mogo da câmara do infante Dom Luiz, o encarrego ora do cargo de capitão da gente de cavalo desta vila

de São Paulo e seu distrito e das entradas que dela se fizerem para fora, e com o dito cargo haverá todos os prós e percalços que direitoamente lhe pertencerem, e esta se registrará para a todo o tempo se saber como lhe foi feita esta mercê, e mando a tôdas as pessoas desta Capitania e seu distrito lhe obedeçam e conheçam por tal, pelo que mando a tôdas as justiças e mais pessoas cumpram e guardem e façam cumprir e cumprir e guardar esta minha provisão, como nela contém e é declarado pelo assim haver por bem o serviço de Sua Majestade. Dada nesta vila de São Paulo sob meu sinal e sêlo, Pedro Taques a fêz por Antonio digo por meu mandado, aos quinze dias do mês de outubro de mil e quinhentos e noventa e nove anos, o Governador Dom Francisco de Souza o qual traslado aqui lancei por mandado dos oficiais da Câmara, hoje quatro de maio de mil seiscentos e um anos. Belchior da Costa, tabelião o escrevi."

Com o passar dos anos, a Câmara de São Paulo registrou outros atos oficiais referentes aos cavaleiranos da vila.

A provisão de Manuel de Camargo, nomeado "capitão da companhia de soldados de cavalo da vila de São Paulo", foi concedida por Thomaz Fernandes de Oliveira, Capitão-Maior e Governador da Capitania de São Vicente. Manuel de Camargo, que já era tenente da companhia, era filho de um dos principais povoadores da vila. Seria, portanto, brasileiro. A provisão é datada de Santos, 25 de abril de 1678, nela constando que Manuel de Camargo passava a gozar de tôdas as honras, graças, privi-

légios, isenções e liberdades atribuídas aos capitães, seus antecessores na companhia, e das quais gozavam os Capitães de Cavalaria dos Exércitos de Sua Alteza. Esta provisão foi registrada na Câmara de São Paulo em 2 de junho de 1681.

Em 11 de março de 1686, a Câmara registrou provisão passada a Domingos da Silva Bueno, em 27 de fevereiro daquele ano, para "capitão dos soldados de cavaleiros" da vila.

Dom Pedro de Almeida e Portugal, Comendador da comenda de São Cosme e São Damião de Azere, do Conselho de Sua Majestade, Sargento-Mor de Batalha de seus Exércitos, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, etc., concedeu em Umboassica, datada de 29 de setembro de 1717, patente de Capitão-Tenente a João Rodrigues de Oliveira, da companhia de cavalos que de nôvo mandara levantar na cidade de São Paulo e seu termo. Consta do diploma que João Rodrigues de Oliveira, tendo as honras de Capitão, exercitava na companhia como Tenente. Prestou juramento aos Santos Evangelhos, nas mãos do Capitão-Mor regente, em 9 de abril de 1718 e sua carta-patente foi registrada na Câmara de São Paulo em 16 de abril do mesmo ano.

Os atos oficiais acima citados comprovam, de maneira indiscutível, a existência de cavalarianos guardando a vila de São Paulo nos seus primeiros e atribulados anos de existência.

Procuremos enquadrar aqueles cavalarianos na organização militar do tempo.

Nos tempos coloniais, as forças brasileiras regulares eram organizadas tendo como modelos as existentes em Portugal. Quando os portugueses iniciam a ocupação do Brasil, suas forças terrestres, como ensina o Gen Ferreira Martins, em sua *História do Exército Português*, eram compostas pelas milícias concelhais, pelas guarnições dos castelos das fronteiras e das praças da África, por voluntários: cavaleiros, fidalgos e escudeiros, pelas antigas Ordens Militares, pela guarda real de ginetes, por mercenários nacionais e estrangeiros, e, ainda, pelas mesnadas senhoriais. As bases dos exércitos permanentes apareceram com as chamadas Companhias de Ordenanças, estabelecidas em Portugal, como tropas de reserva, pelo Regimento de 7 de agosto de 1549. A legislação militar portuguesa do século XVI refere-se, principalmente, às Ordenanças.

Após o domínio espanhol, de 1550 a 1640, as tropas portuguesas, inclusive as do Brasil, passaram a ser, de um modo geral, organizadas em três escalões ou linhas: a 1.^a linha constituída pelos militares profissionais, vendendo sôlido, a 2.^a linha composta pelos Auxiliares, depois denominados Milícias, tropas regionais de reserva; e a 3.^a linha, das velhas Ordenanças, nas quais eram alistados todos os homens válidos das respectivas localidades.

Essa organização geral existiu no Brasil até a época da Regência, quando foram extintas Milícias e Ordenanças, aparecendo então a Guarda Nacional e forças regionais que originaram modernas Polícias Militares.

As Ordenanças, nas mãos dos Capitães-Mores, que foram os antecessores dos poderosos coronéis da Guarda Nacional no imenso interior do país, chegaram a ser numerosas no Brasil de outrora. Na Bahia e em 1791, formavam 21 terços. Por volta de 1818, constituíam 210 Cias. em Minas Gerais e 23 em Goiás. Em 1765-67, as Ordenanças paulistas somavam 76 Cias., das quais 2 a cavalo e 1 a pé na cidade de São Paulo.

Os antigos cavalarianos da vila de São Paulo podem ser considerados soldados de Ordenanças. Ao que tudo indica, foram os principais soldados a cavalo na Capitania, até nela surgirem Dragões e Aventureiros. Alguns Dragões de São Paulo acompanharam a expedição do Brigadeiro Silva Pais na fundação do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1737. Em Araraiaguaba, ponto de partida das expedições para Mato Grosso, havia em 1751 uma Cia. de Dragões, etc. Em 1765, já existindo Cavalaria Ligeira em Guaratinguetá e Cias, de Ussares em Curitiba, foi formado o Regimento dos Dragões, com elementos de São Paulo e em Santos. A partir dessa época e devido às lutas no Sul, a Cavalaria teve grande desenvolvimento em São Paulo, vindo a perder importância com a grande redução dos efetivos do Exército determinada pela Regência.

A existência de soldados a cavalo entre os defensores da vila de São Paulo, vila que tão grande importância veio a ter na formação do Brasil, é um detalhe interessante e pouco conhecido no glorioso histórico da nossa Cavalaria.

A DERROTA DOS HUKS

Cap. Inf

GELIO AUGUSTO BARBOSA FREGAPANI

Nas Filipinas há montanhas, pântanos e selvas de árvores tão grandes que nunca deixam a luz solar chegar ao solo. Nas selvas e nos pântanos existem animais ferozes como os crocodilos, cobras de 10 metros de tamanho e Huks. Estes animais são assassinos, principalmente os últimos.

Ramon Masgaysay

De 1941 a 1945

Onze anos depois da fundação do Partido Comunista Filipino, as Filipinas se viram face às tropas invasoras do Japão.

Reconhecendo que deveriam lutar para sobreviver, os comunistas procuraram alianças e prometeram lealdade ao governo.

A guerra foi uma bênção para os comunistas, além de passarem por patriotas tiveram oportunidade de estabelecer um controle civil sob a forma de Grupo Unido para a defesa dos bairros e uma seção militar sob a forma de um Exército Anti-japonês.

A rápida vitória dos japoneses foi um golpe duro. Com a retirada do Exército Americano líderes da resistência foram mortos e aprisionados, mas o restante se reuniu em 1942, e se formaram

sob a direção de Taruk, o Huklabahap, (contração de Huk labang sa Hapon, que quer dizer Exército contra o Japão), de inspiração comunista.

Inicialmente se formara cinco companhias de cem homens cada, recolheram as armas extraviadas na batalha de Batan.

As fileiras engrossavam com voluntários. As patrulhas japonesas emboscadas foram a principal fonte de armamento, mas tão logo puderam estabelecer contato, os guerrilheiros passaram a receber armas e suprimento dos Estados Unidos.

É bom lembrar que as Filipinas eram colônias americanas desde a guerra entre a Espanha e os EUA.

Devido o grande número de chineses lá radicados, foi criada uma força de guerrilhas inteiramente chinesa, orientada por peritos políticos e militares do Exército de Mao Tsé-Tung.

As tropas chinesas se fizeram mais ousadas e eficientes e atacaram as guarnições nipônicas, as patrulhas e os comboios bem como as tropas locais criadas e mantidas pelos japoneses.

Unidades após unidades foram ativadas e o Exército Huk foi

crescendo de tal forma que se sentiu a necessidade de instrução e adestramento. O Partido Comunista Filipino estabeleceu então a Universidade Stalin, nos Montes Arayat.

Para garantir o controle civil os Huks organizaram o "Corpo de Defesa dos Bairros", com unidades de 5 a 12 membros com o pretexto de defender os habitantes do terrorismo e do saque.

O "Corpo Unido" desempenhava o papel de juizes e realizava até matrimônios do pessoal do bairro.

Em 1942, dezembro, os Huks alentados pelos chineses, se fizeram mais ousados, atacaram guarnições de japoneses, emboscaram-lhes os comboios e destruíram as instalações das tropas filipinas fantoches, armados pelos nipônicos.

Em 1943, os Huks já tinham mais de dez mil homens.

Em uma contra-ofensiva bem sucedida, o Exército Imperial Japonês logrou fazer que os Huks os enfrentassem em uma batalha defensiva, e depois de um cerco de dez dias ao Monte do Arayat, praça forte dos Huks, desorganizou totalmente o Exército Huk, matando ou capturando grande número e obrigando a organização a uma clandestinidade total.

O Exército Huk foi se reorganizando enquanto esperava as forças de libertação. Dissolveu suas unidades e as reativou nas províncias. Deu ênfase ao controle de população civil. Propôs uma coalizão ao governo para após a guerra.

Quando chegaram as forças de libertação, encontraram muitos líderes Huks como autoridades civis locais.

O governador se recusou a reconhecer a administração comunista e o Exército dos EUA desarmou as tropas Huks que foram a Manila e prendeu vários líderes Huks.

Os Huks pleiteavam o reconhecimento de seus serviços e sua inclusão como força no Exército Filipino.

Como era de se esperar, o General Mac Arthur e o governo filipino se opuseram aos Huks, pois das vinte e cinco mil pessoas mortas pelos guerrilheiros, somente cinco mil eram japoneses. Os restantes vinte mil foram em sua luta pelo controle civil.

De 1945 a 1953.

Em 1945 o Governo Filipino e o Gen Mac Arthur tinham regressado do exílio e muitos filipinos influenciados inclusive pela "Ásia para os Asiáticos" dos japoneses, opunham-se à influência americana e ao seu próprio povo e governo.

Muitos membros das tropas nativas formadas pelos japoneses, escorraçados pelo governo e pelas forças de libertação aderiram aos Huks, que chegaram a contar com 15 mil guerrilheiros e um forte apoio das massas. Enquanto isso o Exército estava assoberbado pelos problemas de desmobilização, tendo que licenciar 95 mil oficiais e praças, somente conservando 37 mil.

As desconfianças foram se agravando, e em maio de 1946,

deu-se o primeiro choque, tendo os Huks emboscado uma patrulha do governo, matando vários soldados e capturando e decapitando seus chefes. A seguir empreenderam incursões relâmpago, seqüestraram, assassinaram, incendiaram e recrutaram à força. Com a reação governamental, travaram-se muitos combates sangrentos.

O insucesso das armas governamentais refletia perfeitamente sua falta de adestramento para este tipo de missão. A maioria de suas unidades usavam capacetes pintados de branco e estavam armadas com apitos e cassetetes para sua missão policial.

Essa era a tropa que deveria enfrentar os experimentados guerrilheiros Huks. Como era de esperar, as formações da Polícia Militar foram desbaratadas e dominadas pelos guerrilheiros.

Durante este período os que viram de perto os Huks em campanha, ficaram impressionados, não só por suas qualidades militares, como também por outras atividades, tipo ação cívica, que estavam integradas com o seu problema militar.

Foram impressionantes seus esforços e êxitos em manter uma perfeita ligação com o povo, e na conquista de uma base de apoio para as guerrilhas. Muitos informes destas atividades chegaram ao Comando Geral das Forças Armadas das Filipinas, infelizmente foram apresentados a militares cujas idéias sobre operações militares eram unicamente as aprendidas nas Escolas de

Estado-Maior. Os próprios civis raciocinavam somente com operações militares e os informes da conquista da população por parte dos Huks foram frequentemente ignorados.

O 8.º aniversário dos Huks foi celebrado por um ataque à Cidade de San Pablo e a bandeira comunista foi içada na Prefeitura. Foram feitas incursões em 19 outras localidades e atacados dois quartéis, dias após foi emboscado um Regimento sendo mortos um capitão e vários soldados.

Os Huks deixavam folhetos nas cidades que atacavam pedindo toda a ajuda possível aos habitantes.

As tropas do Exército foram mandadas substituir as da polícia e foram emboscadas onde houve possibilidade.

A 1.º de maio de 1950 os Huks atacaram mais quatro cidades e as tropas enviadas em seu socorro, foram emboscadas.

Os métodos de ação das tropas governamentais já foram mencionados. Suas patrulhas eram freqüentemente emboscadas ou obrigadas a combater formações de guerrilheiros. Algumas vezes eram dizimadas, outras vezes rechaçavam-nos.

Uma operação tática era normalmente iniciada depois de uma vitória Huk ou quando uma provocação Huk incitava os Comandantes através dos jornais.

Os planos eram confeccionados e as tropas reunidas (e para se reunirem deixavam muitas zo-

Usando as informações obtidas dos documentos capturados, os comandantes Huks escondidos nos arredores de Manila e povoados vizinhos, foram presos um após outro, inclusive o Oficial de Ligação com a China Vermelha e os documentos que comprovavam a ligação chinesa com o movimento Huk.

Os Presidentes chineses, iniciaram receosos a retirar seu apoio aos Huks.

As restantes forças Huks se ocultaram nas montanhas onde tratavam de se recuperar.

A maré do combate havia virado. O Exército não ficou inativo em seus quartéis mas foi empenhado em intensa ação cívica que tinha o triplo efeito de ajudar o desenvolvimento, conquistar a população e coletar informações básicas para o patrulhamento, que procurava agressivamente os Huks, os quais se viram obrigados a ocultarem-se em lugares cada vez mais inóspitos.

A última fase foi a consolidação, quando as unidades Huks começaram a se entregar, gradual e seguramente.

As Forças Armadas pressionavam sem dar descanso. Como os Huks já haviam perdido a simpatia da população, foi possível cercá-los nas montanhas e florestas isoladas. Ao terminarem os alimentos, alguns saíram de seus redutos para renderem-se por vezes em grupos, praticamente moribundos de fome e sede.

A rendição do mais prestigioso chefe Huk — Taruk, foi o ponto final da rebelião.

Conclusão:

Esta foi a única vez que um Exército combatendo segundo os padrões ocidentais conseguiu vencer uma guerrilha em área de selva embora restrita.

Em um exame sucinto, vemos que a principal arma do arsenal psicológico usado foi a ação cívica, feita por todos os escalões com engenhosidade, dedicação e conhecimento da psicologia humana.

Isso proporcionou o apoio da população e mesmo as melhores informações.

Ensinaamentos:

De nada vale às tropas ficar guardando os prédios onde vivem; elas têm que combater.

No caso da guerrilha, o campo de batalha real é a mente da população, que é também o próprio objetivo.

As armas disponíveis são a propaganda, a guerra psicológica e a ação cívica. Nem sempre podemos escolher o tipo de guerra que temos de enfrentar. A guerra que temos agora é a opinião pública.

Nossos adversários, liderados pelos comunistas, estão usando de todos os meios a seu alcance. Já vimos o que podem conseguir se obtiverem o apoio da população.

Não adianta estarmos aptos para a Guerra Convencional pois agora temos que vencer esta Guerra.

Naturalmente que as operações militares são indispensáveis, pois fazem parte desta guerra os tumultos, o terrorismo, a sabotagem e a guerrilha; as próprias operações militares na Guerra Revolucionária dependem das informações, e as informações são função da lealdade e do apoio do povo.

Os meios que dispomos para a conquista da simpatia da população são basicamente: As Relações Públicas, a Ação Cívica Social e as Operações Psicológicas.

Lembre-mos que a Ação Cívica é uma operação militar, cujo objetivo, em última análise, é a conquista da população.

"A permanência no Exército, só convém ao homem e à instituição, enquanto houver o necessário ajustamento ao dever militar que não está acima da capacidade e nem da dignidade humana."

Gen Div HUMBERTO DE SOUZA MELLO

A DELINQUÊNCIA NA AÇÃO COMUNISTA

Primeiro Secretário de Embaixada
ANTONIO AMARAL DE SAMPAIO

("Uma classe oprimida que não se esforça por aprender o uso das armas, bem como por obtê-las, merece ser tratada como escrava" —

LENIN.)

Movimento totalitário que busca a captura do poder político especialmente pela violência, o Partido Comunista tem revelado, por todos os países, na antiga Rússia tsarista do passado, assim como no Brasil de hoje, seu natural e completo desprezo pela ética e pelo direito do Estado burguês, por ele havido como opressor da classe proletária, e cuja destruição constitui a meta decisiva de sua ação.

Na Rússia pré-revolucionária, o Partido, durante longos anos vivendo da conspiração no "underground", forjou, segundo as lições de Lenin, as técnicas políticas e publicitárias capazes de levá-lo a seu objetivo primordial; a conquista do poder. A organização das massas, o estabelecimento de bandos armados, a criação de células e quadros do Partido, as táticas de propaganda, a infiltração das Forças Armadas e nas organizações estudantis, o domínio dos sindicatos operários, o preparo dos "network" vertical e horizontal do movimento, o aperfeiçoamento dos sistemas de subversão, o recrutamento de militantes, assim como o aperfei-

çoamento de métodos de combate nas ruas, constituem tópicos da pregação leninista bem conhecidos dos estudiosos da história do comunismo. Precursor nesse último domínio da guerra revolucionária, como em outros, de Mao-Tse-Tung, de Vo Ngueyen Giap e do "Che" Guevara, Lenin estudou exaustivamente essa matéria, a ponto de, em 1905, haver traduzido para o russo, com anotações marginais, o então famoso livro do General Gustave-Paul Clausewitz, um dos defensores da Comuna de Paris, sobre os princípios do emprêgo da guerrilha nos grandes centros urbanos.

Na vasta obra leninista de formulação e de tática política, capítulo pouco lembrado, mas nem por isso menos relevante, é o referente às iniciativas do Partido no domínio da delinquência de direito comum, para a obtenção tanto de fundos assinalados ao financiamento da Revolução quanto de armas destinadas à luta pelo poder.

Não é de espantar que o austero revolucionário, verdadeiro apóstolo da reforma social violenta, hoje mais lembrado como doutrinador da

conquista do poder que como homem de ação e agitador profissional, houvesse descido a esse nível, onde os quadrilheiros não estavam ainda habituados a acotovelar-se com os militantes de movimentos políticos. Em verdade, o sofisticado desprêzo de Lenin pela moral pequeno-burguesa era tão perfeito que deveria conduzi-lo ainda mais longe; em sua obsessiva luta contra o poder czarista o futuro ditador bolchevista chegou ao ponto de aceitar, em 1904, dinheiro do Adido Militar à Embaixada do Japão em S. Petersburgo, Coronel Motojiro Akashi, para financiar a publicação de um jornal. Esse periódico, o "Vperyed", era destinado a atacar o governo de seu próprio país, contribuindo assim, seu principal animador, com fundos clandestinos, provenientes de potência estrangeira, declaradamente adversária da Rússia, para enfraquecer a estrutura político-social do Estado czarista.

As bases doutrinárias da participação do Partido nos domínios da criminalidade comum foram discutidas nos Congressos do Partido Social Democrata russo, realizados em 1905 e 1906. Como esse movimento marxista e revolucionário operasse na clandestinidade, à margem da lei, com seus membros perseguidos constantemente pela "Okhrana", a terrível e dúplice polícia secreta czarista, as aludidas reuniões, como outras que a precederam e a sucederam, foram realizadas no exterior em Estocolmo e em Tammerfors, na Finlândia (região do Império czarista sujeita então a regime especial). Neste último Congresso, apesar de haver sido formalmente condenado pela maioria

menchevista o envolvimento direto e ostensivo do Partido na delinquência de direito comum, decidiu-se, por iniciativa pessoal em que Lenin se empenhou a fundo, a criação do "Bureau Técnico Militar", ponta de lança destinada a realizar o delicado "dirty work" da ala extremista da Revolução, ou seja: as operações ditas "especiais", das quais necessitava imperativamente o movimento para desenvolver-se, armar-se e impor-se como vanguarda do proletariado insurreto. Anos antes, porém, G.V. Plekhanov, o verdadeiro fundador do marxismo russo, já admitia o assalto a bancos para fins revolucionários, realizado sob estreito controle do Partido. Em sua famosa apologia da guerrilha ("Der Partisamenkampf, Saemtliche Werke", Band X, pgs. 113-126 (título russo Partisamenskaya Voisnsa)) publicado em 1906, Lenin escrevia a propósito dessas atividades: "A luta armada persegue dois objetivos: em primeiro lugar a finalidade é o assassinato de personalidades, tanto altos funcionários quanto subalternos, no Exército e na Polícia, bem como o confisco de fundos, provenham estes de indivíduos ou do Estado. Os fundos capturados devem ser desapropriados pelo Partido, uma parte servindo à aquisição de armas e o financiamento do preparo da revolução, outra ao sustento dos militantes profissionais que conduzem a luta".

Para justificar sua posição, repudiada pelo grupo menchevista do Partido Social Democrata, Lenin, que trouxera para sua interpretação do marxismo muito do radicalismo que caracterizava a vida política russa ao fim do século passado,

sustentou que aquele movimento, ao contrário das formas primitivas do socialismo, deveria usar técnicas e táticas de luta flexíveis e adaptadas às condições vigentes nos diversos países onde se dispunha a operar. O marxismo, para aquele seu grande intérprete e ativista da revolução, aprendia com a prática das massas, devendo empregar, para a conquista do poder, recursos que poderiam variar, segundo as circunstâncias especiais de cada país num dado momento histórico, desde a ação parlamentar clássica até a luta revolucionária, a greve geral e as "expropriações" de bens do Estado capitalista, instrumento de domínio das classes oprimidas e de burgueses beneficiários da exploração do proletariado.

Uma das funções assinaladas ao "Bureau Técnico Militar", cujas ações clandestinas evoluíam em segredo levado a limites obsessivos, foi a da organização de assaltos a bancos, em Moscou e por todo o território czarista. Tais iniciativas, além de contribuir para a desmoralização dos poderes constituídos, possibilitavam a compra de armas, o sustento material dos quadros dos militantes profissionais, então em fase de expansão, o estabelecimento de novas publicações clandestinas, a disseminação de literatura subversiva e a organização adicional de células do movimento revolucionário.

Na nomenclatura revolucionária, essas atividades dos "apaches" do bolchevismo passaram a ser conhecidas com "ex", abreviatura de expropriação ("ekspropriatzia", em russo).

Nas referidas operações, que se desenvolveram com maior intensi-

dade no Cáucaso e nos Urais, regiões de secular tradição de guerrilha e de banditismo, ganharam extraordinária notoriedade três figuras que, hoje, já ingressaram definitivamente na história do movimento comunista: o engenheiro eletricitista Leonid Borisovitch Krassin (vulgo Nikititch), o delinquente armênio Simon Ashakovitch Ter Petrossian (alinhado "Kamo"), hoje considerado "herói da União Soviética", e o então "apparatchik" georgiano Iosif Vissarionovitch Djughachvili, jovem de poucas palavras e de rosto hexigoso, ainda conhecido como camarada "Koba", que egresso do seminário teológico de Tiflis, iniciava, nessa ocasião, sua tão sinistra quanto fulgurante carreira, que, logo mais, sob o pseudônimo de Stalin, iria conduzir à chefia suprema e deificada do Partido e do Estado Soviéticos. Foram, aliás, conquistados, nessa oportunidade e na luta terrorista, os primeiros títulos que promoveram Stalin ao grau inicial da alta hierarquia partidária: membro do Bureau Executivo do Comitê Central.

Leonid Krassin, posteriormente e por longos anos Embaixador Soviético em Londres e depois Paris, era o gênio conspiratório da ação ilegal que, de S. Petersburgo, assegurava as ligações necessárias à sobrevivência e ao desenvolvimento do Partido nos anos cruciais do anteguerra, quando o movimento treinava e expandia seus quadros para a "arte" da insurreição. Num época em que quase todos os dirigentes graduados do comunismo ou se encontravam no exílio ou purgavam penas de confinamento na aldeias siberianas, Krassin, verdadeiro virtuoso da trama subver-

siva e do trabalho secreto, sob a fachada burguesa de respeitável engenheiro da filial russa das grandes indústrias elétricas germânicas "AEG", levava vida extraordinariamente dúplice na antiga capital czarista. De dia era o técnico preciso e impecável que fiscalizava a fábrica de transformadores situada em Vyborg, bairro industrial na outra margem do Neva. À noite, de barba postiça, peruca e rosto maquiado, transformava-se mágicamente no sombrio executivo da revolução, o Chefe do Estado-Maior das forças clandestinas na linha de frente — ou melhor, no meio do inimigo — que tornava factíveis as ordens recebidas do alto-comando do Partido, todo êle em ação fora das fronteiras russas, mas, graças à cumplicidade do Governo austro-húngaro, inimigo declarado do poder czarista, muito próximo delas.

Se Krassin determinava, entre outros empreendimentos terroristas, *as operações de assalto a bancos, alfândegas, agências postais, trens e veículos de transporte de valores*, Kamo estabelecia a tática a ser executada em cada operação, das mesmas participando pessoalmente, acompanhado de seu sinistro mentor, Stalin, georgiano e marginal como êle. O que Kamo possuía de colorido, de pitoresco, de brilhante, Stalin revelava de secreto, de sinuoso, de astucioso. Provou bem a associação criminal e clandestina dos dois aventureiros, unidos desde a mocidade por interesses comuns, um e outro tão celerados de direito comum quanto agitadores políticos. Ambos treinaram, na guerrilha e no marxismo-leninismo, mais naquela do que nesta, centenas

de marginais, mistos de delinquentes e de rebeldes, que das montanhas da Transcaucásia colocaram em xeque, pela primeira vez, em nome do movimento revolucionário comunista, a integridade territorial do poder czarista. Nessa província, entre 1904 e 1908, foram cometidos mais de 1.150 atos terroristas imputados aos bolchevistas, o que mostra a amplitude da guerra revolucionária então empreendida pela ala bolchevista do Partido Social Democrata russo.

O mais famoso assalto da dupla Kamo-Stalin ocorreu a 9 de junho de 1907, em Tiflis, capital da Geórgia, quando ambos, uniformizados de oficiais do Exército czarista, conduziram um grupo de militantes a apoderar-se do equivalente a 170.000 dólares conduzidos em diligência, com destino ao Banco do Estado, sob guarda armada de um destacamento cossaco, atacado à bomba e à metralhadora pelos celerados. 40 pessoas perderam a vida em consequência desse audacioso golpe. Outros delitos semelhantes, frequentes no Império czarista a partir de 1904, e igualmente imputados à organização Stalin-Kamo, foram: em dezembro de 1905 o roubo de 201.000 rublos da tesouraria da efêmera República autônoma de Kuiril, no Cáucaso; em março de 1906, o assalto à Agência do Banco Agrícola, em Moscou, que rendeu 875.000 rublos; nessa mesma semana, a ação de seis marginais, fardados de soldados do 236.º Regimento de Infantaria, que se apoderaram de 375.000 rublos do Banco do Estado, sucursal de Dushet (Tiflis). Pouco depois, em outubro desse ano, registraram-se o golpe do carro pagador do Banco

do Estado e o famoso assalto à Sociedade de Crédito Mútuo de S. Petersburgo, o célebre caso do "Fornany persónlok". Só nesse mencionado mês, memorável nos anais do terrorismo bolchevista, verificaram-se 47 combates de militantes comunistas com a polícia e 362 expropriações de variável grandeza. Nas referidas iniciativas, os facínoras, adeptos de uma ideologia financiada pelo roubo, a princípio levaram a melhor, mercê do despreparo da polícia czarista para enfrentar-lhes, da surpresa de sua ação, da mobilidade revelada na execução e da audácia no planejamento dos delitos, os quais, pela sofisticada técnica e vastos recursos empregados, nada tinham de comum com os canhestros golpes da criminalidade primária, movida por interesses de ordem pessoal. As atividades dessa "societas sceleris", não se limitaram, aliás, ao território russo. Kamo tentou, logo depois, assaltar a famosa instituição de crédito germânico, o "Mendelssohn Bank", de Berlim; além disso, com o auxílio do jovem revolucionário Maxim Litvinoff, mais tarde (na década dos trinta) Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo soviético, os dois aventureiros lançaram-se à fabricação de moeda falsa, comprometendo, nessa atividade delituosa, a direção do matutino socialista berlinense "Vorwaerts". Os responsáveis por esse periódico, por solidariedade proletária, aceitaram adquirir para

seus camaradas russos papel de linha d'água destinado ao "Deutsche Bank", a fim de ser fabricado meio circulante com curso no "Reich" alemão, com o que a dupla aproveitou para falsificar os rublos tzaristas.

Lenin sempre admitiu à luz da ética revolucionária, não apenas a legitimidade, mas igualmente a conveniência do assalto a bancos "expropriações", como ele eufemisticamente as chamava como finalidade de fortificar as finanças do movimento. Cuidando da execução dessas iniciativas é que o grande revolucionário confessou um dia: "o Comitê Central do Partido deve possuir, em seus quadros, escritores bem dotados, organizadores ativos e alguns criminosos de alta capacidade.

Os assaltos aos bancos em larga escala — forma de delinquência desconhecida em nossa crônica policial — escapam, como se vê, pelos precedentes examinados, aos limites estreitos do fato criminal. *Constituem parte integral da "guerra revolucionária"* que se trava em nosso país entre a democracia, até bem pouco desprotegida e carente de meios para defender-se com eficácia, e os adeptos da medonha ditadura comunista, que, falsamente em nome do proletariado, mas, em verdade, por conta do imperialismo soviético deseja implantar-se, para desgraça coletiva, no maior país da América Latina.

18 de julho de 1969.

UMA SIMPLES LIÇÃO DOS VENCEDORES

Cel Cav

GERALDO KNAACK DE SOUZA

O século XX talvez passe à história, como o século da ação integrada, resultante da harmonização dos trabalhos especializados, em busca de um objetivo, de etapas de metas distantes ou ainda do produto acabado — marco da civilização industrial.

Tem sido o século dos "staffs", dos "brain trusts" e dos circuitos integrados, que já deixam antever uma civilização pós-industrial.

Tem sido o século da humanidade; dos substituíveis; dos prescindíveis; da derrubada dos mitos; do domínio do racional sobre o emocional e da instituição sobre seu elemento principal, o homem, que se apouca na proporção da grandiosidade dos trabalhos em equipe, produtores de maior bem-estar, para projetar-se, logicamente, como gerente, organizador, programador, arranjador, etc.

O inimigo dessa mentalidade vitoriosa, que já permitiu as viagens pelo cosmo, das quais o desembarque na Lua é um primeiro marco desta nova era de descobrimentos, é a estória de cada um utilizada como instrumento do proselitismo, de obtenção de privilégios e do individualismo a obstaculizar o rendimento do conjunto.

Conta-se que na 2ª Guerra Mundial, o grande agente catalisador, do impressionante ritmo de desenvolvimento que estamos assistindo, em determinado estado-maior britânico a produtividade vinha sendo negativamente influenciada pelo orgulho de seus componentes sobre os anteriores desempenhos, esquecendo-se de que a caminhada para a frente, colimando a vitória, ainda escondida atrás do horizonte, dependia muito mais do que produzissem ou viessem a fazer.

O arguto chefe daquele estado-maior erradicou o mal, obtendo permissão para distribuir uma plaqueta que todos deveriam usar sobre o peito do lado direito — “EU TAMBÉM TENHO A MINHA ESTÓRIA”.

A vida das instituições é um constante porvir, em particular, a dos exércitos. Nestes, os homens do passado, os que partiram, valem pelos legados e exemplos deixados de bem servir e os do presente, pelo que fazem e poderão fazer pela instituição, conforme a pragmática da eficiência, dominante na época atual.

“O caráter forte e bem formado, retemperado na prática das virtudes militares, é a coluna vertebral do comportamento militar que responde pela unidade e coesão de uma força armada.”

Gen Div HUMBERTO DE SOUZA MELLO

- c. compreensão e aplicação natural dos princípios da disciplina e da hierarquia (destacando-se a disciplina consciente e a prestação voluntária de sinais de respeito);
- d. gosto pela vida de caserna, pelos afazeres de Tropa, pelos serviços em campanha;
- e. aceitação, sem reações, do desempenho de funções militares que não sejam as de sua preferência (cursos obrigatórios, tarefas burocráticas, e outras);
- f. prática costumeira, natural e conscienciosa das chamadas "virtudes militares":
 - honra;
 - moralidade;
 - sentimento do dever;
 - amor à ordem;
 - camaradagem (solidariedade) (lealdade);
 - decôro;
 - pontualidade;
 - força de vontade (tenacidade);
 - espírito de sacrifício (abnegação);
 - iniciativa (responsabilidade);
 - coragem;
 - bravura;
 - presteza.

g. Idealismo!

1.2. Pode-se dizer que um indivíduo tem "vocação para militar" quando ele possui a maioria das qualidades acima, em particular as citadas em a, b, c, d; e deve ser assinalado que as "virtudes militares", apesar do nome, são predicados gerais, aplicáveis e necessários a todo homem.

2. CONDICIONANTES

O Espírito Militar pode nascer naturalmente, por vocação; entretanto, há certas condições que favorecem o seu aparecimento e, o que é importantíssimo, a sua conservação. Entre essas condições, ocorre-nos citar:

- a. consciência do alto papel do Exército no panorama nacional;
- b. reconhecimento público (oficial e particular) da necessidade e do valor da profissão;
- c. situação sócio-econômica condigna;
- d. compreensão das atitudes (morais e físicas) de natureza militar;
- e. condições ambientais de trabalho, adequadas às responsabilidades;

- f. incentivos definidos (materiais e morais) para a dedicação total e exclusiva à carreira — por exemplo:
 - promoções (acesso regular, equilibrado; sistema apropriado de aferição de mérito);
 - vencimentos (hierarquizados; compatíveis com o esforço, as exigências e responsabilidades de cada posto ou graduação, inclusive quanto às imposições sociais);
 - comissões;
 - prêmios, etc.
- g. adequações entre postos e cargos, bem como entre aptidões e funções (e comissões);
- h. aproveitamento da capacidade individual que não deve ser desmerecida pela derivação para tarefas secundárias;
- i. apreciação do acerto dos militares que “vibram” com as coisas de sua profissão, mesmo as mais simples; a palavra “caxias” deve conter um sentido de elogio, como sinônimo de dedicado, de rigoroso, de traquejado, de “crente”, e nunca (sobretudo no nosso próprio meio) uma conotação mais ou menos depreciativa.
- j. realização de exercícios, manobras, etc., em condições satisfatórias de realismo e de emprego de meios — como rotina, dentro dos planejamentos de instrução.

3. SITUAÇÃO ATUAL

3.1. Mesmo uma observação desprevenida do ambiente atual, no Exército, permite-nos ressaltar os aspectos abaixo, como indicativos de uma sensível diminuição do Espírito Militar dos seus quadros (principalmente dos Sargentos — mas também, e muito, dos Oficiais):

- a. falta de confiança no Exército, como instituição apta a evoluir e a cumprir realmente suas missões;
- b. desinteresse pelos assuntos eminentemente militares;
- c. fuga das solenidades, festividades, etc., de características militares — tanto para participar delas, como para assisti-las;
- d. desrespeito constante às mais pequenas prescrições regulamentares, tanto individualmente como coletivamente (em particular, do RDE, do RISG, do R Cont, do RUPE, do ROU e do RIRD);
- e. descaso pelos uniformes e peças acessórias;
- f. relaxamento (e mesmo certa aversão) na prestação dos sinais de respeito, inclusive do mais singelo (continência individual);
- g. aversão à Tropa e às funções a ela mais diretamente ligadas (QG de GU, por exemplo);

- h. preferência absoluta pelas tarefas burocráticas, em detrimento da própria razão de ser do Exército: as Unidades;
- i. consideração generalizada de que já passou a época do "espírito de sacrifício...";
- j. timidez da autoridade militar, em todos os escalões, tendo-se tornado normal a substituição da "ordem" pelo "pedido", do "determino" pelo "solicito", do "faça-se" pelo "se possível", e assim por diante, criando-se a perigosa impressão de que "mandar" tem de estar na dependência da vontade de quem deve "obedecer"...;
- l. pouca vibração no uso da farda, e preferência por apresentar-se à paisana (mesmo em reuniões tipicamente militares);
- m. desamor a algumas das nossas mais caras e clássicas tradições militares, cuja observância ou conservação poderia fazer-se sem prejuízo para a evolução do Exército — tanto a material quanto a de mentalidade;
- n. desvio de militares para tarefas civis (muitas vezes, incompatíveis com o seu posto), ainda que sejam do serviço público;
- o. intromissão de militares na política partidária.

3.2. Esses aspectos são passíveis de comprovação, entre outras, pelas seguintes evidências:

- a. evasão generalizada das fileiras, por parte não somente de pessoal antimo como, mesmo, de oficiais com menos de 25 anos de serviço (às vezes, com menos de 5...), e até de Cadetes;
- b. reduzida motivação pela carreira militar, constatada particularmente pelo desinteresse dos jovens em ingressar na AMAN para, realmente, fazerem a carreira.
- c. desvio constante do pessoal permanente para atividades civis, seja para trabalhos (como "bicos"), seja para fazer cursos que dêem base para futura profissão civil;
- d. enormes claros nas Unidades, mormente do interior, enquanto não é tão grande a escassez de capitães e oficiais superiores em funções de QSG...;
- e. recusa a convites para comissões honrosas (comandante, instrutor, etc.), ou tentativa de retificar a nomeação, quando isso acarreta transferência de guarnição;
- f. afrouxamento, cada vez maior, da disciplina hierárquica (viga mestra das Forças Armadas), com a gradativa substituição da autoridade compreensiva, mas enérgica e exigente, pelo "bom mo-cismo" complacente;

- g. conseqüentemente, tendência de se taxar de "criador de casos" a quem se esforça por cumprir, e fazer cumprir, as prescrições regulamentares;
- h. descuido no uso correto dos uniformes, no garbo ao usá-los, e mesmo na sua limpeza e conservação; e, o que é pior, falta de respeito àquilo que os uniformes representam;
- i. abandono sistemático de coisas e hábitos tradicionais, característicos nossos — por exemplo: desuso da espada, entrega de medalhas de mão a mão (contra recibo), reação contra os Colégios Militares (inclusive o do Rio);
- j. por outro lado, adoção de peças e de hábitos em desacôrdo com os nossos costumes, e até ao arrepio de regulamentos — por exemplo: "passo de ganso" em serviços especiais de guarda.

4. CAUSAS

Muitas e variadas, mas de certa forma inter-relacionadas, são as causas dêsse enfraquecimento do Espírito Militar — ou, em outras palavras, as razões de desmotivação dos militares pela Carreira das Armas, que êles, um dia, voluntariamente abraçaram; eis algumas dessas causas:

- a. vencimentos incompatíveis, insuficientes;
- b. falta de nítida hierarquia salarial, e até casos de total inversão;
- c. deficiente assistência social quanto à natureza, à qualidade e à quantidade;
- d. carência de real e objetiva avaliação do merecimento individual, de sentido global (particular e profissional; moral, intelectual e físico);
- e. inconstância na aplicação de critérios para promoções, causando flutuações nocivas e freqüentemente injustas entre Armas, entre Turmas de Formação, e entre colegas de Turma e Arma;
- f. inadequados conceitos de valorização de cargos, funções, e de outras situações eventuais do militar — para fins diversos (merecimento, prêmios, gratificações, comissões, etc.);
- g. trabalho, muitas vèzes, em condições deficientes, do ponto de vista material;
- h. emperramento da nossa máquina administrativa, prêsa a incrível burocracia;
- i. realização escassa e, em geral, com meios limitados e deficientes, de exercícios, manobras, etc., fazendo que a "ida ao campo" venha-se tornando quase um sacrifício, vista como uma coisa desagradável e não compensadora.

5. COMO MELHORARMOS

5.1. Espírito Militar é um estado de espírito, uma atitude firmada e confirmada. É uma predisposição mental e emocional cujos componentes são aquelas qualidades já indicadas.

Sendo assim, não se poderia incutir o Espírito Militar, mantê-lo ou aumentá-lo, simplesmente recomendando-se isto; não se poderia impô-lo. Mas se conseguiria o resultado almejado, criando-se as condições favoráveis à sua existência, e atenuando-se ou anulando-se os fatores contrários.

5.2. No nosso caso, relacionamos os principais elementos que atuam negativamente, prejudicando o Espírito Militar do nosso pessoal (especialmente, dos quadros permanentes). Diríamos, então, que erradicá-los seria o melhor caminho — talvez o único! — para a revitalização do Espírito Militar. Assim, cremos que as providências aconselháveis são, principalmente:

- a. aumento da eficiência do Exército, através de maior adequação da sua organização e dos seus meios à missão que lhe cabe; bem como, simplificação do funcionamento burocrático administrativo dos seus órgãos;
- b. consolidação do prestígio profissional, por meio de:
 - vencimentos compatíveis e devidamente hierarquizados;
 - atribuição de funções realmente de acordo com os postos (gradações);
 - seleção efetiva dos mais aptos e mais dedicados, e, paralelamente, afastamento dos que se mostrem incapazes e desinteressados.
- c. atuação decidida, em todos os escalões, no sentido de se “dar exemplo” quanto ao fiel cumprimento dos textos legais, regulamentares e outros, em vigor; revisão do conceito errôneo, em moda hoje, de que na “disciplina consciente” é possível abolir-se toda ação coercitiva;
- d. restauração das sadias práticas de realização de solenidades, formaturas, festividades cívico-militares, etc. — alcançando inclusive o pessoal em serviço em QG, Escolas, repartições, etc.;
- e. colocação da Tropa na sua verdadeira posição de cerne, de elemento principal, de razão da existência da Força Terrestre;
- f. realização mais freqüente, e bem apoiada, de exercícios, manobras, etc., de modo a fazer que as Unidades (e GU) “vão ao campo”, assistidas sempre pelos órgãos responsáveis (até o escalão EME).

6. CONCLUSÃO

6.1. É preciso reconhecer que, no mundo de hoje, o Espírito Militar clássico, em muitos aspectos, teve de ceder lugar a novas expressões; essas são, também, características do Espírito Militar, que é dinâmico e evolutivo, mas que tem seu fulcro num imenso IDEALISMO. Idealismo firmado em entranhado civismo, em patriotismo exacerbado, em espírito de sacrifício e de renúncia, em entusiasmo e dedicação, em sentimento do dever (*).

6.2. Muito mudou o mundo, e o Exército tem tido de adaptar-se. Num mundo que anseia desesperadamente pela paz, qualquer coisa que pareça comprometê-lo é necessariamente antipática, suspeita, mal vista. Não obstante sabermos quanto os comunistas insuflam esse sentimento, que toca às raias do ilógico, o fato é que ele existe e é muito forte. O Exército Brasileiro havia de ser vítima da prevenção antimilitarista". Não importa que não seja, ele mesmo, militarista: ele traduz tudo aquilo contra o que se grita, do que se não gosta.

6.3. Por outro lado, a mocidade moderna é por demais independente e voluntariosa, anti-ortodoxa, liberal, gozadora e utilitarista.

Tanto faz registrarmos também que a independência é aparente e forçada, que o modernismo recai freqüentemente em usos e hábitos do passado, que o liberalismo é aparente e se confunde com a idéia "viva e deixe viver", que para os jovens o mais importante e imediato é aproveitar a vida, sendo o futuro um assunto a resolver depois; a que esse utilitarismo, que faz os moços correrem para onde possam ganhar mais esforçando-se menos, faz soçobrar na luta grande parte deles.

Tanto faz. O fato é que aos jovens de hoje não agrada a "prisão" de uma escola militar; não atrai a perspectiva de sérias exigências de escolaridade; não entusiasma o brilho — só pelo brilho — dos uniformes, dos exercícios, das solenidades.

Isso acontece porque essas coisas também já pouca ressonância encontram no meio do povo. Em termos claros, e como exemplo: outrora, um Cadete orgulhava-se de comparecer fardado a uma festa, certo de que seria apreciado, respeitado, requestado; hoje, ele sabe que não será olhado com a mesma simpatia e que muitas jovens preferirão a companhia de outros rapazes, mais "avançados"...

6.4. Sendo tais fatos aceitos como verdadeiros — e o são — resta-nos tentar remediar a grave crise, em que já nos achamos. A forma de fazê-lo será: criar condições, na profissão, tais que dêem novo alento aos próprios profissionais, inclusive àqueles que a escolheram movidos pelo velho idealismo, e que vêm hoje fanar os seus mais elevados motivos.

(*) Ler a respeito do assunto, o "Soldado Profissional", de Morris Janowitz, Edição GRD, Rio, 1967.

O valor da profissão deverá evidenciar-se de dentro para fora, nunca ao inverso. Depois de termos eficientes elementos de incentivo, então poderemos acenar com eles para os jovens, mostrando-lhes reais compensações às exigências que lhes faremos.

6.5. Não vemos nenhum meio de atrair jovens para a Carreira das Armas, e portanto, de resolver o nosso problema de base, enquanto o prestígio da profissão não fôr inteiramente restabelecido, particularmente, segundo estes aspectos:

- compreensão nítida do papel do Exército, no panorama nacional
- eficiência do Exército, em todos os sentidos
- padrão social condizente com a responsabilidade e o estágio cultural dos militares.

"Nenhum homem pode invocar um direito com o fim de destruí-lo. O direito à liberdade de palavras pertence àqueles que se empenham em preservá-lo."

WALTER LIPPMANN

PROTEÇÃO CONTRA ARMAS NUCLEARES

SUA APLICAÇÃO NA ÁREA MILITAR E NA DEFESA CIVIL

Ten Cel
RICARDO FERNANDES
Instrutor da ECME

1. É óbvia a importância do assunto na área militar, ante as possibilidades do emprego de armas de destruição em massa num conflito em que tenhamos de participar, por legítima defesa direta ou indireta e/ou por força de tratados internacionais, dos quais somos ciosos cumpridores. Nesta hipótese, é fácil admitirmos o uso de engenhos nucleares na guerra em que participamos ou com a presença de duas ou mais "potências nucleares" ou, inicialmente, com a de uma ou mais "nações satélites" do lado que se nos opõe, estas, na consecução de propósitos do país central, em torno do qual gravitam.

Na área civil, bastaria citar o Gen LUDENDORFT, que parece ter tido uma antevisão da atualidade com os modernos meios de lançamentos sofrendo, dia a dia, aperfeiçoamento em sua técnica e alcance: — "Os limites do **TEATRO DE OPERAÇÕES** confundem-se com os de todo o território das nações beligerentes." Por sua vez, a **ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO** dá sua palavra de atualização e de compreensão do assunto, através de sua **NE de DEFESA CIVIL**, afirmando:

"Atualmente, o poder de destruição das armas fabricadas pelo homem, aliado à capacidade de aplicá-las em qualquer ponto do globo terrestre ou mesmo no espaço sideral, atingiu um ponto tal, que nenhuma nação pode se julgar perfeitamente segura. Por mais neutralista que seja a política externa de um país, por maior que seja a distância geográfica que o separa das grandes potências, por menores que sejam os atrativos que possa oferecer a um conquistador, uma nação estará sempre sujeita a ser alvo de ataque, planejado ou, até mesmo, acidental.

Nosso país está ligado, por tratados, a nações detentoras de armas nucleares, que poderão ser atacadas a qualquer momento por suas rivais. Nada impede que esse ataque se volte, também contra os possíveis aliados, embora não possuam armas nucleares. Por outro lado, erros de lançamento ou perda de controle sobre os engenhos portadores de cargas nucleares, poderão atingir, inesperadamente, qualquer parte do globo."

Com o que acima transcrevemos pensamos ter deixado bem explícito a relevância da matéria em foco, cobrindo a "FINALIDADE" do presente estudo.

2. Notícias Sobre os Efeitos Nucleares

a. A desintegração nuclear provoca a liberação de considerável quantidade de energia que se manifesta sob as três formas seguintes:

- ONDA DE CHOQUE ou EFEITO DE SÓPRO, semelhante ao das explosões comuns, porém, muito mais fortes; é proveniente da grande "bola de fogo", fornada de gases em temperatura e pressão elevadíssimas;
- CALOR ou RADIAÇÃO TÉRMICA, do tipo luminoso ("bola de fogo"), mais intensa do que em outra explosão, com uma temperatura apreciável, ascendendo no "ponto zero" (centro do fenómeno) a mais de um milhão de graus centígrados;
- RADIAÇÃO NUCLEAR, resultado da desintegração havida, qual seja o *desprendimento de radiações ionizantes* (raios "gama"), *emissão de nêutrons* (libertados pela reação em cadeia) e *produtos da desintegração nuclear* (principalmente raios "beta"), originando-se uma RADIAÇÃO NUCLEAR INICIAL e uma RADIAÇÃO RESIDUAL. A primeira é decorrente da bola de fogo surgida no momento da explosão e que perdura por um minuto; a segunda é produzida pelos resíduos da fragmentação do engenho em milhões de partículas e por matérias tornadas radioativas, após um minuto do arrebrandamento. Dentro dessa última modalidade de radiação temos: a RADIAÇÃO INDUZIDA e PRECIPITAÇÃO RADIOATIVA.

b. Nos casos de EXPLOSAO NO AR, dependendo da sua maior ou menor aproximação da superfície, registram-se: preponderância do CALOR e do SÓPRO, RADIAÇÃO INICIAL ou IMEDIATA intensa e extensa e, finalmente, RADIAÇÃO RESIDUAL relativamente pequena.

Na EXPLOSAO DIRETAMENTE SOBRE A SUPERFÍCIE, o Sôpro e o Calor ficam mais ou menos localizados, a radiação inicial ou imediata diminui em relação à registrada na aérea, porém, a RADIAÇÃO RESIDUAL atinge uma área bem maior do que a que se observa quando do fenómeno acima do solo.

No caso da EXPLOSAO SUBMARINA ou subaquática, o sôpro fica confinado a uma pequena área, sendo a maior parte do calor absorvido; a radiação inicial resulta insignificante e a RESIDUAL muito grande. O acionamento de engenhos nucleares debaixo da superfície terrestre apresenta características semelhantes, nos devidos termos.

3. Proteção Contra Armas Nucleares

a. Generalidades

A proteção contra as armas de destruição em massa é realizada, quer na área militar quer na área de DEFESA CIVIL, englobando:

- MEDIDAS DE ORDEM ESTRATÉGICA;
- MEDIDAS DE ORDEM TÁTICA;
- MEDIDAS TÉCNICAS DE PROTEÇÃO COLETIVA e
- MEDIDAS TÉCNICAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.

Tôdas as medidas acima, quando usadas, nas áreas que lhes são específicas, no momento preciso e dentro das normas prescritas, são eficazes meios de defesa contra os prováveis danos e perdas oriundos das armas nucleares.

As medidas de ORDEM ESTRATÉGICA e de ORDEM TÁTICA gerais competem, exclusivamente, ao governo, ao alto comando de áreas e de grandes unidades, dentro de suas esferas de atribuições e constituem objeto de planejamento, instruções e diretrizes gerais e particulares a órgãos, entidades e elementos que lhe são subordinados. Seleccionamos as seguintes:

- (1) Busca de informes: Sobre indústrias, centros de estudo, campos de prova, reatores, especialistas e mais dados sobre o problema de energia atômica, inclusive programa, metas e verbas das nações aliadas, neutras e potencialmente inimigas relativos ao emprêgo das armas nucleares (meios, processos, tabelas etc) das mesmas nações; sobre recursos minerais físeis e outros materiais implicados no problema atômico nos diversos países;
- (2) Opinião pública e condução da mesma sobre o emprêgo de engenhos nucleares por parte das nações potencialmente inimigas, em particular;
- (3) Processos e indícios de guerra psicológica da mesma parte e planejamento da ação psicológica;
- (4) Estudo das unidades de combate e de apoio ao combate, bem como seu dispositivo, do inimigo ou provável inimigo e das nações aliadas;
- (5) Instalação de um sistema ou rede de DEFESA AÉREA no TEATRO DE OPERAÇÕES (TO) e no país, que poderá ser no todo ou parte a ZONA DO INTERIOR (ZI), a fim de detectar, em tempo, os mais prováveis e os comuns meios de lançamento de armas de destruição em massa.

Algumas destas medidas antecedem a deflagração da guerra, antes mesmo de caracterizado o inimigo de fato e se estendem depois, pelo período de beligerância.

As MEDIDAS DE ORDEM TÉCNICA dizem respeito não somente à proteção do pessoal, como também dos animais e do material (suprimentos de tôdas as classes, na acepção militar), inclusive, é claro, na área da DEFESA CIVIL.

Diversas destas medidas são aplicadas por tropas, inclusive a GUARDA TERRITORIAL, elementos especializados e entidades civis públicas e particulares, segundo prescrições preestabelecidas, podendo compreender:

- operações com aparelhos detetores e medidores de radioatividade;
- demarcação de zonas perigosas no TEATRO DE OPERAÇÕES (TO) e no país e/ou na ZONA DO INTERIOR (ZI);
- dispersão das tropas e das instalações diversas;
- limitação de tempo de permanência nessas zonas taxadas de perigosas;
- construção de abrigos à prova de radiações;
- organização e execução de socorros médicos;
- descontaminação de instalações e de material (suprimentos);
- proteção de estabelecimentos, depósitos, postos de comando, animais, centrais de força, reservatórios de água, fábricas, centros de transporte e de comunicações, etc, no TO e na ZI;
- planejamento da evacuação em massa (prioridades, transporte, zonas de reunião e de destino, tratamento e alojamento dos evacuados, etc).

As medidas acima são objeto de uma *instrução técnica particular ou geral*. Um certo número delas, de caráter simples e de fácil realização e relativas tanto à proteção coletiva como à individual, deve ser conhecida por todos. Entre os órgãos mais interessados no assunto, bem como no campo estratégico e tático, desde o tempo de paz, estão: o ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, os MINISTÉRIOS MILITARES e o MINISTÉRIO DA SAÚDE, entre outros.

b. Proteção coletiva

Esta proteção baseia-se no seguinte:

- organização e construção de SISTEMAS DE ABRIGOS, dentro do princípio da DISPERSÃO;
- DETEÇÃO;
- ALERTA;
- PROTEÇÃO DOS ALIMENTOS E DA ÁGUA;
- PROTEÇÃO DO MATERIAL e
- DESCONTAMINAÇÃO.

De um modo geral, conforme se trate de homens, animais ou material, a proteção oferecida pelo vestuário ou por uma parede é suficiente, desde que não se incendeie aquele ou se desmorone esta. No primeiro caso, isto é, em se tratando de homens, é ponto importante a cobertura do rosto e das mãos. Enfim, todo o indivíduo convenientemente abrigado dos efeitos mecânicos estará, ao mesmo tempo, imune aos efeitos térmicos diretos.

(c) Contra a RADIAÇÃO NUCLEAR INICIAL e, de certa forma, contra a PRECIPITAÇÃO RADIOATIVA é possível, em numerosos casos, a limitação de danos e perdas com abrigos de espessura variável.

Contra o perigo da precipitação radioativa, os abrigos devem ser organizados de modo análogo aos destinados à proteção contra os agentes químicos, comumente denominados "gases de combate". É prescrição para este caso conservar-se no abrigo durante as primeiras horas após o ataque e, ao deixá-lo, atravessar-se, rapidamente, as zonas suspeitas de contaminação. Logo que possível as vestes devem ser retiradas e, por fim, deve-se tomar banho completo em água corrente (chuveiro). Os abrigos são necessariamente impermeabilizados e suas entradas providas de cortinas especiais e duplas (o C 21-40, trata do assunto).

A título de simples ilustração o quadro abaixo dá, para as diversas distâncias do ponto de arrebentamento, os valores das espessuras dos materiais comumente usados e que oferecem segurança:

DISTANCIA (m)	ESPESSURA NECESSARIA (m)		
(do ponto de arrebentamento Arma: 20 KT/Arr superfície)	Terra	Concreto	Aço (blindagem)
(1)	(2)	(3)	(4)
(1)	(2)	(3)	(4)
600	1,70	1,10	0,30
800	1,45	0,90	0,27
1000	1,15	0,70	0,22
1200	0,95	0,55	0,18
1400	0,65	0,40	0,13

Outra medida correta e indispensável é a suficiente dispersão entre os abrigos.

(2) Entende-se por DETECÇÃO o conjunto de processos utilizados para localizar e aquilatar os efeitos das explosões nucleares. Dentre os aparelhos manejados por especialistas e destinados à busca de corpos radioativos e radiotivados e de partículas radioativas portanto, situam-se os "RADILAC", empregados nos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, até 1968.

A detecção se exerce:

- Sobre o terreno;
- Sobre o material e suprimentos de toda a natureza (classes), bem como instalações e até pessoas e animais.

Esta operação permite a um comando e à DEFESA CIVIL:

1.º) Delimitar zonas do terreno infectadas e, segundo o grau de contaminação registrado, proibir-lhes, mediante instruções e ordens, o acesso ou, então, fixar o tempo de permanência nas mesmas;

2.º) Decidir quanto:

- às possibilidades de recuperação para o uso do material atingido;
- à oportunidade de descontaminação;
- ao abandono temporário ou, ainda, sobre o enterramento do que foi contaminado (é óbvio que o fogo — incineração — não destrói, anula ou atenua a radiação).

(3) O ALERTA pode ser restrito ou geral. Como o geral tem interesse maior; focalizaremos o mesmo. Ele é dado por todos os meios de comunicações, segundo regras prescritas pelo comando do setor, área, zona, ou região e pela DEFESA CIVIL por intermédio de um de seus órgãos em um setor ou região, conforme o caso.

Todo o combatente, ao ter conhecimento que uma zona do terreno se acha contaminada, deve avisar, imediatamente, ao seu comandante e, conforme o caso, a unidade vizinha deve ter ciência do fato. Nas devidas proporções, todo o elemento deve participar à autoridade competente, em se tratando da DEFESA CIVIL, sobre áreas suspeitas. A GUARDA TERRITORIAL tem os mesmos deveres inerentes às tropas combatentes de um TO.

O alerta acarreta:

- a ocupação imediata dos abrigos existentes;
- a tomada de medidas individuais de proteção e
- a intervenção das turmas especializadas de detecção e de descontaminação.

O SISTEMA DE DEFESA AÉREA é conectado também com a DEFESA CIVIL podendo esta alertar a tempo a população quando

detectada à aproximação de uma aeronave ou míssil inimigo. Verifica-se que o alerta está intimamente ligado à defesa aérea, considerando-se que a maioria dos ataques com armas de destruição em massa vem pelo ar. A propósito disto, podemos afirmar que a defesa aérea enfrenta quatro problemas capitais:

- a detecção e
- a identificação das aeronaves inimigas;
- o engajamento e
- a destruição das mesmas.

Admitindo-se que a detecção e a identificação, que nos interessa mais de perto no momento, tenham, cada uma, 90% de eficiência, assim, há a probabilidade de 19% de falhas ($90 \times 90 = 81\%$; $100 - 81 = 19\%$), o que vem afetar a questão do alerta, sem se falar dos dois outros problemas restantes da defesa aérea, inclusive o tráfego aéreo de nossos meios. Para se ter outra idéia da dificuldade do problema, basta lembrar que um avião a 1800 km/h, percorrerá uma profundidade de 30 km em cerca de um minuto, de 90 km em, aproximadamente, três minutos e de 180 km em seis minutos (profundidades médias que podem ser encontradas, respectivamente, para a Divisão de Infantaria, Corpo de Exército e Exército). É conveniente notar-se que existem aviões e outras aeronaves muito mais, velozes hoje em dia.

(4) PROTEÇÃO DOS ALIMENTOS E DA ÁGUA

A tropa e a população civil da área atingida não devem utilizar-se de víveres que possam ter sido contaminados ou suspeitos. Quando a sua substituição fôr impossível, só aproveitá-los depois de cumpridas as prescrições que serão abaixo especificadas.

O perigo da contaminação e as medidas de proteção a tomar são diferentes, conforme se tratar de:

- víveres em embalagens metálicas estanques: conservas e rações individuais; óleos e vinhos ou outras bebidas em latas e tonéis;
- víveres em embalagens não estanques: caixas de madeira e papelão; barris de madeira; sacos de papel etc;
- alimentos descobertos (pão, carne, alimentos preparados e frutos), forragens e água em reservatórios comuns, a céu aberto;
- animais em pé.

Os víveres em embalagens estanques são quase totalmente protegidos da ação das partículas e emanções radioativas. Contudo, a superfície externa dos recipientes pode estar contaminada, donde ser

necessário o exame por turmas ou equipes especiais de detecção que decidirão:

- da necessidade de armazená-los por determinado tempo;
- da possibilidade de seu consumo, depois de substituída ou removida a face externa do recipiente ou submetida a uma limpeza (escovação e lavagem com água corrente).

Os víveres em embalagens não estanques podem ser contaminados mais profundamente pela penetração de poeira e água radioativas.

Os alimentos descobertos que não podem ser conservados em bom estado durante o tempo necessário à sua descontaminação e consequente aproveitamento, devem ser enterradas, desde que sua contaminação tenha sido realmente constatada.

A conduta a se observar na proteção dos víveres (inclusive rações) e forragens é a seguinte: qualquer que seja seu acondicionamento, os víveres devem ser envolvidos em sacos ou folhas de papel forte (de embalagem), se possível impermeáveis à água ou umidade, sendo conveniente, ainda, um envoltório com papel aluminizado. Quanto a forragens (verdejo) talvez o melhor processo, devido à grande quantidade, seja de viaturas com carroçarias metálicas fechadas e estanques e depósitos com características semelhantes.

Após um ataque nuclear e antes de qualquer manipulação, as embalagens devem ser examinadas por turmas de detecção. Segundo o grau de contaminação esses víveres poderão ser entregues ao consumo, depois de um armazenamento mais ou menos prolongado. No caso em que os víveres possam ser distribuídos, os envoltórios que o convenha ser, serão retirados por pessoal equipado com meios especiais de proteção ou, no mínimo, munido de máscara e luvas de borracha. Todas as precauções deverão ser tomadas para evitar o contato dos produtos com a superfície externa dos recipientes provavelmente contaminados.

Os víveres frescos, como o pão, a carne verde, alimentos preparados — refeições quentes —, devem ser colocados em recipientes estanques e sua vedação será assegurada por meio de uma fita adesiva ou, quando possível, também por uma camada de parafina ou por outro processo satisfatório. Os líquidos são, em geral, bem protegidos em vasilhames próprios e quase que comuns.

As embalagens cuja recuperação seja interessante, serão armazenadas, segundo instruções dadas por turmas especializadas.

O emprêgo de água atingida por produtos radioativos é formalmente proibido, qualquer que seja o uso a que se destine, mesmo sendo fervida.

De um modo geral, ao comandante de unidade isolada cabe a responsabilidade de mandar verificar o estado dos suprimentos. Na

DEFESA CIVIL, os chefes de distrito, regiões, setores etc têm idêntica atribuição.

Os animais de sela, carga e tração quer da área militar quer da civil, inclusive o gado de corte, têm extensivas a si as mesmas medidas quanto à alimentação. Os serviços de intendência, saúde, veterinária, químico-biológico e radiológico são os mais diretamente ligados ao problema no setor militar, servindo de conselheiros técnicos do comando, bem como a 4.^a e 5.^a Sec/EM. Na DEFESA CIVIL, quando não houver, devem ser criados órgãos semelhantes ou aproveitadas ou ativadas as estruturas existentes (do MINISTÉRIO DA SAÚDE, da AGRICULTURA, da INDÚSTRIA E COMÉRCIO etc), devidamente instruídas e equipadas.

(5) PROTEÇÃO DO MATERIAL

Nos deslocamentos como nas paradas (altos) ou situações defensivas, tanto quanto possível, devem ser tomadas disposições para abrigar materiais diversos do ataque nuclear ou dos efeitos de corpos ou partículas radioativas.

Na área militar entendemos por proteção do material a inclusão dos suprimentos de tôdas as classes e de instalações. A proteção do material se realiza pelos mesmos processos, nas devidas proporções e possibilidades, usadas na proteção do pessoal e alimentos (suprimento Classe I) e água, já tratados. Para o material sobre rodas devemos utilizar caminhos em corte, dobras do terreno, taludes em vias férreas e, eventualmente, abrigos especialmente construídos. O material de pequenas dimensões, particularmente as instalações e aparelhos de comunicação, poderá ficar abrigado em trincheiras, abrigos ou outros locais protegidos destinados ao combatente ou população civil. Para o material de grande porte a proteção, raramente, é completa, contudo, nas estruturas metálicas como hospitais móveis, comboios ferroviários de aço ou alumínio, viaturas blindadas, peças de artilharia de tubo e de mísseis, navios de guerra etc. o risco é relativamente pequeno, por serem passíveis de descontaminação.

Sempre que possível, o material além de colocado em lugares bem protegidos, deve ser coberto por toldos de lona impermeabilizados ou panos de barraca igualmente tratados, folhas de ferro galvanizado, zinco e similares.

(6) A DESCONTAMINAÇÃO total do solo é impossível. Resta, assim, aguardar o desaparecimento paulatino dos efeitos radioativos, segundo as leis naturais que regem o assunto.

Quanto ao material radioativado, a descontaminação, ordinariamente, é de difícil execução. Cabe efetua-la ou pelo menos dirigi-la pessoal especializado e processo comum é o emprêgo de água corrente projetada em jatos fortes (mangueiras do tipo usado pelos

bombeiros) com o uso simultâneo de escovas ou vassouras com sabão ou detergente. A água resultante da limpeza deverá estar, naturalmente, ao fim desta, contaminada e por isso exige cuidados especiais quanto ao seu destino.

c. Proteção individual

A proteção individual repousa:

- na utilização dos meios técnicos de que cada combatente é dotado ou de que cada indivíduo receba ou confeccione por seus próprios meios na área de Defesa Civil;
- na execução estrita das prescrições fixadas pelo comando do escalão superior ou da Defesa Civil e das normas temporárias indicadas pelos especialistas.

(1) Os MEIOS TÉCNICOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL são, em princípios, os mesmos usados contra os agressivos químicos, particularmente os denominados "gases de combate" e visam a proteger:

- contra os perigos de irradiação interna, impedindo a penetração de poeira radioativa (precipitação radioativa) pela via bucal ou nasal, no aparelho digestivo ou nos pulmões;
- a pele exposta, assim como o vestuário, do perigo da contaminação pela poeira, neblina etc, a fim de reduzir mais facilmente a duração da irradiação externa.

Os meios técnicos de proteção individual consistem:

- aparelhos respiratórios especiais e
- equipamento de proteção individual.

Além disto, o pessoal que integra as turmas de saúde, tanto dentro do TO como no interior da ZI (DEFESA CIVIL), deve ser munido de aparelhos especiais, como sejam os detectores e/ou medidores de radioatividade (dosímetros — câmara de ionização portáteis) que permitem avallar a dose total de irradiação recebida por indivíduo ou material, incluindo-se, é claro, o que militarmente denominamos de suprimentos, inclusive os animais, durante um lapso determinado.

(2) As principais PRESCRIÇÕES GERAIS PERMANENTES para proteção individual se resumem:

(a) Caso de alerta geral

— Ocupar os abrigos segundo as ordens recebidas. Nos abrigos de terra ou nas trincheiras, a posição que assegura o máximo de proteção é a "deitada", de dorso para cima, protegendo as mãos e a nuca.

— Colocar "em posição" de proteção o aparelho respiratório especial e em seguida utilizá-lo (quando não houver, usar a máscara contra gases).

— Calçar luvas.

(b) Caso da explosão a grande altitude

— Esperar alguns minutos após a explosão para então se levantar dos abrigos e sair, o que, em princípio, só deve ser feito mediante ordem.

— Quando não houver abrigos organizados, ou quando estes estão muito afastados e não podem ser alcançados, deitar-se rapidamente ao solo protegendo o rosto e as mãos com os braços dobrados sob o corpo e dorso para cima e aproveitar tudo o que possa constituir anteparo para o corpo mas que não ofereça perigo de desmoronamento ou estilhaçamento, como por exemplo: paredes de fossos, taludes de vias férreas, muros baixos, dobras do terreno etc.

(c) Caso de ataque com arrebentamento na superfície ou por produtos radioativos

Uma explosão na superfície diferencia-se da área pela nuvem formada. Nesta, a nuvem atinge a uma altura superior a 10.000 metros dentro de 5 a 10 minutos, para então dissipar-se devido a ação dos ventos; naquela, a nuvem não se eleva tanto e nem é tão rapidamente dispersada.

— Aplicam-se as prescrições quanto ao aparelho respiratório especial e o equipamento de proteção individual como anteriormente visto. Na falta desses meios usar todos os recursos disponíveis e possíveis para cobrir o corpo (roupas, trapos de pano, lonas e encerrados, papel de jornal etc) a fim de evitar-se o contato direto com a poeira radioativa.

— Calçar luvas e não deixar de usá-las; somente sair dos abrigos mediante ordem; evitar de tocar ou manusear diretamente objetos suscetíveis de estar contaminados; não ingerir alimentos sob suspeição ou beber água sem ter certeza de sua pureza; obedecer às indicações do pessoal especializado.

(d) Caso de permanência ou travessia obrigatória em terreno contaminado ou sob suspeição

— Pôr o aparelho respiratório em condições de proteção e colocar o equipamento de proteção individual.

— Fechar e abotoar as roupas e agasalhos, não deixando flutuar as abas das vestimentas; proteger o mais possível o calçado, quer envolvendo-o em pedaços de pano ou de lona, quer utilizando botas com revestimentos especiais (tipo galochões); calçar luvas.

— Evitar: buracos de obuses, poças de água, terrenos cobertos, macegas altas e, tanto quanto possível mesmo munido de equipamento de proteção individual, assentar-se ou arrastar-se sobre as mãos ou sobre os joelhos, tocando no solo; segurar ou usar objetos capazes de estarem contaminados e queimar materiais que possam estar radioativos.

— Procurar satisfazer as necessidades fisiológicas antes de colocar o equipamento de proteção individual e de calçar as luvas.

— Após sair da zona contaminada, todos devem ser examinados por especialistas e, na primeira oportunidade, toda a roupa e o calçado devem ser trocados, sendo necessário, ainda, lavar cuidadosamente as mãos antes de urinar e defecar. As mãos devem ser lavadas primeiramente em água morna e corrente, ensaboando-se em seguida, com auxílio de uma escova; depois disso enxagua-se esmeradamente e renova-se o ensaboamento para, por fim, lavá-las, novamente, em água corrente e abundante. A escova deve ser aplicada enérgicamente, porém, evitando-se qualquer escoriação.

(e) Caso de precipitação radioativa

É necessário atentarmos para este caso, genérica e vulgarmente chamado de poeira radioativa, no que concerne à radioatividade produzida por fonte radioemissora interna, devido à penetração de partículas radioativas através das vias respiratórias, o que pode ser obstado por meio de filtros especiais ou protegendo-se a boca, o nariz e os olhos com um simples lenço e óculos contra poeira.

(f) Caso de feridos e irradiados em consequência de arrebentamentos nucleares.

Todo o pessoal que sobreviver a um ataque nuclear e entre o mesmo os feridos por efeitos secundários ou primários, deve ser submetido a exame médico dentro do mais curto prazo, triado e permanecer, por algum tempo, em repouso. Todo indivíduo irradiado, mesmo sem indicio aparente, deve ser encaminhado ao posto de socorro mais próximo.

4. CONCLUSÃO

a. A proteção contra o ataque nuclear não se cinge e nem poderia se restringir às tropas, suprimentos, instalações militares, pontos e áreas vitais, isto é, aos interesses das FORÇAS ARMADAS. Ela engloba a nação como um todo, pois visa a proteção da população no sentido mais extenso que é um elemento essencial do PODER NACIONAL, instrumento através do qual o Estado-Nação garante sua SEGURANÇA e mais: se estende aos países aliados e/ou vizinhos.

b. A detecção de todos os tipos de aeronaves inclusive, é claro, os mísseis inimigos, é essencial para a proteção efetiva contra os efeitos das armas nucleares, pois, se não abatidos poderemos, pelo menos, pelo alerta e pondo em prática outras medidas de proteção, diminuir de muito os danos do momento e os posteriores ao arrebentamento. A bem da verdade deve-se dizer que nem todos os meios de ataque com armas de destruição em massa se fazem pelo ar.

c. É importante guardar-se que quatro são as formas principais de ataque com tais armas:

- sob a forma de explosão no ar;
- sob a forma de arrebentamento na superfície ou bem próximo desta (explosão "contaminação");

- por meio de cargas (denominadas MAD-MUNIÇÃO ATÔMICA DE DEMOLIÇÃO — ou, CND, — CARGA NUCLEAR DE DEMOLIÇÃO); e,
- sob a forma de corpos ou substâncias radioativas.

As formas de lançamento variam: mísseis, aviões, granadas, minas, cargas e material radioativo, sendo estas últimas com auxílio de patrulhas, equipes e, mesmo, individualmente.

d. Cíveis e militares devem estar perfeitamente treinados e serem conhecedores dos meios de proteção. A DEFESA CIVIL englobando, é claro, a GUARDA TERRITORIAL, entidades públicas e privadas (colégios, fábricas, repartições, associações e organizações diversas) devem estar a par das instruções e medidas pertinentes e, quanto possível, possuírem equipamentos e pessoal especializados para uma proteção efetiva contra perdas e danos causados pelas armas de destruição em massa. Órgãos de cúpula do governo devem atentar para o problema e, no que for plausível, pôr em prática ou provocar o provimento de meios para tal fim.

Construções destruídas e seus destroços projetados pelo sopro, desenvolvimento de múltiplos incêndios provocados pela ruptura das tubulações de gás, curtos-circuitos, lançamento de fagulhas, explosões de combustíveis e queima destes e combustão espontânea, radiação nuclear inicial e residual (radiação induzida e precipitação radioativa), tudo, constitui um quadro que exige meios de proteção dos males diversos e amplos e que deve ser bem avaliado para que não se permaneça estático e embaído por uma segurança que já existiu.

e. As medidas de proteção são simples e a maioria ao alcance de todos. Sua difusão deve ser ilimitada e bem feita e sua coordenação cuidadosa e completa. A pobreza de meios ou falta de recursos não justifica descaso.

Por mais que se desenvolvam os meios de lançamento e a potência das armas, as normas básicas de proteção coletiva e individual pouco poderão variar, a não ser pela melhoria dos equipamentos de proteção utilizados e aperfeiçoamento das medidas de detecção e descontaminação e da DEFESA AÉREA.

f. Como última palavra, deixa-se à meditação do leitor os aspectos sobre a utilização de armas nucleares combinadas com a de armas químicas e biológicas.

COMO EQUIPAR A ARTILHARIA DE CAMPANHA BRASILEIRA

MAJ Art QEMA
ROBERTO NUNES MENDES,
Instrutor da ECEME

1. INTRODUÇÃO

Muitas são as opiniões a respeito de como equipar a Artilharia de Campanha Brasileira. Há os que pensam em equipá-la com o aproveitamento de "sucata" e de material já "cansado". No outro extremo, há os que pensam apenas em "importar artilharia", e os que acham que o nosso Exército já devia estar equipado com mísseis para poderem aplicar o que, teoricamente, aprenderam nas Escolas, e que vêem no míssil a redenção e a solução para todos os problemas da Artilharia de Campanha Brasileira.

De qualquer modo, percebemos que a nossa Artilharia passa por uma fase má de sua existência; tanto como arma de apoio, pois sentimos que ela não pode prestar ao elemento de manobra o apoio de fogo terrestre desejável, como arma do Exército Brasileiro, pois passamos por uma fase de extinções de suas unidades sem a criação de outras novas, acarretando a quase *exclusividade* do QSG aos oficiais de artilharia.

Como equipar, pois, a Artilharia de Campanha Brasileira?

2. MISSIL

Para bem entendermos o que seja míssil responderemos as perguntas: Para que serve o míssil? Terá êle, no caso de uma guerra interna ou num conflito em TO Continental, oportunidade de realizar a sua finalidade? Vejamos.

O míssil foi desenvolvido na Alemanha ao final da Segunda Guerra Mundial com o objetivo estratégico de bombardear a Inglaterra. As chamadas bombas V1 e V2, com alcance de 300 quilômetros e transportando cargas de 700 kg e 1.000 kg de TNT, respectivamente, foram, por assim dizer, os primeiros mísseis empregados com sucesso.

Terminada a guerra, começou a corrida armamentista de longo alcance entre os EUA e a URSS, concomitantemente com a corrida nuclear, valendo-se ambos de estudos e técnicas alemãs, para complementarem sua própria pesquisa. O míssil, portanto, seria o portador da ogiva nuclear, a grande alcance. A guerra nuclear tática exigia mísseis de menores alcances, e assim aparece-

ram, no Exército dos EUA, em diferentes épocas os seguintes mísseis: (*)

— o Corporal, o Lacrosse, o Redstone, o David Crockett, o Little John, o Honest John, o Sergeant e o Pershing, estando em utilização os cinco últimos, havendo os três primeiros caído em desuso, nos EUA. No momento, está em fase de aperfeiçoamento o Lance, que substituirá o Honest John e o Little John. São todos armas "de emprêgo tático e foram concebidos para transportar cargas nucleares" ("Revista Internacional de Defesa, nº 2 — 1968").

Além dos Estados Unidos e da União Soviética, a França e a China fabricam mísseis superfície-superfície, porém em escala muito diminuta. A própria Inglaterra, que é uma das 5 potências nucleares, está equipada com mísseis norte-americano Corporal e Honest John, o primeiro já em desuso pelo exército dos EUA, substituído que foi pelo Sergeant). O desinteresse das demais nações em fabricar seus mísseis parece que deve-se ao facto de elas se sentirem incapazes de acompanhar a corrida de aperfeiçoamento desenvolvida entre EUA x URSS.

Sabemos ainda que estão equipadas com mísseis superfície-superfície os exércitos das 5 potências atômicas: Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra e China, ou daquelas nações que, por tratados, devam manter parte de suas forças armadas em

condições de, em questão de horas, participarem de uma guerra nuclear ativa: é o caso das nações da OTAN (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Itália, Grécia, Turquia, Portugal, Islândia, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Noruega, Luxemburgo e França), que possuindo parte de seus exércitos equipado e organizados uniformemente dentro dos moldes impostos pelo tratado, possuem mísseis superfície-superfície em suas organizações. É também o caso dos exércitos dos países do Pacto de Varsóvia, no mundo comunista.

O Exército brasileiro tem possibilidade de combater numa guerra nuclear ativa. Esta é a razão que leva o Exército a ministrar aos seus oficiais, noções sobre o possível emprêgo de uma força brasileira operando em condições de guerra nuclear ativa, enquadrada por um Comando Aliado, e evidentemente, equipada (por necessidade e na oportunidade devida) com os meios comuns aos demais elementos que participam da Força Aliada, entre eles o míssil. Essa possibilidade, contudo, é mínima, e deverá caber aos Estados Unidos, potência líder do mundo ocidental, atualmente, fornecer, por cláusulas de acordos a serem assinados, o equipamento que dará à Força Expedicionária Brasileira condições de combater numa guerra nuclear.

Poder-se-ia dizer como em alhures foi dito: mas há necessidade de possuirmos, pelo menos, uma unidade de mísseis afim de

(*) Estamos tratando dos mísseis superfície-superfície de emprêgo tático, ou seja, os que ficam sob o controle dos comandos táticos das forças terrestres.

permitir o treino de guarnições no manuseio de mísseis. Concorramos plenamente, mas necessário é que se diga (e não é difícil de se imaginar) que os treinamentos serão de "lançamento simulado", que dispensa perfeitamente a existência do míssil em si, exigindo apenas o equipamento de treinamento, o que bem poderia ser feito por meio de equipamentos protótipos construídos no país com a verba que fosse destinada a aquisição de tais mísseis no exterior.

Obs.: Não cuidamos no presente artigo dos mísseis de defesa aérea, porque a Defesa Aérea envolve de início uma doutrina diferente que não vem a caso.

Mas, mesmo não transportando carga nuclear, o míssil poderia transportar uma carga convencional, diriam. Sim, é verdade: a missão secundária do míssil é prestar apoio de fogo terrestre a grandes distâncias, visando, principalmente, objetivos a retaguarda do inimigo (missão de apoio da Força Aérea). Será de bom senso, possuírmos um material caríssimo para o desempenho de sua finalidade secundária, doar a missão da Força Aérea?

Vamos exemplificar. Tomemos o grupo de mísseis Honest John, orgânico das AD das Divisões do Exército dos EUA (exceto na Divisão Aeroterrestre). O grupo é constituído de 2 baterias a 2 plataformas de lançamento cada, ou seja o grupo tem 4 plataformas (4 mísseis). Cada míssil pode transportar uma carga nuclear de até 100 KT (equivalente a 100.000 toneladas de TNT ou ..

100.000.000 de quilos de TNT), ou uma carga não-nuclear de 100 quilos de TNT:

Digamos que um "exército não-nuclear", possuindo um grupo de mísseis Honest John decidiu lançar 1 dos 4 mísseis que compõem o grupo de mísseis contra uma instalação de área de retaguarda do inimigo. É um míssil livre, e como tal sujeito a uma dispersão proporcional ao alcance, o que pode frustrar completamente seu êxito quando empregado para transportar uma carga convencional a um grande alcance. O mesmo não acontecendo se transportando carga nuclear mesma "de muito pequena potência" (2 KT, p.e.) onde a dispersão pouco, ou nenhuma, influência traria porque o raio de efeito da carga nuclear suplantaria o "desvio".

O míssil, por esta razão, teria uma prioridade secundária para equipar a nossa artilharia, atualmente. No entanto, o grande esforço na área do míssil, seria feito no sentido da pesquisa e no desenvolvimento de projetos nacionais.

3. CANHAO OU OBUS

Parece-nos que pelas características das estradas e pontes (capacidade) ainda estamos restritos à artilharia rebocada (leve e média), com preponderância para a primeira, e codicionando a existência da segunda a determinadas áreas operacionais do país e do continente.

Poderemos, pois, pensar em fabricar o canhão 75mm e 105mm, os calibres são condicionados,

pois já possuímos a fabricação da munição de artilharia de 75mm e 105mm, que deve ser um fator encorajador para a fabricação dos nossos canhões e obuses rebocados.

Por ter seu emprêgo subordinado a existência de estradas e pontes com características que suportem o peso do material, a artilharia média ainda tem seu emprêgo restrito para nós, mais do que a leve; há ainda a grande limitação de não fabricarmos (pelo menos ainda) a sua munição.

Quanto à artilharia autopropulsada, achamos que ela, dentro de seu real e objetivo conceito, só pode ser considerada numa situação à parte, juntamente com as nossas Brigadas Blindadas, ou Mecanizadas e não num conceito maciço de artilharia brasileira, ao menos por ora.

Achamos pois, que o primeiro passo a ser dado no sentido de equipar a artilharia de campanha brasileira, é de lançarmos à fabricação em massa do material leve (75mm e 105mm). Aumentando com isso a potência de fogo para o Exército.

4. MORTEIRO

Sem dúvida alguma o poder de fogo do Exército Soviético é fantástico.

Nos ataques de envergadura, e logo no seu início, os soviéticos podem empregar dez vezes mais regimentos de artilharia do que regimentos de infantaria que atacam, assim na fase inicial do ataque o fogo prepondera sobre os elementos de manobra a em-

pregar, e com isso atingindo um dos princípios de guerra: a economia de forças. É bem verdade que uma boa parte dessa artilharia é constituída de morteiros pesados e canhões de calibre leve de 76mm.

O Exército Soviético, pouco antes da II Guerra Mundial, sentiu a necessidade de se dotar com inúmeras unidades de artilharia, e por várias razões, entre elas a econômica, lançou-se à fabricação em massa de morteiros (chamado: "artilharia dos pobres").

Por sua vez, o Exército dos Estados Unidos, também considera o morteiro como armamento de artilharia, mas que pela opulência de suas dotações para a pesquisa, fabrico e aperfeiçoamento do material bélico, complementa dizendo que "não são normalmente operados pela artilharia".

É evidente que o canhão é mais eficiente do que o morteiro, embora este tenha algumas vantagens técnicas sobre aquele (menos pessoal para comunicações e direção de tiro; de fácil transporte, podendo mais de uma peça ser colocada sobre uma mesma viatura; maior cadência de tiro). O Exército Brasileiro projetou e testou um morteiro de 120mm que provou ser eficiente, e pode atender em parte as nossas necessidades de apoio de fogo terrestre.

Foderíamos pensar em aumentar a potência de fogo da nossa artilharia lançando mão da nossa técnica e dos meios de que dispomos e invertendo as divisas que iríamos dar ao estrangeiro, no nosso país, no nosso Exército. Como idéia, os grupos de canhões

(não de obuses) seriam equipados com 1 ou 2 baterias de morteiros pesados (calibre superior a 120mm).

Os grupos de artilharia das grandes unidades de operações nas selvas e montanhas, seriam também organizados, total ou parcialmente, com morteiros, pois as características desses dois ambientes operacionais exigem armas como o morteiro e o obus.

5. LANÇA-ROJÃO MÚLTIPLO

O lança-rojão múltiplo é uma arma para saturação de áreas. Pode lançar fogo de alto explosivo ou munição química.

De fácil fabricação, possuímos já os nossos protótipos que se demonstraram eficientes e econômicos. Montados sobre a carroçaria de uma viatura média ou leve têm grande mobilidade, e são de fácil manejo e pontaria.

Os grupos de artilharia deveriam possuir na sua dotação alguns lança-rojões múltiplos para serem empregados quando julgados necessários, seja para lançar fogo convencional nas missões de saturação da área, seja lançando munição química.

6. CONCLUSÕES FINAIS

As medidas a serem adotadas visando equipar a Artilharia de Campanha Brasileira deverão visar, também, a implantação da nossa indústria de armamento pesado. Seriam:

a. Dar mais potência à Artilharia, o que poderia ser conseguido pela introdução do morteiro

pesado e do lança-rojão múltiplo na Artilharia de Campanha, entre outras coisas.

b. Equipá-la com canhões obuses e morteiros construídos no país, pois possuímos meios, técnica, vontade e até núcleos já prontos para fabricarmos a nossa artilharia de tubo, bastando que se coordenem os esforços e se dê "fôrça" aos projetos através da criação de um Centro de Pesquisas e Experimentação de Armamento do Exército com a finalidade de projetar, fabricar, experimentar e aperfeiçoar nossos canhões, obuses, morteiros e até mísseis; pois é inconcebível importarmos, no dia de hoje, um canhão trazendo o pneu, a capa de lona, a ferramenta acessória, a luneta, o gatilho, o eixo e as molas das rodas, as graxas, e até a graxa, etc., quando todos esses itens são fabricados pela nossa indústria, e até o tubo que é fabricado pela nossa Marinha de Guerra!

c. Criar mais unidades de Artilharia de Campanha, para termos, no mínimo, em Cada AD cinco grupos de artilharia de campanha, que é o mínimo de apoio de fogo terrestre que uma Divisão deva possuir, alterando o conceito atual de quatro grupos, que é julgado insuficiente para organizar criteriosamente a artilharia para o combate.

d. Cuidarmos, inicialmente, da Artilharia de Campanha leve e média rebocada para, posteriormente, pensarmos na autopropulsada.

e. Não nos parece oportuno adquirirmos, no momento, unidades de mísseis, nem mesmo a tí-

tulo de treinarmos guarnições, pois é fácil adaptarmos um artilheiro ao manejo de armas modernas de artilharia, basta ter o artilheiro.

Deixando de importar artilharia e contribuindo para a implan-

tação de nossa indústria de armamento pesado, estaríamos dando ao país as condições necessárias de, sob o aspecto militar, se manter na liderança da América Latina, e de competir, com outras nações, no mercado de armamento da América Latina.

Boas aplicações em Letras de Câmbio e Imobiliárias de sólidas financeiras e na Bolsa de Valores, estão na



femasa

distribuidora de títulos e valores mobiliários, lida
carta patente nº 4-68/678

SOB A DIREÇÃO DO GENERAL R/1

FERNANDO DA SILVA SÁ

AV. RIO BRANCO, 277 — CONJ. 501 — TEL. 232-6570 — RIO

(Edifício São Borja)

A GUERRA QUÍMICA E BIOLÓGICA

Autor: JOHN MARRIOT
Tradutor: Ten Cel Art ALUIZIO DE UZÊDA

*Tradução de artigo publicado no n.º 02/69
da revista militar "Revista Internacional de
Defesa" da Interavia. (Suíça).*

Em junho de 1925, a maioria das grandes potências firmaram o Protocolo de Genebra, que proibia a utilização dos "gases asfixiantes, tóxicos e, de um modo geral, todos os gases nocivos, assim como ao recurso a qualquer forma de guerra bacteriológica".

Vinte e nove países ratificaram este acordo. Os Estados Unidos se absteve de fazê-lo. Em dezembro de 1962, a Assembléia-Geral da ONU recomendou solenemente que o convênio de 1925 fôsse respeitado por seus Estados membros. Ainda em 1962, durante a Conferência do Desarmamento, a Inglaterra tentou obter a proscrição da guerra "biológica" e insistiu no mesmo tema agora em agosto último, em Genebra. O governo britânico propõe a adoção de um Tratado Internacional que proíba a produção, a posse e a utilização de armas biológicas. A URSS apóia a iniciativa inglesa, que por mais louvável que seja, é pouco provável que venha a se concretizar mediante a assinatura internacional de um Tratado que possa ser efetivamente aplicado, tendo em vista as dificuldades que adviriam das necessidades de inspeção e fiscalização internacionais constantes, o que é praticamente impossível. Com efeito, como determinar se um país se abstém, de fato, de toda a investigação no campo da guerra química e biológica (GBQ)? Por outro lado, muitos países efetuam abertamente investigações neste domínio com o pretexto de que é necessário estudar os meios de defesa contra as armas químicas e biológicas. Os EUA, no tempo da presidência Roosevelt, declarou que nunca seria o primeiro a recorrer à GBQ. Em 1960 a Câmara dos Representantes examinou uma resolução que tendia a firmar solenemente esta política, mas a moção não chegou a ser votada, devido às fortes pressões exercidas pelo Departamento de Estado e Departamento de Defesa. Não há dúvida que reina no mundo de hoje certa inquietude sobre as possibilidades de uma guerra química e biológica. A URSS desconfia — com certa razão — dos EUA, enquanto os norte-americanos estão persuadidos de que a Rússia armazena grandes quantidades de agentes quí-

micos (AQ). No que se refere a agentes biológicos (AB) nenhuma dessas duas grandes potências pode avaliar o que a outra possui. A Inglaterra sempre afirmou que seus especialistas só trabalham com finalidades estritamente defensivas e que não possui quantidades nem meios necessários ao empreendimento de uma GBQ. Os líderes políticos e o público britânico aprovam calorosamente esta atitude mas os militares não estão de acordo com aqueles, porque sabem que é muito provável que, em caso de novo conflito mundial, as armas químicas e biológicas sejam usadas de uma forma ou de outra. Dentro desta hipótese, uma nação incapaz de utilizar-se daquelas armas, seria completamente indefesa, quaisquer que fossem seus meios de defesa.

AS VANTAGENS DA G.B.Q.

Diante do inevitável, devemos examinar de maneira fria e realista as vantagens da GBQ, sob os aspectos ofensivo e defensivo. Até agora se tem considerado a bomba (ou o míssil) termonuclear como a arma absoluta, porém não se garante que a mesma possa ser usada facilmente pelo agressor. Para apoderar-se do controle de um país, primeiro há que ocupá-lo para em seguida se utilizar, para benefício próprio, do governo, dos meios de comunicação, da estrutura econômica e, se possível, das forças armadas do país ocupado. O que ocorreu recentemente à Tchecoslováquia é um exemplo clássico deste processo em duas etapas. Usar bombas nucleares para invadir um país é totalmente irracional. Conseguir-se-á anular toda a resistência oponente, mas as forças de ocupação entrarão em um território totalmente devastado e despovoado, com os edifícios, fábricas e vias de comunicação inutilizadas em grande parte e onde vastas zonas contaminadas pela radioatividade serão inacessíveis.

Assim, é mais racional o recurso às formas de guerra clássicas. Mas estas provocam enorme quantidade de vítimas e danos materiais, tanto ao agressor como ao defensor. É, pois, preferível para um agressor, aniquilar a resistência inimiga, seja durante um período suficiente para desarmar o inimigo e ocupar o território visado, seja durante o tempo necessário à ocupação de posições-chaves. Com o emprego de agentes químicos e biológicos modernos, o invasor não corre nenhum risco e, além disso, dispõe de outra grande vantagem que é o preço menor que o das armas atômicas. Não é nada fácil levar a efeito um ataque químico ou biológico sobre todo o território inimigo, mas basta que sejam tomadas e controladas algumas posições estratégicas assim como as cidades mais importantes do país, para que se possa tomar conta da situação.

Por outro lado, nada impede que se possa utilizar simultaneamente os agentes bacteriológicos e as armas nucleares ou clássicas. Nesse caso o arsenal nuclear seria utilizado na destruição da força

de dissuasão inimiga, sem devastar as grandes cidades, enquanto os agentes Q e B reduziriam as populações à impotência. Outra solução seria o emprêgo preliminar dos agentes Q e B para reduzir a força defensiva inimiga, antes de iniciar a invasão do território a conquistar. Mas, se considerada a iniciativa do lado do defensor, o emprêgo dos agentes Q e B poderá constituir-se em grande vantagem para o mesmo. Suponhamos que potentes forças invasoras cruzem a fronteira de um país e que os defensores dêste consigam estender rapidamente — o que é perfeitamente possível — uma cortina invisível de agentes nos lugares de passagem obrigatória do inimigo. A força invasora atravessará as zonas contaminadas, sem desconfiança, para logo a seguir sustar seu avanço, colhida pelos efeitos dos agentes a que se submeteu, quando então os defensores se aproveitarão para realizar um fulminante contra-ataque. Naturalmente que se os invasores estão protegidos dentro de veículos especiais e se estão equipados de trajes protetores também especiais assim como máscaras respiratórias eficazes, a iniciativa dos defensores será um fracasso. Entretanto, trajes de proteção especial causam grande estôrvo ao combatente e são muito quentes, de modo que as tropas não podem usá-los constante e permanentemente. Levando em conta estas considerações, é evidente que os agentes químicos e bacteriológicos poderiam constituírem-se em armas mais eficazes para um país, particularmente se tratando de país de baixa densidade demográfica e desprovido de armas nucleares. Examinaremos a seguir em que consistem estas armas, das conhecidas até hoje, assim como a maneira de serem utilizadas.

A GUERRA QUÍMICA

Com o nome de Guerra Química se designa, em geral a disseminação de substâncias tóxicas sob diversas formas. Estas substâncias, denominadas agentes químicos, são utilizadas normalmente sob a forma de aerossóis. Em geral são classificados, em função de seus efeitos, em agentes mortais, agentes incapacitantes e agentes lacrimogêneos. Mas estas distinções não são definitivas, pois um gás mortal aspirado em pequena dose pode ter o efeito meramente incapacitante temporário enquanto o excesso de gás incapacitante pode ter efeito mortal. No quadro abaixo, estão alinhados os tipos de agentes químicos conhecidos oficialmente até o presente, não havendo dúvida sobre a existência de outros tipos, até agora, cobertos pelo sigilo militar.

Principais propriedades dos agentes químicos:

CLASSE	NOME	ODOB	EFEITOS	OBSERVAÇÕES
Vesicantes HD	Gás de mostarda destilado	Parecido ao do alho	Todos os vesicantes irritam a pele e as mucosas, causando bólbias eventualmente.	Armazenados em grande quanti- dade durante a 2.ª Guerra Mun- dial.
T	†	Nenhum	Se aspirado é mortal. Efeito spa- rece após 48 h.	—
Q	Seminostarda	Nenhum	—	—
HN3	Mostarda nitrogenada	Semelhante ao do gerânio	—	—
Incrustantes GA	Tabun	Nenhum ou de fruta	Todos os incrustantes atacam pri- meiro os olhos e provocam uma tensão na nuca, seguida de náuseas, espasmos e con- vulsões. Depois a vítima entra em coma e morre por asfixia. Seus efeitos começam em me- nos de 10 minutos após a inala- ção e menos de 1/2 hora após o contacto com a pele.	Os russos se apoderam da fábrica alemã ao término da 2.ª Guerra Mundial.
GB	Sarin	Quase imperceptível		—
GD	Somán	Ligeiramente de fruta		—
GE	—	—		—
GF	CMPF	—		—
VII	—	Provavelmente nenhum		—
VX	—	Provavelmente nenhum		—
Irritantes (ou lacrimogénico) CA	BBC Camita	Fruto podre	Todos os irritantes atacam os olhos e provocam dor de ca- beça, tosse, espirros e náuseas. Efeitos imediatos.	—
CN	CAP	Flor de maçã	seletiva de atividades físicas e mental; provoca vertigens, de- sorientação, alucinações e agi- tações maníacas.	—
DM	Adangita	Imperceptível		—
CS	CORM	Pimenta		Em experiência nos EUA.
Incapacitantes BZ	—	—	—	Em experiência nos EUA.

Vejamos em primeiro lugar os agentes irritantes, cuja finalidade é enfraquecer o adversário. Nesta categoria estão incluídos os gases lacrimogêneos que produzem irritação na pele e nas mucosas, lágrimas abundantes, sufocação e tosse. Estes efeitos, muito penosos, diminuem consideravelmente o ardor e a eficiência combativa do adversário. Geralmente basta que a vítima se afaste da zona gaseada para que recupere a sua capacidade de ação, ainda que a impregnação nos trajes possa provocar durante algumas horas um lacrimejar desagradável. Os gases lacrimogêneos devem ser considerados como meios temporários destinados a diminuir a resistência do inimigo antes que se possa empregar outra forma de ataque. Não se deve esquecer que em doses concentradas o gás CS pode provocar queimaduras graves e o DM uma intoxicação mortal. Os agentes incapacitantes são mais poderosos que os irritantes. Sua finalidade é a de incapacitar o adversário, física e psicologicamente, impedindo-o de utilizar-se de suas armas e, assim, impedindo-o de reagir ao nosso ataque, durante várias horas ou vários dias. O agente incapacitante ideal seria aquele que pudesse provocar entre suas vítimas uma completa confusão mental, durante um período de tempo predeterminado. O invasor aproveitar-se-ia desse tempo para avançar, neutralizar as armas do defensor, apoderar-se de posições-chaves e subjugar a todos os que fôssem capazes de, ulteriormente, organizarem qualquer movimento de resistência. Quando as vítimas recobrassem sua lucidez, o território estaria debaixo do controle inimigo, os chefes encarcerados, suas armas inutilizadas, e, por isso, teriam perdido a batalha e a guerra. Sua única compensação, em sua triste sorte, seria a de conservar a vida e a saúde intactas, desde que, naturalmente, o invasor não tenha empregado um incapacitante cuja absorção tenha causado maiores conseqüências. Existem atualmente substâncias alucinógenas, cujos efeitos se aproximam aos do incapacitante ideal: o mais conhecido deles é o LSD. No que se refere a incapacitante para uso militar, o único cuja existência não é secreta é o gás BZ (descoberto pelos norte-americanos) que age primeiro como um ligeiro suporífero e a seguir como alucinógeno; a vítima não perde a consciência mas é incapaz de pensar de maneira coerente.

Os efeitos secundários: — prisão de ventre, retenção urinária — não têm nenhum caráter grave e ao cabo de alguns dias desaparecem com as perturbações físicas e psicológicas. O gás BZ tem, no entanto, um grande inconveniente: seus efeitos são variáveis conforme o indivíduo que o absorve, mesmo se considerado em relação a u'a mesma dose. Por isso, é possível que mesmo depois de um ataque com BZ, alguns indivíduos ainda tenham capacidade de reagir contra seus oponentes. Por outro lado, mesmo que o efeito normal do BZ seja a perda da coerência de raciocínio, certas vítimas chegam a um estado de alucinação ou delírio de grandeza através do que, se atingido um elemento de responsabilidade de alto comando,

é possível que ordene o desencadeamento do holocausto nuclear que, precisamente, se esteja querendo evitar.

Existe um antídoto para o BZ conhecido pelo nome de Fisostigmina que pode ser injetado ou tomado sob a forma de pastilhas. Suprime rapidamente os efeitos do BZ mas é difícil de prever-se que uma vítima tenha capacidade consciente de pensar em utilizar-se desse produto salvador. Em que pese estes inconvenientes acima apontados, o gás BZ pode ser considerado como uma arma potente e "humana". Se se conseguir regular seus efeitos, poderá ser uma arma indispensável tanto para o atacante como para o defensor.

A terceira categoria de agentes químicos é formada pelos agentes inervantes, usados sob a forma de aerossóis ou de gás. Estes agentes são muito temíveis e representam a mais eficaz arma química. Tratam-se de agentes químicos que bloqueiam no corpo humano a acetilcolina, substância orgânica encarregada da transmissão do fluxo nervoso. Derivados do tabun, composto químico experimentado pelos alemães durante o decênio de 1930, os inervantes clássicos, são praticamente inodoros e incolores. Atravessam a roupa e penetram no organismo humano através a pele e as mucosas. Os primeiros sintomas revelam-se através uma irritação cutânea, perturbações na visão, uma tensão característica na nuca e uma hipersecreção das mucosas nasais. Logo a seguir, a respiração se torna difícil e começam a aparecer os primeiros vômitos incontroláveis. A fase final se caracteriza pelo aparecimento de convulsões e a paralisia progressiva das vias respiratórias até provocar a morte por sufocação. Em meados do decênio de 1950, os investigadores britânicos experimentaram uma nova família de agentes inervantes voláteis, mais tóxicos que aqueles derivados do tabun e de evaporação mais lenta. Estes inervantes foram designados com nomes em código que começam pela letra V razão pela qual passaram a ser conhecidos como agentes V. Sua vaporização dissemina-se sobre o solo e sobre a folhagem da vegetação baixa, de modo que o passageiro se contamina sem disso se dar conta, simplesmente por ter roçado num arbusto ou tocado com as mãos nuas no solo. Quando muito concentrado o agente atravessa o tecido das vestes ou a sola do sapato do incauto. Bastam umas pequenas gotículas para causar a morte. A dose mortal, segundo as autoridades suecas, se acha compreendida entre a 2 e 10 miligramas e segundo outros especialistas entre 3 e 5 miligramas. Dada a sua possibilidade de permanecer muito tempo em suspensão no ar, os agentes V representam uma arma defensiva potente. Serve bem para ser utilizado na contaminação de pistas frequentadas pelo inimigo, durante uma guerra, na selva ou na savana; para constituir uma barreira contínua envolvendo uma base aérea ou uma plataforma de lançamento de mísseis, entre outras aplicações.

Difíceis de detetar, em geral surpreendem o inimigo no momento adequado. Outra categoria de agentes químicos é a formada por substâncias químicas que combinam os efeitos dos agentes mortíferos aos dos irritantes; são os chamados vesicantes; entre os mais conhecidos, citamos o gás mostarda ou iperita. Utilizado pela primeira vez durante a primeira guerra mundial, o gás mostarda continua sendo fabricado com uma fórmula, hoje, mais ou menos modificada. Os gases vesicantes provocam bólhas dolorosas na pele (efeito irritante) e quando em doses fortes, provoca graves queimaduras em particular nos pulmões, podendo, por isso, levar à morte.

MÉTODOS PARA A DISSEMINAÇÃO DOS AGENTES QUÍMICOS

Não basta possuir os meios para fabricar agentes químicos, é necessário que se disponha dos meios para disseminá-los no lugar desejado e no momento oportuno. Como já foi visto, a maioria dos agentes químicos são disseminados sob a forma de aerossóis. O método mais prático de disseminação é pela utilização de aeronave equipada com um sistema de pulverização, voando a baixa altura (método utilizado no Vietnã para disseminar líquidos desfolhantes); pode-se também provocar a formação de uma nuvem composta de minúsculas gotículas do agente químico, o vento se encarregará de levar a nebulosa para o lado inimigo. Face à inevitável dispersão o índice de mortalidade por este último método não será dos melhores. Os norte-americanos calcularam que a quantidade de gás inervante transportado e disseminado por um bombardeiro B-52, provocaria 30% de vítimas em uma área de 250 km². O lançamento por meio de um míssil constitui-se num processo mais prático. Os mísseis táticos norte-americanos Caporal e Sergeant foram planejados para o transporte de ogivas carregadas, indiferentemente, com explosivo clássico, explosivo nuclear ou com agentes químicos ou biológicos. O Sergeant pode transportar uma carga útil de 815 Kg à distância de 140 Km; se considerado como portador de uma carga de agente inervante líquido, para disseminação sob forma de aerossol, poderá produzir um índice de mortalidade de 33% numa área circular de 1,6 Km de diâmetro. Também se poderá carregar com agentes químicos a projetis clássicos, a bombas, a foguetes ou mesmo mísseis balísticos intercontinentais. O problema da utilização seria o de conseguir fazer deflagrar a carga conduzida, de maneira que o agente contido na mesma, se disseminasse em forma de névoa formada de minúsculas gotículas. Um bom processo seria o de conjugar o emprêgo de agentes químicos com o de projetis explosivos, para que o adversário não perceba que está sendo atacado com gases ou não tenha tempo de proteger-se com os trajes protetores nem com seu equipamento respiratório. Para o ataque a um objetivo relativamente grande, como uma cidade por exemplo, o único processo que se pode usar é o aéreo, por meio

de aviões, provocando à distância, uma névoa tóxica que será transportada para o alvo pelo vento ou lançando bombas químicas a baixa altura. O primeiro método tem o inconveniente das limitações já apontadas e só será possível quando houver condições meteorológicas favoráveis. O segundo método implica na existência de uma superioridade aérea da parte do atacante ou lançador do agente.

PROTEÇÃO

Os agentes químicos empregados durante os primeiros ataques com gás na primeira guerra mundial só tinham efeito quando aspirados. Os agentes atuais atacam tanto as mucosas como a pele. Por isso, a proteção contra esses agentes, exige a filtragem da inalação como também que seja evitado o mínimo contato do agente com a pele do atacado. Isto só é possível graças à máscara respiratória e ao traje impermeável protetor. A Inglaterra que é o país que mais se tem esforçado por estudar o aspecto defensivo da guerra química e biológica, desenvolveu um excelente traje protetor feito de nylon. Este traje compreende uma calça, uma camisa e um capucho, só deixando o rosto do homem a descoberto para, por sua vez, ser protegido por u'a máscara. O traje está protegido ainda pela impregnação externa de um líquido especial, é internamente forrado por uma camada absorvente de carvão vegetal e oferece uma proteção para seis horas de exposição ao agente. Não é demasiado quente nem demasiado pesado e, quando submetido a provas operacionais, demonstrou que praticamente não tolhe a liberdade de movimento do combatente. Esta característica é importante já que o atual regulamento do exército britânico, obriga ao combatente a levar sempre consigo o traje especial protetor contra agentes químicos ou biológicos. Os britânicos também projetaram um novo tipo de máscara contra gases, designada SG que possui um cartucho respiratório e amplas viseiras; sua vedação é excelente e o soldado ainda pode usar lentes corretoras ou protetoras por sob a mesma. Leve e cômoda, praticamente não obstrui a transmissão da palavra. Os norte-americanos experimentaram u'a máscara semelhante mas não consideraram necessário a previsão de trajes protetores especiais, consideraram como suficiente a impregnação do traje usual do combatente com um produto químico especial. Como foi visto anteriormente, todas as formas de proteção, só serão eficazes se o atacado tiver tido um tempo prévio de alerta. Os agentes nervantes são inodoros e incolores, mas reagem ao contato com certas substâncias químicas. Para o alerta individual, a maioria dos países utiliza papéis reativos coloridos; uma cinta deste papel é fixada aos trajes do combatente para detetar o ataque por gases venenosos; o contato de uma gota microscópica do agente químico com esta cinta, provoca na mesma uma instantânea mudança de cor. Os especialistas britânicos puseram à prova outro meio de

proteção, o detetor de vapor residual, que permite determinar, após um ataque de gases inervantes ou vesicantes, o momento em que o combatente pode desvencilhar-se da máscara sem correr mais perigo de intoxicação. Trata-se de um equipamento de difícil utilização em pleno combate mas que é capaz de detetar concentrações gasosas inferiores à concentração mortal. O exército norte-americano possui um equipamento portátil para a deteção de gases inervantes, conhecido por XMB. Um fluxo contínuo de ar, passa através de uma pilha eletroquímica. A partir do momento em que este ar venha acompanhado de um agente inervante a pilha produz uma ligeira corrente elétrica, suficiente para fechar o circuito, de um sistema de alarme que pode estar situado à distância. O equipamento, incluindo-se as pilhas, pesa somente 8,2 quilogramas, é capaz de detetar uma concentração inferior à mortal e não reage ao contacto com partículas contaminadoras normais, tais como o fumo, o pó, gases de escapamento de motores, etc. A deteção de um míssil de longo alcance, durante a sua trajetória, é relativamente fácil, mas é praticamente impossível a deteção de um gás ou nuvem invisível, antes que alcance o alvo que se quer proteger. Assim, o problema do alarme em tempo útil permanecerá sem solução até que se invente um detetor adequado. Os ingleses estudam um detetor "laser" que poderá detetar um ataque aéreo por meio de agentes químicos ou biológicos. Este detetor consiste em um "laser" de rubis do tipo LIDAR, fixado a um radar de vigilância aérea. O radar deteta o avião e dirige o raio laser para o objetivo. Se o avião estiver soltando uma nuvem de partículas químicas ou biológicas, estas refratam o raio laser que é captado por um telescópio de Newton e concentrado em uma célula foto-elétrica que transforma a energia luminosa em sinais elétricos os quais irão alimentar um osciloscópio. Um traçado característico surgido na tela do osciloscópio indicará o ataque aéreo por agentes químicos ou biológicos.

A GUERRA BIOLÓGICA

Os agentes biológicos ainda não foram usados e por isso, ainda são totalmente ignorados seus efeitos reais. Em princípio, nada se opõe a que dissemine entre a tropa inimiga, os germens de uma enfermidade que impossibilite de combater ou mesmo a extermine. Mas como não se dispõe de um meio adequado para controlar a propagação de uma epidemia, é muito possível que a mesma se alastre por países neutros assim como ao próprio país que provocou sua erupção. Existem cerca de 160 enfermidades conhecidas, provocadas por bactérias ou por vírus (em certos casos o agente patogênico é um fungo microscópico). A maioria dos vírus resiste aos antibióticos e portanto são as molestias virulentas as que melhor se prestam à guerra biológica (poliomielite, gripe, varíola, sarampo e resfriado). Pode-se também prever o recurso de certas bactérias, particular-

mente temíveis, como as que provocam a cólera, a tularémia, o antraz ou a peste. É difícil de prever-se qual a enfermidade que um atacante utilizaria numa guerra biológica. O mais provável é que procure uma contra a qual o atacado não disponha de vacina. Outra condição será a de que a enfermidade provocada não seja endêmica. Por outro lado, admite-se em geral que a enfermidade provocada pelo agressor não deve ser mortal pois não lhe deve interessar a ocupação de um país transformado em imenso cemitério. Em geral, como ocorre com os agentes químicos, utilizam-se agentes biológicos cujos efeitos sejam provisórios. A tularémia, enfermidade pouco conhecida no mundo ocidental, responde a essas condições, raramente é mortal e tem um poder incapacitante considerável. Isto não significa que deva ser utilizado, necessariamente, o bacilo tularêmico. De qualquer forma, a guerra biológica, implica na cultura, em escala industrial, de bactérias e bacilos, empresa cercada de dificuldades. Para a operação de ataque, as tropas deverão receber os agentes patogênicos no interior de recipientes totalmente estanques e para a disseminação deverá ser utilizado um método que livre o atacante de todo o perigo de contaminação.

DISSEMINAÇÃO DOS AGENTES BIOLÓGICOS

A contaminação por meio de agentes patogênicos se efetua através de três condutores: pela pele (exemplo: — picada de pulga ou mosquito), por via bucal (alimentos ou bebidas contaminadas) e por via respiratória. As pulgas e mosquitos são excelentes vetores de enfermidades, que poderiam ser lançados por pára-quedas levando recipiente contendo ratos portadores de pulgas contaminadas e que se espalhariam em diversas direções quando tocassem o solo. Este método, no entanto, oferece certas dificuldades. Primeiro, há necessidade de apanhar um grande número de ratos e mantê-los com vida no interior dos "containers" e depois é possível que o inimigo tenha meios de exterminar com esses ratos. Empreendimento mais difícil ainda é o de libertar mosquitos portadores de germens ou vírus, no território que se quer atacar. O meio mais apropriado para introduzir micróbios em bebidas é evidentemente o da contaminação da água. Uma das armas prediletas dos árabes, tem sido durante muito tempo o envenenamento de poços d'água no deserto. Nos países civilizados podem ser usados agentes para lançar micróbios ou vírus nos depósitos d'água e rios. Outro método seria o de provocar o rompimento de condutos d'água potável com bombas dotadas de cargas de agentes biológicos. Mas, face aos meios de purificação disponíveis atualmente, é possível que estes métodos não sejam muito eficazes. Assim portanto, o melhor processo para a contaminação biológica continua sendo aquele que produz a disseminação através das vias respiratórias. Com efeito, muitas enfermidades têm sua origem na inalação de germes ou de vírus; a gripe a coriza por

exemplo. Mas para estar seguro de que a maior parte da população estará contaminada é necessário disseminar os agentes biológicos sob a forma de aerossóis os quais podem ser pulverizados por avião, navios, submarinos ou por meio de projéteis, bombas e mísseis. Mesmo assim existe ainda uma dificuldade que é a inconveniente exposição dos micróbios aos raios solares que os destrói rapidamente. De um modo geral, a maioria dos micróbios conhecidos não resistem a exposição solar, mais de 24 horas, mesmo sob as melhores condições atmosféricas. Apresentamos abaixo um quadro demonstrativo de algumas enfermidades que podem ser provocadas pela guerra biológica:

<i>Enfermidade</i>	<i>Mortalidade</i>	<i>Vacina disponível</i>	<i>Reação aos antibióticos</i>
VIRULENTAS			
Dengue	1 a 10%	não	não
Gripe	1 a 3%	sim	não
Poliomielite	2 a 10%	sim	não
Ralva	100%	sim	não
Variola	1 a 30%	sim	não
Febre amarela	5 a 40%	sim	não
Psitacose	10 a 60%	não	sim
MICROBIANAS			
Antraz	100%	sim	sim
Brucelose	2 a 10%	sim	sim
Cólera	5 a 75%	sim	sim
Mormo	50 a 100%	não	sim
Melioidese	80 a 100%	sim	sim
Peste	100%	sim	sim
Tularemia	1 a 7%	sim	sim
Tifo	10 a 25%	sim	sim

Quando se deseja contaminar uma grande área, deve-se antes ter a certeza de que os agentes patogênicos que se deseja usar, atingem esta área em curto espaço de tempo. A maioria das enfermidades têm um período de incubação de 3 a 4 dias; o atacante deve pois disseminar os germes de maneira clandestina a espera de que a população da área seja simultaneamente contaminada pela epidemia. O método mais eficiente para isto conseguir, é o da disseminação por aerossóis, feita por avião, em determinado ponto da área que se deseja contaminar, de forma que o vento se encarregue de espalhar a pequena nuvem formada, na melhor direção. Se o avião escapa à detecção inimiga, mesmo voando a baixa altura e se as

condições meteorológicas são favoráveis, a operação de contaminação terá sido satisfatória para o atacante. Mas, que se entende por condições meteorológicas favoráveis, na guerra biológica? Em primeiro lugar, deve ser dada preferência à noite para o ataque pois assim estará sendo evitada a ação bactericida do sol e a população da área poderá ser surpreendida pela contaminação, quando dormindo. A seguir é necessário que a disposição do isolamento térmico provocado pelas nuvens esteja em tal situação que impeça a fuga dos micróbios para a estratosfera, quando a noite ainda é a hora preferida para o desencadeamento da operação de disseminação. Finalmente as velocidade e direção dos ventos devem ser consideradas e procurada a situação de vento de direção e velocidade regular favorável à disseminação na direção e extensão que se deseja e com rapidez para que os germes não pereçam antes de tocarem as peças ou seres a contaminar. Uma ilha seria um bom exemplo de área particularmente vulnerável a um ataque biológico por se encontrar rodeada de água. Qualquer erro de lançamento provocará a queda dos germes na água e não sobre a área que se deseja preservar do ataque. Na Europa continental geralmente predominam os ventos de oeste. Um ataque à Alemanha Federal, por exemplo, por um simples erro de cálculo, poderia recair sobre a Alemanha Oriental. A utilização de avião para a disseminação de agentes biológicos obriga o sobrevôo do país hostil. Se os países de CTAN decidissem lançar uma nuvem bacteriológica ao longo da Cortina de Ferro, quando o vento sopra de Oeste, se fôr subestimada a força do deus Eolo, a nuvem poderá ir mais adiante do previsto e chegar à Rússia; com o vento soprando de Leste, seriam os países ocidentais os atingidos.

DEFESA CONTRA OS ATAQUES BIOLÓGICOS

É muito difícil detetar um ataque biológico e é pouco provável que exista um país que tenha conseguido organizar uma defesa eficaz. Com efeito, é impossível precaver-se após uma contaminação realizada e mesmo que um traje impermeável ou u'a máscara respiratória proporcionem alguma proteção, não se pode determinar o momento preciso em que esses equipamentos devam ser vestidos ou dispensados. A única segurança momentânea efetiva é a que é dada pelas condições meteorológicas desfavoráveis. Caso contrário, não se pode obrigar a toda uma população a permanecer durante uma noite inteira, equipada com um traje impermeável e u'a máscara; a melhor solução é a de prever um sistema de alarme. Os especialistas depositam sua confiança no equipamento LIDAR, descrito anteriormente e que proporcionará tempo à população para proteger-se nos trajes impermeáveis ou chegar aos abrigos subterrâneos providos de ar filtrado. É necessário identificar a natureza do ataque; se é biológico os atacados poderão desquitarse do traje

protetor logo que a nuvem tenha se desfeito; se é químico deverá ser esperada a passagem de algum tempo antes que se possa livrar-se dos trajes protetores, inclusive luvas. Mas não é fácil determinar se um ataque é de natureza biológica e muito menos perceber qual o micróbio ou vírus utilizados. Graças a um aparelhamento especial, estático ou móvel, amostras de ar são recolhidas, não devendo se esquecer que o ar atmosférico contém normalmente diversas partículas inofensivas em suspensão — pó, pólen, bactérias inofensivas, fuligem — no meio das quais é difícil identificar o micróbio perigoso. A seguir, há necessidade de identificar a natureza da atividade patológica do agente. A Organização Microbiológica Britânica experimentou um método que utiliza uma gama ordenada de anticorpos, mas sua aplicação exige um equipamento complexo manuseado por pessoal especializado. Os trajes especiais e as máscaras são defesas paliativas e provisórias. A melhor defesa ainda está nas vacinas. Os cientistas britânicos que possuem larga experiência no assunto, têm experimentado numerosas vacinas para as mais diversas enfermidades. Mas é impossível descobrir, fabricar e armazenar vacinas para todas as enfermidades que podem ser provocadas por um ataque biológico; nesse sentido seria conveniente que se relacione as possibilidades de utilização dos diferentes agentes patogênicos. Ao atacante interessa conhecer as vacinas de que dispõe o adversário com a finalidade de eliminar a possibilidade de emprego dos agentes para cujas enfermidades provocadas pelos mesmos, o adversário tenha defesa em vacinas. Por isso, não é de estranhar que os laboratórios especializados em guerra biológica sejam muito visados pela espionagem adversa. Os agentes biológicos suscitam sérios problemas defensivos; como armas ofensivas são de difícil utilização, já que não é possível experimentá-las em grande escala como se faz com as armas clássicas. Ainda que não se possa, a priori, deixar de pensar no seu emprego, em uma guerra futura, nos meios militares se considera que sua utilização é menos provável que a dos agentes químicos.

OPORTUNIDADE DA GUERRA QUÍMICA E BIOLÓGICA

Não se pode excluir a possibilidade de que os agentes químicos e biológicos sejam utilizados um dia em grande escala, mas é menos provável que venham a ser usados pela primeira vez em conflitos limitados ou em guerra de selva. Com efeito, tratam-se de armas que até agora não foram postas à disposição das forças militares. Não se tem notícia ainda do emprego generalizado de agentes biológicos nocivos ao homem e embora se conheça do uso de agentes químicos durante a primeira guerra mundial, tais progressos foram realizados no campo dos agentes químicos, tanto sob o aspecto da eficiência intrínseca dos compostos químicos como dos métodos de disseminação, que na realidade, se pode afirmar se

tratar de uma arma nova. Antes de se lançar ao uso intensivo desta arma, é necessário efetuar provas em quantidade suficiente. O campo de provas ideal seria um país de fraca densidade demográfica no qual a vida humana fôsse de pouco interesse e que se situasse suficientemente afastado do país provador para que os habitantes dêste não corressem o risco de se verem vitimados por um erro de cálculo. Os Estados Unidos já utilizaram-se do gas lacrimogêneo CS no Vietnam com certo êxito, mas não se pode considerar este gás como uma arma militar pois que atualmente é parte do equipamento da polícia de numerosos países. O Egito também já utilizou-se de agentes químicos no Yemen e é cada vez mais provável que eles sejam de uso rotineiro nos conflitos limitados.

CONCLUSÃO

A guerra química e biológica é encarada pelo grande público como uma forma de guerra particularmente odiosa, não só pelos seus efeitos individuais como pelo grande número de vítimas que pode provocar. Mas, não será mais terrível a perspectiva de uma guerra nuclear? Se considerarmos a guerra química e biológica utilizando-se somente de agentes incapacitantes, seria, sem dúvida, um mal menor quando comparada com o holocausto nuclear. Para o atacante teria ainda a vantagem de ser muito menos onerosa. As grandes potências militares atuais se acham em uma situação embaraçosa, já que nenhuma delas pode arriscar-se a utilizar seu arsenal nuclear, por temor a represálias. O mais provável pois, é que a guerra do futuro se baseará no emprêgo combinado de armas clássicas e armas químicas e biológicas. Se examinarmos detidamente as possíveis conseqüências concluímos que mais vale sofrer os efeitos desagradáveis, mas passageiros, de uma guerra química e biológica do que assistir à destruição de nosso planeta provocada por um conflito atômico.

A ARTILHARIA NA ANTIGUERRILHA

Cap Art

ROBERTO J. CAMARA SENNA
Instrutor da AMAN

As operações antiguerrilha, não se limitam à ação de combate ao guerrilheiro; são na verdade um somatório de medidas policiais, de segurança e controle das populações e dos recursos; ações de reconstrução civilco-sociais; operações psicológicas e informações, tudo integrado com as operações de combate. Não levamos em conta, para o êxito dessas operações, somente a destruição do movimento guerrilheiro. Também devem ser sanadas as causas locais do descontentamento que deram origem ao movimento, fazendo com que o povo possa acreditar e colaborar nos programas governamentais de desenvolvimento nacional e local.

De nada adianta uma ação militar, isolada, de combate, se não for acompanhada de medidas policiais econômicas, psicosociais e políticas.

A Artilharia, por ocasião das operações antiguerrilha, como órgão integrante da Brigada Antiguerrilha, tem que estar em condições de ser chamada a colaborar com as operações tipo polícia, psicológicas, civilco-sociais, simultaneamente com a execução das operações de combate, ofensivas ou de inquietação, ou pode receber como missão

principal a execução de qualquer uma das anteriormente citadas.

a. Como apoio às operações de combate, os fogos de Artilharia podem ser empregados com sucesso nas seguintes missões:

1) Apoiar pelo fogo as ações das patrulhas de combate.

2) Auxiliar na defesa de postos de segurança estáticos das bases de combate e dos bloqueios de estrada com o emprêgo quer do tiro indireto, quer do tiro direto.

3) Inquietar as forças de guerrilha durante os períodos de reduzida atividade das patrulhas amigas.

4) Empurrar, nas operações de cerco, as guerrilhas para fora das áreas de acessibilidade difícil ou limitada, e ao encontro de emboscadas ou bloqueios preparados pelas tropas amigas.

5) Iluminar a área de operações. A iluminação é particularmente valiosa durante as incursões noturnas das forças de guerrilha contra instalações importantes tais como pontes, usinas elétricas, centros de comunicações, pontos de suprimentos e povoados.

6) Bloquear as vias de fuga das forças de guerrilhas atacadas ou cercadas.

7) Apoiar pelo fogo as ações de emboscada e antiemboscada.

8) Atuar por meio de munições químicas e biológicas.

9) Apoiar pelo fogo às forças que participam das operações de cerco, vasculhamento, perseguição, etc.

Para o cumprimento dessas missões, o grupo de Artilharia, as baterias ou seções de tiro, terão que estar em condições de atirar em todas as direções (6.400") e de explorar ao máximo as características do material quanto a alcance e trajetórias.

Uma série de conceitos anteriores quanto a REOP, observação, comunicações, topografia, etc., deverão portanto ser revisitos. A segurança é fundamental.

b. Nas operações *Tipo Polícia*, as unidades de Artilharia podem ser chamadas a executar missões com o objetivo de negar aos guerrilheiros a sua base de apoio popular, assim como criar um ambiente de segurança na área.

Para atingir esses objetivos ela pode executar ou colaborar nos programas de Controle da População e dos Recursos assim como dar segurança a instalações, tropas e vias de transporte. Para isso, seu pessoal terá que estar em condições de planejar e executar as seguintes atividades:

1) Operações de busca e apreensões.

2) Cadastramento e identificação de populações.

3) Controle de quarteirão.

4) Prisão de simpatizantes da força guerrilheira.

5) Controle de movimentos.

6) Estabelecimento de horários de recolher.

7) Censura de rádio, imprensa, televisão, etc.

8) Controle de produção, armazenagem, distribuição de artigos de alimentação.

9) Controle de posse de armas, munições, explosivos.

10) Evacuação de áreas.

11) Utilização de bloqueios de estradas, patrulhamento, defesa de pontos críticos, etc.

12) Controle de distúrbios civis.

Naturalmente, para o emprego de unidades de Artilharia em operações dessa natureza, tem-se que levar em conta a população da localidade a atuar assim como o estado de liberação da área onde ela se encontra.

c. As unidades de Artilharia podem receber a missão de colaborar numa *Ação Cívico-Social*. O propósito do programa de Ação Cívico-Social é utilizar os recursos militares para atividades civis construtivas tais como: ajudar o saneamento; bem-estar; obras públicas; melhorar as condições de vida; aliviar os sofrimentos e contribuir para a melhoria econômica e social da região. Este é o meio pelo qual os militares de uma nação participam do esforço de "desenvolvimento nacional" além de dar a este, condições de segurança.

Em pequenas comunidades não se vinculam exclusivamente ao emprego de grandes efeitos e recursos. Numa pequena cidade por exemplo, a indústria pode ser uma simples manufatura artesanal ou mesmo uma indústria extrativa.

Por outro lado, os problemas relativos a educação, saúde pública, saneamento, assistência religiosa, etc, podem se resumir na simples falta de uma pequena escola, de médico ou enfermeiro, deficiência de produtos farmacêuticos, inexistência de um ministro religioso, necessidade de construção de esgotos, estradas etc. Problemas portanto facilmente resolvidos ou minorados com os recursos próprios ou requisitados das unidades desde que se aplique um efetivo proporcional à população a ser beneficiada.

Não será difícil à unidade arrebatar recursos para melhorar sua Ação Cívica. Indústrias, organizações comerciais e assistências de comunidades melhor dotadas poderão fornecer os produtos e equipamentos necessários, bem como indivíduos (voluntários ou requisitados) poderão dar a sua assistência dentro de um determinado setor (médicos, dentistas, enfermeiros, veterinários, etc.)

d. *Operações Psicológicas* — São planejadas e empregadas por todas as forças que conduzem as operações antiguerrilha para induzir o descontentamento e a desordem entre os rebeldes; neutralizar o apoio civil à força de guerrilha; dissuadir os civis de qual-

quer atividade rebelde; ganhar a confiança dos civis e fomentar e manter o moral das forças antiguerrilha.

A unidade de Artilharia que participa de uma operação antiguerrilha terá fatalmente que colaborar nos programas de *Operações Psicológicas*.

Naturalmente, uma unidade não orgânica de operações dessa natureza se defrontará com alguns problemas relativos a meios de propaganda, pessoal disponível, conhecimentos técnicos, etc. No entanto, qualquer unidade ou mesmo subunidade poderá colaborar em tal programa, usando seus recursos orgânicos, meios de fortuna e engenhosidade com um bom rendimento. Para a disseminação dessa propaganda podem ser usadas:

- 1) Viaturas equipadas com alto falante.
- 2) Panfletos lançados de aviões e patrulhas volantes.
- 3) A rádio local pode ser utilizada para a transmissão de pequenos comentários.
- 4) Fixação de panfletos e cartazes em árvores, postes, muros, etc.
- 5) Aulas de civismo ministradas nas escolas.
- 6) Conferências públicas ou em auditórios.
- 7) Visitas a residências, fábricas, etc., por elementos da tropa.
- 8) Contatos da tropa com a população urbana e rural.
- 9) Demonstrações e "shows" montados para a população.

Para o cumprimento das missões referidas, pode a unidade ser dividida em equipes de acordo com as aptidões e semelhança no emprego dos meios de propaganda.

e. Em função do que foi exposto, chegamos a conclusão da necessidade de reestruturarmos os programas de instrução, visando a obtenção pela tropa de Artilharia de condições para cumprir com êxito missões dessa natureza.

Naturalmente, por se tratar de conceitos e ensinamentos que não raro invertem valores consagrados, abalando dogmas e até mesmo acrescentando princípios,

sente-se a perplexidade e a desconfiança de uns, o comodismo e o receio de inovar e correr riscos de outros, ao se defrontarem com essas "idéias novas".

Essa etapa entretanto está sendo superada, fruto de esforço daqueles que procuram rasgar novos caminhos e ajustar-se a conjuntura, buscando dados, notas, informações, publicações, enfim tudo aquilo, que possa constituir subsídio capaz de orientar doutrinariamente, o trabalho dos responsáveis pelo preparo dos nossos soldados para a eventualidade da ação antiguerilha.

O CÃO — SEU EMPRÊGO MILITAR ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Ten Cel Vet
JOSE ALBERTO BAPTISTA

"O 26.º Pelotão de Cães de Guerra guiou homens do RI em mais de 250 Patrulhas durante o ano de 1944, sem que as Patrulhas perdessem um só homem devido ao fogo inimigo".

(Parte de um Cel. Cmt de um BI, pertencente ao VI Ex Americano, em Morotal, Indonésia)

O cão, desde os mais remotos tempos, vem sendo empregado pelo homem como seu auxiliar, principalmente na caça e na guarda das suas habitações e propriedades.

É a sua mais nobre conquista pois, quando o cavalo era para o homem primitivo apenas uma peça de caça, o cão já o acompanhava em toda a sua vida prestando-lhe inestimáveis serviços.

Posteriormente o homem, observando seu cão, notou que ele apresentava certas características que o diferenciavam dos outros animais: a imensa dedicação, grande percepção de coisas — que somente muito mais tarde o homem percebia — defesa de sua propriedade à aproximação de qualquer pessoa estranha, levaram o homem a incluí-lo entre seus guerreiros.

Os trabalhos de Plutarco, Plínio e Heródoto, escritos séculos antes de Cristo, provam o

emprêgo do cão com fins bélicos.

Foi empregado inicialmente como simples auxiliar de guarda, depois como guarda propriamente dita passando gradativamente a tomar parte como elemento ativo no combate durante o longo período da Idade Média aos Tempos Hodiernos.

Em todas as épocas pois, os cães tomaram parte nas guerras cumprindo, cabalmente, as missões que lhes eram atribuídas.

Heródoto, cita a presença do cão nas guerras de sua época.

A cidade de Argolis, conquistada por Felipe da Macedônia, também viu nas fileiras invasoras o cão de guerra.

Frederico o Grande empregou em suas fileiras cães estafetas, durante a Guerra dos Sete Anos.

Em 1798 na Campanha do Egito, em Alexandria, Napoleão recomendou que fossem empre-

gados cães, nas posições defensivas, para a guarda das posições.

Em 1870, Von Moltke empregou cães para manter o contato entre as tropas e os comandos.

Durante a Guerra Russo-Japonesa, a Inglaterra vendeu cães à Rússia os quais foram empregados como valiosos elementos na busca de feridos. Em seus Boletins, o Comando dos Exércitos Russos demonstra sua admiração pelo brilhante desempenho dos cães declarando que, graças a eles, fôra possível resgatar numerosos feridos tombados em regiões agrestes e inóspitas.

— Na Guerra de Tripoli, os italianos colocaram cães em seus Postos Avançados de Combate, para prevenir-se de qualquer avanço de surpresa.

— Durante a I Guerra Mundial (1914-1918) cerca de 400.000 cães foram incorporados às diversas forças bélicas, o que demonstrava já a importância adquirida pelo cão para fins de guerra.

— No Boletim do Kennel Club Italiano vamos encontrar um artigo do Cap D.C. Girrondan, do Exército daquele país onde se lê que:

“— O Império Teutônico que desde o ano de 1883 havia dotado seus exércitos de cães bem treinados, entrou na guerra de 1914/18 com 6.000 cães adestrados, quantidade que no curso da guerra foi acrescida de mais 35.000 destinados aos mais diversos serviços”.

— Antes da guerra, nas altas esferas militares da França, co-

mo da Itália, não se considerava eficaz a utilização racional do cão em uma formação de combate.

Assim, a França apresentou somente um Batalhão com 6 cães, ao ter início a guerra.

Após os artigos de Megmin, é que foi decidido o destino do Serviço de Cães, iniciando-se o aumento que deveria conduzir, um ano depois, quase ao final de 1919 — a adoção oficial do “cão de guerra” e à criação do serviço correspondente. Aproximadamente 12.000 cães passaram pelo Canil Depósito, depois de um adestramento de duração variável.

— Os belgas também utilizaram cães nas mais variadas missões, como bem relataram as jornadas do cerco de Namur, Liège e Anvers.

Emprego de cães durante a II Guerra Mundial

Em 1930 os alemães organizaram, em Frankfurt, uma escola de treinamento de cães para a guerra. As especialidades inicialmente treinadas foram de mensageiros, esclarecedores e guardas. Sua capacidade que era para atender 2.000 chegou a treinar aproximadamente 200.000 cães em um período de 10 anos. A Alemanha, em cada Escola de Pára-quedistas, possuía uma Seção de Cães que acompanhava estas Unidades em suas ações bélicas.

Enquanto a Alemanha, em 1939, desenvolvia um plano de adestramento de cães em grande escala, os demais países euro-

peus possuíam pequenas formações de reserva.

Não foram somente os alemães que se dedicaram ao preparo destes animais para a guerra. As forças russas aderiram, antes e durante a guerra, mais de 50.000 cães. Foram os russos que, durante a guerra, lançaram a mais nova modalidade de seu emprego os "Anti-Tank Dog Mines", com grande eficiência, causando enormes estragos às famosas Divisões Blindadas Alemãs.

— A Grã-Bretanha, dois anos após o início das hostilidades, iniciou um programa de adiestramento de cães. Este país, acompanhando os demais exércitos do mundo, pouco antes de iniciar a guerra, atribuiu aos seus batalhões 4 cães e 2 condutores que empregados em várias modalidades eram treinados na War Dogs Training School em Melton Mowbray, onde eram preparados principalmente para localizar minas enterradas.

— Não verão de 1942, o XX Exército de Montanha Alemão foi empregado ao norte da Finlândia. O 35.º Corpo de Infantaria de Montanha ocupava o centro da frente alemã a leste de Alakurti e se defrontava com forças russas superiores. Devido às condições desfavoráveis do terreno, a idéia de lançar um ataque geral contra a Ferrovia Murmawsh-Leningrado (objetivo principal) foi abandonada.

A opinião geral era de que essa difícil missão só poderia ser feita por uma pequena unidade altamente móvel e para isso especialmente treinada. Foi orga-

nizada então a "Companhia de Sabotagem e Missões Especiais", unidade de alto escalão à disposição do Exército e que, nessa ocasião, achava-se estacionada na área do 35.º Corpo. Esta Companhia foi organizada em 1942 como parte do chamado Regimento Brandemburgo, e possuía, além de submetralhadoras russas ou finlandesas, morteiro de 80 mm e metralhadoras leves e dois canhões de 75 mm que podiam ser desmontados e transportados também 18 cães de pista e guarda com 6 tratadores finlandeses.

A principal missão dos cães era permitir maior velocidade à Cia, pois seus tratadores, conhecedores profundos da região, deslocavam-se à frente daquela subunidade em direção ao objetivo e os cães, pelo rastro deixado, conduziriam a Cia, até seu objetivo. Durante os descansos, permitiam o repouso de maior número de homens, já que a responsabilidade pela guarda dos estacionamentos lhes era quase que inteiramente confiada.

Outro motivo que levou os alemães ao emprego de cães foi o fato de que os russos, de um modo geral, demonstraram grande habilidade na travessia de importantes barreiras aquáticas utilizando os meios mais primitivos e, freqüentemente, a natação. Os alemães, em vista disto, tinham de encarar com a máxima suspeita qualquer moita de juncos ou vegetação aquática que fosse vista flutuando a despeito de seu aspecto natural ou inofensivo.

Como os russos se deslocavam com relativa facilidade através dos rios, pântanos e florestas, a observação de seus caminhos pelos alemães era por vezes deficiente e nestes casos a utilização de cães mostrou-se, com frequência, muito eficaz.

— O Japão, desde a guerra com a China havia posto em prática a colaboração d'êste "pequeno soldado" e possuía um Centro de Adestramento sumamente importante em Nanquim.

Antes de seu ataque a Pearl-Harbour, o Japão adquirira na Alemanha e desembarcara em suas costas, milhares de exemplares que unidos aos já existentes, foram adestrados para fins de guerra.

Na campanha do Pacífico sabe-se que o Japão foi um dos países que teve o maior número de cães, o que lhe foi bastante útil devido às características selváticas dos TO onde lhe tocou atuar, pois era, sem dúvida, a zona mais propícia para o desempenho desta especialidade.

— Quando a América entrou na II Guerra Mundial suas forças militares não possuíam cães de guerra treinados.

Somente após Pearl-Harbour, é que o Exército NA iniciou seu programa de cães devendo-se isto, a uma organização civil conhecida como Dog for Defense, Incorporated e ainda à outra chamada de American Theatre Wing. Desde que nenhum fundo oficial governamental foi fornecido para incrementar o treinamento do cão de guerra, a Dogs for Defense, Incorporated em li-

gação com a American Theater Wing decidiu tomar a si a responsabilidade dos cães para emprego militar.

O programa de treinamento foi publicado e em maio de 1942 o Exército recebia seus primeiros 9 cães treinados. Foram exatamente êsses cães que permitiram realizar um estudo para determinar de que maneira êles poderiam ser empregados. Os resultados revelaram a necessidade de um grande número dêles e assim o Exército organizou os "Corpos K-9" (organização canina especialmente treinada para as tarefas de guerra).

Quando em 1942, o S Int Americano começou aquela organização, não foi inicialmente bem recebida pelo Exército, razão porque não foi imediatamente lançado o cão no emprego tático.

As primeiras unidades que os empregaram tiveram vários graus de êxito.

Seu aperfeiçoamento só atingiu grande desenvolvimento depois que os soldados reconheceram que o animal não era um "faz tudo", e nem uma "arma mágica", mas sim uma força especializada para determinadas missões.

Isto foi comprovado, através dos relatórios apresentados pelos vários TO, e que foram destruindo rapidamente quaisquer dúvidas de que a nova unidade ora formada não fôsse altamente eficaz e daí por diante incorporou-se como parte permanente do Exército.

Em 1944/45, o Exército Americano iniciou o emprego de cães em outra modalidade, a de "Localizadores de Minas contra pessoal e Armadilhas" colocadas pelo inimigo. São esses cães conhecidos pelo nome de "Cães M", a "Flor" do Corpo K-9.

De que forma o senso canino age para descobrir, infalivelmente, objetos enterrados é coisa que não se sabe, nem se é peculiar a determinada raça.

A assinalação de minas por cães vem sendo praticada com sucesso na Grã-Bretanha.

Em exercícios realizados com o fim de reconhecer um campo de minas de densidade normal na Floresta Negra ou nas planícies do Reno, as equipes cinófilas francesas obtiveram rendimento constante de 95 a 100%.

Esses cães conseguiram achar e indicar a seus cinófilos a presença de minas que estavam enterrados há várias semanas. Sua grande especialidade porém, é indicar minas não metálicas que são exatamente as que desafiam os melhores localizadores de minas mecânicas.

O Exército Norte-Americano recebeu aproximadamente 20.000 cães durante os 2 primeiros anos de operação do Corpo K-9. No fim de dois anos o exército tinha adquirido cães em um valor total de aproximadamente US\$ 2.000.000. A América empregou cerca de 10.000 cães durante a guerra, segundo dados e estatísticas sobejamente consolidadas.

O Pelotão de Cães de Guerra surgiu no Exército Americano como resultado das mudanças na arte da guerra moderna, sendo pois um dos órgãos mais novos daquele Exército. A organização foi recebida com grande entusiasmo, especialmente por parte dos veteranos combatentes da selva que sabiam, por experiência, que muitas vezes suas próprias vidas dependiam não só do método do avanço mas do silêncio mantido.

As ações das unidades de cães do VI Exército Americano foram tão bem sucedidas que ele tudo fez para ter Pelotões de Cães de Guerra incorporados a todos os seus RI, com o que a confiança dos homens foi também aumentando. Assim que as patrulhas iam se acostumando com seus cães, mais rapidamente eram feitos os deslocamentos ao longo dos trilhos, e, o medo dos fogos dos atradores de tocaia ou das emboscadas inimigas, foi diminuindo. Para exemplificar o valor dos cães na guerra, lembramos que o 26.º Pel de Cães de Guerra guiou os homens do RI em mais de 250 patrulhas durante o ano de 1944, sem que ele perdesse um só homem devido ao fogo inimigo.

E mais, segundo informações colhidas, durante as ações do RI em Morotal, os cães em patrulha nunca falharam em alertar a menos de 60m do inimigo, sendo que, em ocasiões favoráveis, farejaram o inimigo a uma distância de mais de 180 metros. Foi exatamente essa habilidade para farejar os bivaques de tro-

pas inimigas que deu aos norte-americanos a vantagem do "elemento-surpresa", que rendeu grandes dividendos. Foi calculado que, ao todo, 75% dos japoneses mortos foram colhidos de surpresa e que o emprego dos cães reduziu de 60% as perdas das patrulhas de combate.

Finalmente, podemos dizer que as famosas Unidades K-9 do Exército NA, que decaíram depois da guerra, foram reorganizadas a partir de 1951, possuindo já nessa época cerca de 900 ótimos cães.

— Na Itália vamos encontrar, em suas principais cidades, diversos Centros de Adestramento, principalmente nos locais onde são encontradas Guarnições Militares. De todas as especialidades a que maior destaque recebeu foi a de pará-quedistas, cujos cães operaram na Ilha de Cefalo (Albânia) com os efetivos do Batalhão de pára-quedistas San Marco, e, posteriormente, na Iugoslávia.

Encontramos ainda Centros de Adestramento em Turquina, Viterbo e Tradate, na Itália.

Como coroamento do período compreendido pela II Grande Guerra, vejamos mais uma citação feita pelo Exército NA a respeito do Emprego dos Cães de Guerra:

— "No serviço de guarda, essas sentinelas duplas-homem/cão-protegeram o dinheiro do contribuinte NA impedindo o roubo nos armazéns e Depósitos Militares, no Japão. Esses Estabelecimentos eram guardados por um Batalhão de Infantaria, e, apesar disto, num período de 4 meses verificou-se uma perda de material no valor de US\$ 600.000. Essa Unidade foi substituída por 65 cães e 125 homens. Durante um período de 10 meses não se teve informação de qualquer roubo".

Conclui-se pois que, durante o conflito mundial, todos os países mantiveram uma percentagem importante de forças caninas para as tarefas de patrulhas e vigilância de instalações fixas.

EMPREGO DOS CAES APÓS A II GUERRA MUNDIAL

Após a II Guerra Mundial todos os países do mundo continuaram interessados no emprego dos cães de guerra. Foram, então, criadas várias seções de treinamento com a finalidade de prepará-los para serem utilizados como complemento de patrulhas.

Após a Guerra Mundial continuaram a ser empregados tanto no Extremo Oriente (Indochina,

Malásia, Coreia, para não citar senão as principais), quanto na África e África do Norte, em particular, pelo Exército Francês, que aí utilizou mais de 4.000 cães entre 1956 e 1962.

O emprego grandioso nessa área permitiu aliás, no correr do conflito, a salvação de numerosas vidas humanas e imensa redução de perdas materiais.

Em Lengries (Alemanha), em 1946, os NA criaram um Centro de Treinamento, tendo como missão preparar cães para a guarda de Depósitos de Munição, Abastecimento e Zonas Militares de vital importância que se encontravam distribuídas por toda a Europa.

Nas manobras realizadas pelos NA em Grafenwohr os cães exploradores atuaram, sob fogo direto de um suposto inimigo, que se encontraria emboscado.

Em 1951 as famosas Unidades K-9, decaíram depois da guerra, foram reorganizadas e já dispunham os NA, naquela época, de 900 cães.

Em 1952 foi criada a primeira Escolas de Sentinelas, da USAF, na Base Aérea de Showr, no Japão.

Em 1953 um Centro de Treinamento de Cães Sentinelas da USAF foi criado em Wiesbaden (Alemanha). Durante o período de 1954 a 1957 o Centro de Treinamento de Cães de Guerra do Exército, em Forte Carson, Colorado, foi empregado largamente para o treinamento dos Cães da F. Aé.

Em 1958 a Força Aérea Norte Americana (USAF) criava o Sentry Dog Bank, do Departamento de Treinamento da Polícia da Aeronáutica, localizada na Base da F. Aé. de Lackland.

Antes de declarar-se o conflito da Coreia, as forças americanas possuíam em SEUL, como sentinelas de pontos vulneráveis, uma centena de cães.

Declarada aquela guerra o 8.º Exército, em operação no Pacífico, levou com ele seus cães de guerra.

Em dezembro de 1964, o Department of the Air Force lança o USAF Sentry Dog Program — AF — Manual 125-5.

Em 1965 o Exército Norte Americano leva ao Vietnam aproximadamente 2.500 cães para emprêgo contra guerrilheiros Vietcongs. Segundo notícias publicadas nos jornais esses cães prestaram, e estão prestando, grandes serviços contra os guerrilheiros. Assim, vamos encontrar nessas notícias de jornais os seguintes títulos.

"São Salvador" onde é citado o fato de um cão do Exército N A que salvou uma Companhia de tropas dos EUA de cair numa emboscada, durante uma ofensiva nos planaltos centrais do Vietnam do Sul. O cão, de nome "Tigre", percebeu e deu o alerta a uma distância de mais ou menos 50 metros, da presença de uns 300 soldados regulares norte-vietnamitas que estavam ocultos nas selvas, à espera da aproximação dos norte-americanos. Em 6-12-66 o "Jornal do Brasil" publicou o seguinte artigo — "Cão Pastor salvou a base de Tan Son Nhut" — em que cita o caso do Cão "Cubby" que se precipitou em linha reta contra os guerrilheiros do Vietcong que se arrastavam furtivamente em volta das instalações da base aérea de Tan Son Nhut. Essa ação permitiu que o sistema de defesa da base fosse alertado a tempo de rechaçar o inimigo.

Vejamos agora, na França:

Em 1948 a França criou um Centro de Adestramento em Restalt, no quartel de Jofre, iniciado com 200 animais. Em junho desse ano, o Ministério de Defesa Nacional decidiu enviar à Indochina um destacamento de 20 cães pastores alemães adestrados na especialidade "observação-patrolha" e autorizou, de 1949/51 alguns Corpos de Tropa a levarem para o Extremo Oriente os cães de guerra que tinham recebido do Canil Central do Exército, mesmo a despeito de todas as experiências levadas a efeito, até essa data, resultarem pouco convincentes.

Em 1952 o Exército Francês instalou dois importantes canis, um em Hanói e outro em Salgon, e também foram criados 4 Comandos Cinófilos dependentes dos S. V.

Em 1953 foi criado um 5.º e 6.º Cinocomando destinado ao Laos e ao Plateaux montanhoso, e ainda os cães locais de alerta, de recrutamento local.

Em 1954 a pedido dos próprios comandantes das tropas do Vietnã do Norte, foram instaladas mais 4 novas formações Cinófilas, bem como apareceram os cães localizadores de minas, em número de 24, enviados da Metrópole e passaram a formar mais 3 Cinocomandos Especializados Suplementares.

Assim, no momento de cessar fogo, em 1954, a França possuía em ação um efetivo superior a 300 cães, fora os de recrutamento local.

Inglaterra:

Em 1953, ante os ataques efetuados de surpresa e realizados em quase todos os casos à noite, pelos Mau-Mau — organização terrorista africana — a Inglaterra se viu obrigada a enviar, por meio de suas Reais Forças, cães pastores alemães à cidade de Quênia com a missão de guardar suas instalações e alojamentos.

A Inglaterra, com a finalidade de fornecer cães de guarda aos objetivos necessários e prepará-los convenientemente, criou um Centro de Adestramento no Canal de Suez.

Em 1964, revistas brasileiras publicaram notas onde eram mostrados, na Inglaterra, cães sendo treinados na modalidade "Localizador de Feridos" onde também era utilizado o rádio.

O jornal "The Sphere", da Grã-Bretanha, também mostra em um de seus artigos, inclusive com documentos fotográficos, o Exército apresentando os cães "localizadores de Minas", que segundo opinião do articulista "foi uma demonstração de grande rendimento".

Baseada nas experiências obtidas na Coreia e Malaca, a Austrália resolveu aumentar seus efetivos de cães e criou Seções de Cães Pára-quedistas para usá-las em patrulhas com suas tropas.

Durante o conflito do Congo forças da ONU levaram cães de guerra para múltiplos serviços.

Em 1954 Portugal deu seu primeiro passo importante, no que

se refere aos cães de guerra, mandando alguns dos seus oficiais veterinários à Grã-Bretanha para estudarem tudo sobre o assunto.

Quando, em 1954, um oficial português realizou uma visita ao Centro de Treinamento da RAF, um oficial inglês perguntou-lhe se Portugal já possuía cães na Índia (referia-se à invasão de Dadrá e Nager-Aveli) e ao obter a resposta negativa informou-lhe que quando da ocupação inglesa daquele país, lá estivera comandando uma Companhia de Cães de Guerra e observou que onde havia cão não aparecia nenhum indiano, isto porque, o indiano tem pavor, de origem mística, a esse animal.

Em 1957 recebeu então, da Alemanha, os seus primeiros cães de guerra. Quando este grupo estava em adiantado estágio de instrução, foi cedido à Polícia do Estado da Índia, sendo por isso necessário realizar nova importação em 1958.

Assim sendo, em 1958, com alguns cães adquiridos em Portugal e outros fornecidos pela GNR, formou-se um efetivo de algumas dezenas de cães que seguiram então para a Índia.

Durante o período de 1962 a 1964, Portugal manteve em Lunda, Vila General Freire, Noqui, Quicabo, Cabinda, Vale do Loge, as suas Seções de Cães de Guerra números 861, 862, 863 e 864 cabendo a todas elas a missão de, temporariamente, reforçarem determinadas unidades colaborando na atividade operacional, detectando o inimigo e perseguindo-o.

Como Subunidades de características muito especiais souberam, apesar de contingências várias, realizar cabalmente as missões de que eram incumbidas, mercê do entusiasmo e dedicação do seu pessoal quer no decorrer das operações quer no treino e recuperação dos cães.

Também a Aeronáutica, conhecedora do uso que aos cães tem sido dado no estrangeiro e das vantagens advindas disso, quis criar o seu Corpo de Cães, tendo-os adquirido e enviado para Tanços, onde já estão trabalhando num Centro de Instrução que promete ser ativo e operante.

Foi no Batalhão de Pára-quadistas que coube a missão de adestrar os cães da Aeronáutica, e que se destinarão não só ao serviço privativo dos pára-quadistas isto é, atira-se também em pára-quedas, mas também às missões de guarda e policiamento de Aeródromos, Bases e Depósitos de materiais.

Em 1963, Portugal publicou "O Exército na Guerra Subversiva" — operação contra bandos armados e Guerrilheiros do M Ex, 3ª Repartição, onde fomos encontrar os seguintes dados:

"Na contra-guerrilha desempenharão, portanto, papel importante as pequenas unidades altamente móveis e capazes de atuar com eficiência nos terrenos difíceis que os rebeldes normalmente procuram."

Assim, na parte que se refere à *organização dessas Unidades*, além de outros elementos, cita: — "Nos terrenos acima referidos, os cães de guerra constituem, pa-

ra certas unidades, um elemento insubstituível."

Em outra parte, referindo-se à "Vigilância", fomos encontrar:

"A vigilância exercida por sentinelas pode ser eficazmente melhorada por cães de guerra devidamente amestrados, em especial quando se trata de garantir a segurança de uma área grande."

Notícias chegadas de Montevideu citam o seguinte fato: "A instituição privada "Shavehundverein Uruguay", que conta com cerca de 4.000 cães de raça inscritos, iniciou trabalhos e estudos para introduzir um sistema de controle de rádio sobre cães policiais. Esses cães já foram empregados pelos russos para transportar bombas antitanques; na Alemanha vigiam fábricas e estradas de ferro e no Chile tiveram êxito na procura de pessoas desaparecidas."

Cabe lembrar ainda que, na Eu. opa a proteção do público que entra na cancha se faz pelos cães amestrados — rádio-controlados ou de controle-remoto — que substituem os policiais a cavalo.

Notícias provenientes da Rússia nos dizem que os soviéticos lançaram cães para perseguir os chineses. A Estrela Vermelha, órgão do Ministério de Defesa Soviética, revela que 25 cães já foram treinados por jovens voluntários de uma Escola secundária de Moscou, e que serão encaminhados para perseguir e agredir os invasores (Nota de "O Globo").

Notícias da Alemanha também nos informam da substituição de

guardas por cães, no muro de Berlim, com a finalidade de evitar a fuga por esse setor.

Outras informações a respeito de cães, temos da Argentina, Venezuela, etc.

Quanto ao Brasil, sabe-se que a Divisão Aeroterrestre possui um efetivo de aproximadamente 10 cães, treinados para as principais missões.

Pode-se observar que quase todos os Exércitos do mundo, sobretudo aqueles que têm experiência bélica, possuem em seus efetivos cães de guerra.

Nota-se ainda que eles foram empregados por trilhas através de espessa vegetação da selva e em terrenos variando de baixos pantanosos a zonas íngremes e acidentadas, em clima tropical ou em operações militares em terreno densamente boscoso, entremeados de numerosos lagos, rios e pântanos, bem como em algumas regiões dobradas e rochosas que apresentavam para as unidades de combate e serviço igualmente grandes dificuldades.

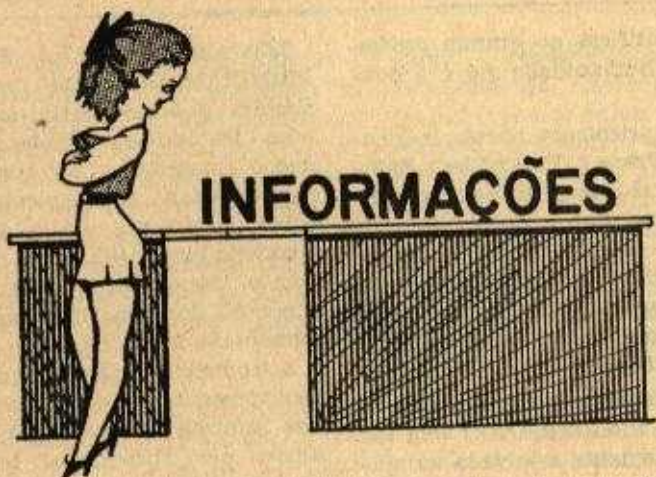
Foram empregados tanto nas guerras convencionais como nas guerras revolucionárias, e, em qualquer delas, foi seu desempenho notável, justificando plenamente seu emprego.

Para concluir, citaremos o que disse um especialista no assunto:

"O terrorismo, o sabotador, a guerrilha, não deixarão certamente de fazer sua aparição. E, para eles, para evitar e combater sua ação criminosa, nenhum meio melhor pôsto à disposição

do homem que o cão, preparado com tempo, adestrado com esmero, utilizado com senso. É modesto no custo, eficiente na ação, indispensável na selva. E se, finalmente, as entidades militares considerarem a economia de pessoal que ele acarreta — 1 cão e

um homem substituem de 4 a 8 sentinelas, segundo as condições do terreno — e se o Serviço de Cães vier a ter o desenvolvimento que se impõe, novas missões e novos campos de atividades se abrirão aos veterinários militares.



O presente artigo foi escrito como parte dos trabalhos de estágio realizado por um grupo de oficiais do CEPE (e mais um do CMRJ) sendo cada tópico composto por um dos elementos do grupo, dentro da mesma orientação básica.

Este estágio visou à formação de técnicos em **ENSINO PROGRAMADO** para a posterior divulgação dessa nova metodologia no Exército.

Ten Cel Sérgio MORAES REGO Reis
 Maj Cléo Jurandyr RIANI LIMA
 Cap Fernando Octávio TAVARES Ferreira
 Cap SYNESIO Scofano Fernandes
 1.º Ten Wilson FÁRIA LIMA

O ENSINO PROGRAMADO

UMA METODOLOGIA DA NOVA ERA

"O ensino torna-se-á, cada vez mais, uma atividade controlável, de consequências previsíveis".

HANS SCHIEFELÉ

O QUE É

Uma das coisas mais desafiadoras de experiência humana é o fato de que, apesar de decorrido mais de meio século desde o início dos estudos da psicologia da aprendizagem, ainda hoje a contribuição desta aos métodos

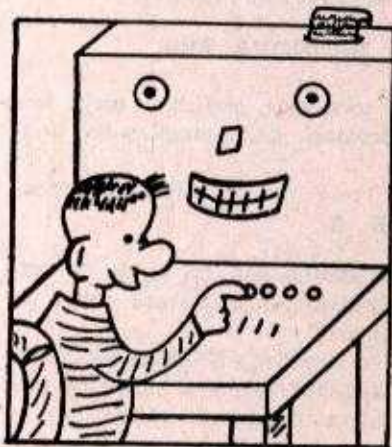
de ensino, sob um ponto de vista científico, é realmente muito pequena.

O chamado **ENSINO PROGRAMADO** é talvez a primeira tentativa realmente válida que se faz para aplicar essas descobertas

tas científicas ao grande problema da humanidade que é a Educação.

Três psicólogos norte-americanos — Pressey, Thorndike e Skinner — são os principais responsáveis por esse esforço. Thorndike com sua teoria do associativismo, Skinner com o estudo do condicionamento e Pressey com a invenção do que chamou de "máquina de ensinar".

Devido a Pressey — a noção de ENSINO PROGRAMADO vem tão freqüentemente associada às máquinas de ensinar que muitas pessoas têm a idéia de que as duas coisas são inseparáveis. Na realidade podemos ter — e isso acontece na maior parte dos casos — textos programados sem máquinas quer sejam estas mecânicas ou eletrônicas, e é o que chamamos de Livro Programado. O que não podemos ter, pois de nada nos adiantaria, é uma máquina de ensinar sem um texto programado. A máquina não é pois senão um instrumento que o aluno usa para manipular o texto programado.



Mas afinal, o que é ENSINO PROGRAMADO? De maneira simples podemos defini-lo como uma Metodologia Especial, em que o "material a ser aprendido é apresentado em pequenas parcelas, facilmente assimiláveis e coordenadas de tal forma que levem o aluno a uma sólida compreensão dos conceitos que fundamentam a instrução".

A sequência em que as questões são apresentadas e o conteúdo das informações fornecidas aos alunos pelo "programa" torna o professor dispensável em certas tarefas, reservando-o para outras em que seu cabedal de conhecimentos especializados e qualidades educacionais sejam mais necessários.



Os chamados "passos da aprendizagem" são dados em escala reduzida. Isso diminui muito a possibilidade de o aluno dar a resposta errada a uma questão proposta. Outra característica importante do ENSINO PROGRAMADO é a apresentação da resposta certa ao aluno logo após este ter dado a sua resposta. Essa apresentação da resposta certa

ao aluno pode ter as mais variadas formas. Por exemplo, a resposta pode vir logo abaixo da questão, na margem do livro (a qual o aluno cobre com um cartão e vai descobrindo paulatinamente à medida que avança no programa); também pode vir na página seguinte; pode estar oculta por um pequeno papel que é destacado, etc.

Mas, na essência, em que difere um texto programado de um livro comum ou de um dos chamados livros de exercícios? O livro comum geralmente apresenta a matéria de uma maneira expositiva (quando muito traz alguns exercícios e menos freqüentemente "indicações" sobre o trabalho do aluno) e o livro de exercícios fornece ao aluno meios de verificação e prática do que aprendeu. O Texto Programado vai além:

— **FORNECE INFORMAÇÕES** decompostas em parcelas bem pequenas (quadros), de fácil assimilação;

— **INTENSIFICA O ESTÍMULO RECEBIDO** — por meio de quadros chamados de fixação;

— **VERIFICA IMEDIATAMENTE** por meio dos quadros de verificação, se o que foi "informado" e "reforçado" está realmente aprendido;

Reúne então as características do livro comum e do livro de exercícios, **acrescentando-lhes as tarefas normalmente desempenhadas pelo professor em sala**, como a **decomposição de um texto em pequenas parcelas**, de modo a facilitar a compreensão pelo

aluno; a **repetição**, em geral de uma maneira diferente, do que foi dito pouco antes, visando a reforçar o estímulo nos alunos que aprenderam da primeira vez e dando aos outros, menos brilhantes, uma oportunidade de apreciarem a informação sob um novo aspecto; finalmente, o **fornecimento da resposta certa** assim que o aluno acabou de responder, dando-lhe uma "recompensa" (satisfação de ter acertado) ou encaminhando-o imediatamente a uma revisão das informações (caso tenha errado a resposta).

Essa sensação de êxito constante é uma das pedras angulares do ENSINO PROGRAMADO.

Não seria ousado afirmar-se, pois, que pela primeira vez dispomos de um instrumento que realmente intervém no processo da aprendizagem.

Das tarefas normalmente atribuídas a um professor, os "programas", por mais bem feitos que estejam, não podem realizar duas. A motivação é uma delas, embora em geral os alunos fiquem desejosos de aprender ao lidar com um bom texto programado, principalmente se este estiver ligado a uma máquina eletrônica. A outra tarefa, para a qual o professor é insubstituível é aquela relacionada com que podemos chamar de "aprendizagem social", resultante da interação de seres humanos reunidos, pensando e agindo juntos como um grupo. O ENSINO PROGRAMADO como que elimina as situações da vida social e em particular os efeitos educativos da relação pro-

fessor-aluno, e relações dos alunos entre si. Certas matérias que se fundam no desenvolvimento das relações interpessoais ficam portanto excluídas do âmbito dessa nova metodologia.

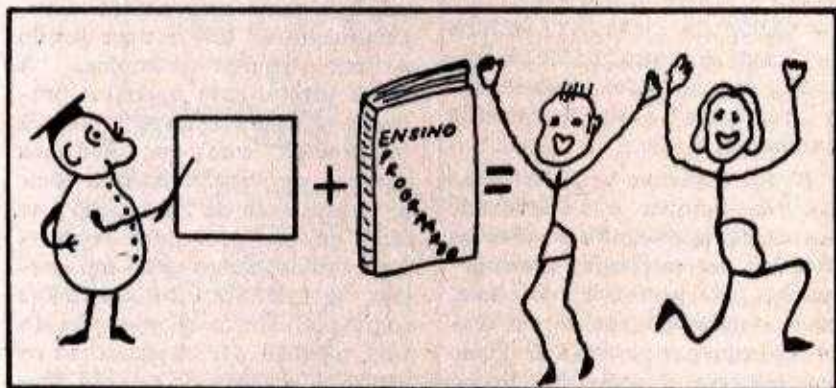
Além dessa "libertação" do professor para tarefas mais nobres, a grande vantagem do ENSINO PROGRAMADO é a adequação ao ritmo de aprendizagem individual de cada aluno. Os mais brilhantes podem progredir mais depressa — "queimando etapas" — sem se aborrecerem com explicações detalhadas ou super-abundância de exercícios de fixação, enquanto os mais morosos, menos brilhantes, progredem no seu próprio passo, sem frustrações causadas pela presença e desempenho de companheiros mais inteligentes.

Isso no que se refere ao indivíduo. Para as organizações — sejam elas instituições de ensino ou centros de treinamento profissional — a economia de pessoal e tempo (e portanto de dinheiro) que o ENSINO PROGRAMADO pode trazer é encalculável.

O custo inicial de um programa realmente bem feito é aparentemente elevado. ENSINO PROGRAMADO é tarefa de especialistas altamente qualificados trabalhando em equipe. NÃO É OCUPAÇÃO DE HORAS VAGAS. Essa equipe reunirá, além dos "programadores" um professor da matéria sobre a qual vai versar o programa, um psicólogo e possivelmente um estatístico, que intervirá principalmente no processo de validação do trabalho.

Um programa tem de ser bem feito porque os erros de um livro insuficiente podem ser compensados por um bom professor; não porém os erros de um programa elaborado às pressas, sem os necessários conhecimentos especializados.

Feito o programa, contudo, a sua aplicação colhe de imediato resultados tão vastos e rápidos que aquele custo inicial torna-se até irrisório. Em largos círculos da indústria já foi reconhecido o caráter de investimento das verbas destinadas a programas para formação e treinamento profissionais.



O ENSINO PROGRAMADO E O EXÉRCITO

Contudo é preciso observar que Ensino Programado é uma técnica de ensino que pode e deve ser empregado em conjunto com outras técnicas.

Existem dois fatores de limitação deste emprêgo:

— a natureza dos objetivos da matéria

— aplicação em grande escala.

Nem todos os objetivos de ensino podem ser alcançados com grande eficiência pelo Ensino Programado. Matérias que pressupõem uma atitude de julgamento não são particularmente adequadas ao Ensino Programado. Áreas de matérias compostas de fatos não inequivocamente fixáveis também são de adequação problemática ao Ensino Programado. Poder-se-ia dizer que o Ensino Programado não é muito adequado ao histórico, ao estético, ao religioso e ao ético. No entanto, experimentos sobre o ensino de lógica no "Hamilton College" (EUA); de Carpender com programas de ensino para todas as idades e outros na Academia de Aviação em Colorado Springs são testemunhos que comprovam a eficiência desta Técnica em diversas outras áreas. É bom que se diga, entretanto, que o Ensino Programado não está em fase de aplicação experimental: já é uma técnica perfeitamente empregada e aceita, os experimentos são no sentido de aperfeiçoamento do sistema. Na França, existe uma comissão interministerial estudando a maneira de difusão e emprêgo do Ensino Pro-

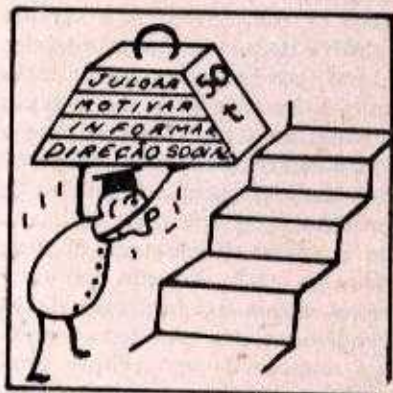
gramado nos diversos níveis de ensino, desde o elementar até o pós-graduação. Nos EUA, o Ensino Programado é amplamente difundido, sendo que existem diversos centros especializados na confecção de programas sobre os mais variados assuntos. A Alemanha Federal, a Inglaterra, a Itália empregam esta técnica amplamente.

Um outro fator que deve ser considerado na aplicabilidade do Ensino Programado é a possibilidade de emprêgo em grande escala. Para ser economicamente viável este método tem de atingir uma área apreciável de alunos. O investimento inicial no programa é amplamente compensado se considerarmos o sentido relativo do seu emprêgo a vários alunos por muito tempo. O custo inicial do programa em relação aos alunos é muito menor que o custo relativo do ensino tradicional. Uma companhia brasileira de produtos farmacêuticos, utilizando o ensino tradicional, dispendeu, em 1968, sessenta mil cruzeiros novos na formação de 30 vendedores; em 1969, para o mesmo número de vendedores, provenientes de diversos estados, empregando o ensino programado, a mesma firma gastou cerca de vinte mil cruzeiros novos, obtendo o mesmo rendimento de aprendizagem que o ensino não programado. Uma escola americana calcula em US\$ 57,15, por aluno, o custo de um curso de línguas em ensino não programado e em US\$ 20,19, por aluno, o custo do

mesmo curso utilizando o ensino programado. Um curso de Álgebra utilizando o método tradicional é de US\$ 20,50 por aluno e de US\$ 16,79 por aluno em ensino programado. Tais gastos foram calculados para um mesmo parâmetro de rendimento de aprendizagem.

As possibilidades de emprego deste método de ensino nas Forças Armadas e, particularmente, no Exército, são grandes.

Desde logo é bom lembrar que o instrutor ou o professor não seriam substituídos pelo programa. Mas o ensino programado poderia liberar o instrutor ou o professor de algumas áreas, reservando-os para uma ação mais intensa em outras matérias e, particularmente, para a tarefa educacional.



Diversos fatores indicam que a área coberta pela Instrução Militar é especialmente propícia ao emprego do Ensino Programado.

Não é desconhecido que existem problemas de certa ordem administrativa, material e pessoal que são pontos consideráveis na execução da Instrução Militar. Deficiência de número de

instrutores (seja nos estabelecimentos de ensino, seja nos Corpos de Tropa) deficiências de ordem material, com salas de instrução e meios auxiliares, são aspectos a ser considerados em primeira instância pelo Diretor de Ensino ou pelo S/3 quando vai planejar a dinamização do currículo ou do Plano de Instrução.

Atingindo, no mínimo, os mesmos padrões de aprendizagem do método tradicional, o Ensino Programado poderá facilitar a solução das dificuldades apontadas; obtendo, além disso, uma padronização e unidade ainda mais perfeita no aspecto doutrinário e na metodologia da Instrução Militar.

Praticamente todos os níveis de ensino do Exército poderiam ser cobertos pelo Ensino Programado. São perfeitamente viáveis tanto sob o aspecto de aplicabilidade técnica como sobre o aspecto econômico, programas para:

- Soldados alfabetizados
- Curso de Formação de Cabos
- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
- Colégios Militares
- Escola Preparatória
- AMAN
- Cursos de Preparação para a ESAO
- Estabelecimentos de Ensino que visem a especialização
- Cursos de Preparação para a ECEME
- ECEME

— Cursos de Atualização

— Instituto Militar de Engenharia

No campo de Instrução Militar alguns assuntos são particularmente adequados ao Ensino Programado:

— Instrução — em qualquer nível

— Estudo de regulamentos

— Instruções preparatórias para manipulador de máquinas ou condutor de viaturas

— Topografia — em qualquer nível

— Estudo introdutório ao emprego tático das Armas e Serviços

— Guerra Química

— Armamento — emprego e características

O ensino programado poderia atender a estas áreas e algumas outras com, talvez, um melhor rendimento.

Alguns dados fornecidos pela "Basic Systems Incorporated" dão uma avaliação parcial do rendimento do Ensino Programado:

AUMENTO DE RENDIMENTO POR INSTRUÇÃO PROGRAMADA

PROGRAMA	ALUNOS	MÉTODO COMUM	MÉTODO PROGRAMADO	ACRESCIMO
Curso de Calculador Eletrônico	Escola Secundária	86,2	95,1	10%
Dermatologia e Micologia	Representantes de produtos farmacêuticos	80,1	91,9	53%
Leitura de Desenhos Técnicos	Pessoal Técnico Auxiliar	81,2	91,2	12%
Fundamentos de Teoria da eletricidade	Técnicos	Fatos — 64,9 Conceitos — 47,5	Fatos — 76,8 Conceitos — 66,4	Fatos — 18% Conceitos — 40%

TEMPO GANHO NO ENSINO PROGRAMADO

		TEMPO MEDIDO DE TRABALHO EM HORAS POR ALUNO		
PROGRAMA	ALUNOS	MÉTODO COMUM	MÉTODO PROGRAMADO	ACRÉSCIMO
Leitura de Desenhos Técnicos	Pessoal de Vigilância	17	12,8	25%
Cálculo de Analogia	Engenheiros	40	11	72%
Curso de Computador Eletrônico	Escola Secundária	15	11	27%
Emissão de Notas Fiscais	Comerciários	40	26	35%



Na área do Ensino Fundamental, são especialmente adequados programas para:

- Atualização de conhecimentos
- Cursos por correspondência
- Cursos de preparação
- Subsídios em diversas matérias, como complementação ao estudo dessas matérias

Programas sobre áreas de Física, Química, Matemática, Estatística, Álgebra, Psicologia, Línguas, Sociologia e diversos outros assuntos seriam passíveis de elaboração. Tais programas, principalmente aqueles que visassem o ensino curricular, permitiriam uma grande economia de tempo e deixariam o professor livre para a condução dos alunos na assimilação ou estudo mais profundo de determinada área. Muitos problemas decorrentes do contraste entre a carga horária disponível e os objetivos de determinada matéria ou curso poderiam ser resolvidos com auxílio de programas.

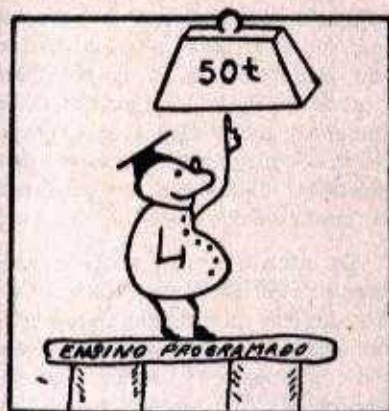
Mas existem três fatores a considerar:

(a) **A economicidade dos programas em função de sua área de utilização** — Não é viável um programa para apenas dez alunos.

Um plano de programas para o Exército deveria ter como um dos parâmetros a **maior área possível de difusão** e a continuidade no tempo a fim de garantir a viabilidade econômica. Seria viável um programa de Álgebra que atingisse os alunos dos Colégios Militares, seriam viáveis programas de Instrução Geral que atingissem os Corpos de Tropa, seriam viáveis programas que visassem a preparação anual dos candidatos nos diversos estabelecimentos de ensino.

(b) Por outro lado é fundamental que se guarde uma **padronização** de programas na área do ensino militar, tendo em vista a unidade conceitual necessária a esse tipo de ensino.

(c) Além disso, como já foi exposto, um programa só pode ser **produto de uma técnica apurada**, resultado da contribuição de uma equipe altamente capacitada. Nesse ponto é preciso insistir que um programa elaborado imperfeitamente, sem o assessoramento do professor da matéria, do psicólogo, sem o tratamento estatístico da verificação experimental, um programa que não se enquadre dentro da metodologia peculiar ao Ensino Programado, este programa causará prejuízos ao educando e ocasionará o estabelecimento de uma visão estereotipada da sua



eficiência. O aprendiz — dentro da teoria skinneriana — aprenderá comportamentos não desejáveis. O texto não terá o conteúdo motivador necessário a um programa. O Ensino Programado cairá então em **descrédito** como método de ensino

Por tais fatores a montagem de um sistema de programas no En-

sino Militar e, particularmente, na Instrução Militar, requer um acompanhamento metódico, talvez até mesmo uma centralização do controle por meio de um Centro de Instrução Programada que poderia ser instalado inicialmente no Centro de Estudos de Pessoal. Mas nesse ponto a discussão está apenas sendo lançada.

UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

(1967-1968)

Visando a fazer um estudo comparativo entre o Ensino Programado e os métodos tradicionais foi realizado no **Centro de Estudos de Pessoal do Exército** um trabalho experimental aplicado em sargentos-alunos dos cursos de Classificação de Pessoal e de Monitor e Inspetor de Alunos.

Dentre as diversas matérias constantes dos currículos desses cursos foi selecionada a Psicologia Social para ser ministrada sob as duas formas de ensino vistas.

Cuidando-se de que os alunos não se apercebessem de que se tratava de um trabalho experimental, para que o resultado não fosse influenciado, foram feitas observações comparativas entre os dois métodos em vários setores, como por exemplo o tempo despendido no estudo da matéria e o rendimento obtido.

Dado ao caráter dinâmico do CEPE, esta organização foi escolhida deliberadamente pela equipe da profª Nelly Aleotti Maia para ser o campo desse trabalho experimental. Possuindo em sua

estrutura uma Seção Psicotécnica e uma Seção de Técnica de Ensino, o CEPE tem elementos valiosos para a seleção, classificação e avaliação do material humano e também para o tratamento adequado dos dados estatísticos obtidos.

Encarregou-se a professora colaboradora do Centro de organizar as bases, aplicações e verificações dessa experiência, aproveitando-se de um curso de sargentos que regularmente ali funciona. Os cursos escolhidos, Inspetor e Monitor de Alunos e Classificador de Pessoal de breve duração, possibilitam a apreciação de resultados e a elaboração de planejamento a curto prazo tornando mais fácil atingir-se o objetivo da pesquisa que era o estudo comparativo entre os dois métodos de ensino: programado e tradicional.

Os alunos eram adultos, sargentos do Exército; foram selecionados psicologicamente pelo fator G e organizados em dois grupos ou turmas equivalentes de 23 alunos cada um,

chamados grupos A e B. Procurou-se com isso criar grupos equivalentes, relativamente a uma característica de importância grande para a aprendizagem, como a inteligência do participante. Nesse ponto colaborou de maneira valiosa a Seção Psicotécnica do CEPE. O grupo A foi sorteado para ser o experimental (recebendo o Ensino Programado) e o grupo B ficou sendo o de controle (recebendo a instrução pelo método expositivo).

Diversas outras precauções foram tomadas:

— os alunos escolhidos ainda não tinham estudado o assunto — Psicologia Social — em período algum de suas vidas;

— utilizou-se o mesmo professor para as aulas expositivas e para o Ensino Programado (orientador) e não é preciso dizer que o conteúdo da matéria foi o mesmo para os dois grupos — houve um controle no contato entre os alunos para que fosse evitada a contaminação dos métodos, sendo também controlado o acesso dos alunos — quer do grupo A, quer do B — ao texto programado que só lhes era entregue nas horas de estudo reservadas à matéria, sendo depois recolhido; — foi uma só, para os dois grupos, a medida do rendimento que se constituiu de prova previamente testada e corrigida pela mesma pessoa, professor da matéria;

— usou-se no texto programado a chamada "estrutura linear" (Skinner-Holland) ou preenchimento de lacunas, tendo o programa sofrido uma depuração ex-

perimental antes de ser aplicado;

— como já foi dito acima, tomou-se cuidado para que os alunos nãooubassem que eles estavam sendo submetidos a uma experimentação, sendo informados apenas de que era normal no CEPE a utilização de mais de um método de ensino simultaneamente num mesmo curso;

— dentro de certos limites os alunos trabalhavam com o texto programado sem restrições, interrompendo o trabalho quando se sentiam fatigados, sendo então anotados o tempo de interrupção e o de retomada do trabalho.

"A escolha de uma matéria como a Psicologia Social — diz-nos a professora Nelly — não foi casual. Escolhemo-la inicialmente porque a grande maioria das experimentações feitas com Ensino Programado têm se cingido a matérias de caráter técnico ou de precisão numérica. Sua aplicação a matérias de conceitos abstratos é, muitas vezes, discutível, obrigando o aluno a um raciocínio e seleção crítica, até então, não feita entre nós e, mesmo nos Estados Unidos, ela é limitada. Ainda quisemos que a eleição recaísse sobre uma matéria que não consta dos currículos das escolas de grau médio para evitar a possível interferência de aprendizagens anteriores, mascarando os resultados."

Apurados os resultados finais, verificou-se que, de um modo geral, os dois grupos obtiveram o mesmo rendimento ao fim da experiência, o mesmo acontecendo com dois outros grupos de es-

tudantes universitários submetidos simultaneamente ao mesmo tratamento. Realizada no ano seguinte, nos mesmos cursos de sargentos, a comparação dos dois métodos de ensino, ofereceu resultados semelhantes ao do primeiro.

Contudo, por tratar-se de uma experiência pioneira não é conveniente generalizar amplamente os resultados, sendo limitada a utilização ou funcionalidade dos mesmos.

São de interesse maior as observações relativas ao tempo dispendido pelos alunos na aprendizagem do material.

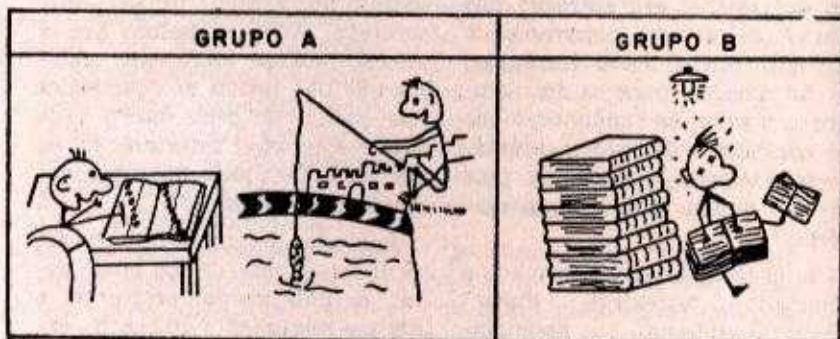
Repetindo as palavras da experimentadora: "O grupo A — que recebeu o Ensino Programado — trabalhou um período médio de 7,3 horas enquanto o grupo B — que recebeu o ensino das mesmas unidades didáticas pelo método tradicional — despendeu para a conclusão do estudo 18 horas."

Na prática, porém, haveria de se computar nesse tempo de 7,3 horas o outro dispendido pelos

professores na elaboração do programa. Contudo, como esse tempo só seria gasto uma vez — pois o programa seria reaplicado quantas vezes se quisesse — a economia de tempo iria aumentando cada vez mais.

Não obstante, a diferença entre 7,3 horas (no segundo experimento esse tempo baixou para 6 horas) e 18 horas nos parece algo significativo, levando-se em consideração, positivamente para o ensino programado, a economia feita não só em tempo mas em disponibilidade de dependências e de professores.

Podemos concluir que os resultados advindos dessa comparação experimental entre os dois métodos de ensino nos deixam a viva impressão da viabilidade prática do Ensino Programado em centros de estudo do Exército. Devemos pois prosseguir em trabalhos semelhantes, visando à adoção dessa nova metodologia de ensino dentro da variedade enorme de setores de instrução do Exército.



A FORMAÇÃO DE PROGRAMADORES DE ENSINO NO CEPE

O integral apoio da Diretoria-Geral de Ensino fornecendo ao Centro de Estudos de Pessoal do Exército verba destinada à contratação de uma **equipe especializada** permitiu que ali fosse iniciado nos meados de 1969 um projeto de treinamento de oficiais em Ensino Programado.

Esse projeto visava alcançar dois objetivos principais:

(1) Preparar didática e tecnicamente dez oficiais (pertencentes ao corpo docente do próprio CEPE, da EsAO e da ECEME) para a execução de tarefas em atividades de Ensino Programado;

(2) Simultaneamente com essa preparação, executar a montagem de dois "programas" referentes a dois assuntos distintos, um mais ligado às matérias lecionadas nos diversos cursos do CEPE e outro de natureza mais especificamente militar.

A orientação técnico-pedagógica e a direção do projeto foi entregue, por contratação, ao Grupo de Estudos e Pesquisas de Instrução Programada (GEIP) formado pelos professores universitários Nelly A. Maia, Vicente de Paulo Leitão e Mariha Mendes Marquez.

O projeto passou a designar-se GEIPE-CEPE I e desenvolveu-se diariamente pelas manhãs, sendo dividido em dois estágios cada um de seis semanas de duração, a serem feitos consecutivamente.

No primeiro estágio tomaram parte duas equipes: a do GEIP propriamente dita (constituída de dois programadores e um au-

xiliar técnico) assessorada por um psicólogo, um professor da matéria e um estatístico, estes últimos oficiais do corpo docente do CEPE; a segunda equipe — que recebeu aprendizagem e auxiliou a produção do programa — era constituída de quatro oficiais do CEPE e um do CMRJ. As duas equipes realizaram trabalho simultâneo e integrado visando a atingir os objetivos propostos no Projeto.

No segundo estágio será mantida a equipe do GEIP mas o grupo de oficiais estagiários virá de outras fontes: dois da EsAO, dois da ECEME e um do CEPE. Também o professor da matéria será fornecido pela EsAO. Os oficiais concluintes do 1.º estágio participarão do 2.º como observadores e auxiliares técnicos na programação junto aos professores civis integrantes do GEIP.

O grupo de estagiários realiza basicamente dois tipos de atividades: a aprendizagem fundamental e técnica, necessária à formação de programadores, e outra chamada de produção.

Na aprendizagem os oficiais estagiários fazem exercícios práticos de programação, recebem gradativamente, passo a passo, as informações fundamentais e técnicas sobre a metodologia do Ensino Programado, inteiram-se da bibliografia existente sobre o assunto, tiram as dúvidas nascidas das leituras orientadas pelo GEIP, e realizam sessões de estudo dirigido e debates, com auxílio dos professores civis.

A parte da produção consiste em diversos exercícios de programação em sala e a domicílio, individuais e em grupo, posteriormente discutidos e corrigidos pelos especialistas. Também estão sendo elaborados artigos de difusão dessa nova metodologia para a publicação em revistas dos diversos estabelecimentos de ensino do Exército. Com o progresso do estágio as atividades de produção irão aumentando cada vez mais culminando com a programação de uma unidade completa do texto de Estatística Básica que deverá ser distribuída ao futuro aluno do CEPE, num curso do tipo correspondência, visando dar-lhe o embasamento necessário ao curso regular. A Estatística Básica, programada, em montagem nesse primeiro estágio do Projeto GEIP-CEPE I será aplicada em caráter experimental nos próximos cursos e os resultados obtidos serão cientificamente processados, estudados, pesquisados e comparados, para chegar-se à conclusão sobre a viabilidade do emprego bem mais amplo da metodologia do Ensino Programado em outras matérias nos diversos cursos.

Caso a estrutura do CEPE venha a ampliar-se em pessoal, instalações, dotações orçamentárias — poder-se-á organizar textos programados, por correspon-

dência, para todos os cursos do CEPE.

A execução das atividades do GEIP-CEPE I obedece a um cronograma preestabelecido e, ao findar cada semana de trabalho, dois estagiários (avaliadores) fazem a avaliação dos resultados obtidos pelo grupo, tanto no campo da aprendizagem quanto da produção, e um outro estagiário (relator) descreve de forma sucinta o que foi feito naquele período de cinco dias de trabalho; os outros dois oficiais realizam tarefas de coleta de material bibliográfico (coletor) e de organização e catalogação (organizador). Periódicamente há um rodízio nas funções para que todos tenham oportunidade de conhecer as diversas facetas do trabalho de programação em equipe.

Esperamos assim estar lançando as sementes para a divulgação do Ensino Programado em bases verdadeiramente científicas dentro do Exército Brasileiro. É uma ambição grandiosa demais para o escopo do projeto? Não cremos. Se levado a bom termo nos seus dois estágios, ele devolverá em dobro ou triplo em dinheiro, tempo, e disponibilidade de professores e instrutores tudo que aí foi investido. E nisso confiamos.

Rio, 10 Ago 1969.

O DISLÉXICO ADULTO E SUA ALFABETIZAÇÃO POR UM MÉTODO LOGOPÉDICO

Prof.^a IRACEMA MEIRELES

I — Justificativa da Comunicação

Num país como o nosso, onde o analfabetismo, desgraçadamente, atinge os tristes índices do nosso conhecimento, o problema da alfabetização do adulto apresenta-se de magna importância.

Pode e deve, mesmo, ser considerado *verdadeiro problema de defesa de nossa nacionalidade*.

Na qualidade de velha professora primária, cuidando, nos últimos 20 anos, em especial, do problema da alfabetização, não podíamos deixar de voltar os olhos, com tristeza, para o analfabeto adulto, de nossa terra, vendo-o, assim, tão numeroso — ainda nesta hora — quase às portas do último quartel do século XXI!

Assim é que, nos últimos anos, fizemos algumas experiências, através das quais, observamos fatos e, acreditamos, ter chegado a algumas conclusões que aqui desejamos, *modestamente comunicar* de vez que — julgamos — podem interessar, diretamente, aos estudiosos do Problema da Palavra, objeto d'este Primeiro Congresso Nacional.

Depois de alguns ensaios, mais ou menos breves e inconsistentes, fizemos, em 1965 e a convite do Departamento Médico do Sanatório de Curicica, a alfabetização de uma turma de tuberculosos, em fase de recuperação, naquele órgão do Ministério da Saúde. E, em agosto de 1966, a convite da sra. Diretora do Departamento de Educação Primária, foi feito um trabalho idêntico, com adultos, na Escola Cécio Barcelos, em Copacabana, utilizando, igualmente, método logopédico de Formação Condicionada e Repetida. Foi pleno o sucesso, conforme testemunho daquela Diretora, a qual encarregou a prof.^a Icles Marques Magalhães do preparo de circunstanciado relatório, que tenho em meu poder.

No ano seguinte, a convite do Sr. Gen. Carvalho Lisboa, Chefe da D.I. — Vila Militar-GB — realizamos uma experiência mais sistematizada, bem mais rica em observações e conclusões, com 33 recrutas do Regimento Sampaio, os quais, embora freqüentando a Escola Regimental desde março, se encontravam, àquela época, em outubro, absolutamente analfabetos, conforme verificação feita, principalmente, pela Chefe

do Distrito Educacional da XVII R. A. prof^a Cléa Duarte. Mais uma vez, empregamos método logopédico — *Fonação Condicionada e Repetida* e, cêrca de dois meses mais tarde (aproximadamente 40 horas de aula) foi a turma examinada pela mesma Chefe de Distrito, auxiliada por oficiais. Dos 31 alunos examinados, foi o seguinte o resultado: 20 leram *texto escolhido na hora*, sendo que 5 o fizeram com leitura quase corrente. Dos outros 11, todos apresentando — note-se bem — grandes defeitos de *proação*, 5 liam, com absoluto desembaraço, qualquer palavras que não apresentassem sílabas travadas, sobretudo com "l". Concluimos, então, que nossos êxitos, sucessivos, resultavam, precisamente, do emprego do *método logopédico* e, em Relatório apresentado ao Gen. Chefe da D. I., propusemos fôsse assim, alfabetizado o soldado, como, aliás, o adulto em geral. Isto, se não quisermos que êle se limite, o que é tão freqüente, a aprender, apenas, a desenhar o próprio nome ou a gastar meses a fio, tentando visualizar umas quantas dezenas de palavras que serão, provavelmente, mais tarde, esquecidas, na sua maioria. Ou deixá-lo correr aquê'e perigo a que se refere o Dr. John Nichols, de Montreal, no jornal da Associação Médica Canadense (Set. 1959). Ou — o que é mais comum, por êste nosso Brasil afora — se não quisermos levá-lo a se debater, às vèzes, durante anos, no intrincado e penoso esforço de decorar 102 letras, entre maiúsculas e minúsculas, de fôrma e

cursivas, para, em seguida iniciarem uma segunda fase, mais perosa ainda, de decorar as múltiplas combinações dessas mesmas letras. Tudo isto sem qualquer recurso mnemônico, sem qualquer recurso de associação...

Resultado: o aluno *menos dotado*, desanima, desiste, antes da obtenção de qualquer resultado concreto... E é isso que temos verificado, entre a grande maioria dos adultos analfabetos, observados. Muitos, depois de afirmarem, categoricamente, nunca terem começado sequer, a aprender a ler (note-se o velho e claro mecanismo de defesa), depois de declararem nunca terem estudado, antes, são surpreendidos, aqui e ali, a dizerem, baixinho, nomes de letras aos quais, de modo algum aludiramos e a tentar soletrar ou a escrever, às vèzes, mesmo, com talhe regular, até maiúsculas cursivas, de cuja apresentação, nem de longe, cogitáramos ainda!... Há, entretanto, os que declaram, mesmo, *orgulhosamente*, já conhecerem as letras, "só faltando, mesmo, junta" (textual). Conclui-se, então: o *adulto, na sua maioria, pe'o menos o que temos observado, nas cidades, já tentou, uma e muitas vèzes a alfabetização, não a tendo conseguido por ser um DISLÉXICO, provavelmente.*

II — O adulto disléxico e sua alfabetização pela fonação condicionada e repetida

De acôrdo com o que nos foi possível aprender de alguns autores abalizados, como Borel Mai-

sonny, Julio Quiros, Francis Kocher e outros, a Dislexia resulta das mais variadas causas. Ela aparece, como nos diz Lúcia Bentes, ao traduzir Lefavrais, "como uma constelação de deficiências...". Consideraríamos, então:

a) A Dislexia podendo resultar de um retardo mental pois, entre os portadores de tal *deficit*, diz-nos Maisonnny, a dificuldade para a aprendizagem da leitura "se encontra de modo quase constante". Podendo resultar, também, de bloqueio emocional, mecanismo de fuga, negativismo, ausência de autoconfiança de motivação enfim, tudo isto tão comum, no nosso adulto analfabeto, cansado de tentar e de, em vão, se debater, sobretudo na soletração na qual chega a se viciar tão profunda e desastradamente, para nós...

Num e noutro caso, conseguimos sucesso pela Fonação Condicionada e Repetida porque o artifício pedagógico utilizado é tão "ridiculamente simples" que, além de tornar a aprendizagem satisfatoriamente conseguida pelo portador de relativo retardo mental, coloca o aluno, emocionalmente bloqueado, à vontade, numa verdadeira situação de "jôgo" fonético, alegre, divertido, que desinibe, libertando de travas emocionais. Começamos dizendo aos alunos, saber muito bem, que a maioria deles já tentou, com certeza, aprender a ler não o tendo conseguido por dois motivos principais: primeiro, porque, provavelmente, terão começado com processos difíceis,

demorados, geralmente *soletrando*. Que soletrando, se aprende mas, com muito esforço, muito tempo e, hoje, no tempo do "jato", não se tem tempo para perder... e, segundo, porque, muitos deles, mesmo sem querer, têm vício de falar errado e, para aprender a ler é preciso saber falar. Vamos aprender, então, por um processo novo, rápido, a "jato", preparado, especialmente para soldados mas que serve para qualquer adulto. Mas, enquanto aprendemos a ler, vamos fazer muito, muito mesmo, uma verdadeira *ginástica de fala*, repetindo sons, para melhor escutá-los e tornar a repeti-los e reuni-los, formando palavras que serão, também, melhor pronunciadas. Para isto, antes de começarmos, vamos assumir um compromisso solene. Além de não faltar, vamos prometer:

- 1.º — não soletrar, nem dizer nomes de letras;
- 2.º — fazer, muito, aquela tal *ginástica da fala*.

b) A Dislexia pode resultar, como todos aqui presentes sabem muito bem, de distúrbios no campo visual, como no auditivo, no tátil, no cinestésico, traduzindo-se por falta de acuidade, por indistriminação, distúrbios perceptivos, dificuldade de fixar, evocar, totalizar, etc. Na sua enumeração, os autores não esquecem de citar a desorientação no espaço e no tempo. Quiros cita, igualmente, a perturbação na relação figura-fundo e, referindo-se aos distúrbios no campo, propriamente da linguagem, chega mes-

mo a afirmar que, para êle, "as dislexias severas são verdadeiras disfasias leves".

Alfabetizando pela Fonação Condicionada e Repetida, começamos avisando o aluno, que vai aprender, assim como quem faz um verdadeiro exercício de *tiro ao alvo*. Das nossas letras, 5 serão ALVOS e apenas estas 5 terão de ser aprendidas, fixadas. Mas, são tantas quanto os dedos de nossa mão. Colocados em ordem rigorosa: a-e-i-o-u, acima do quadro-negro, lá ficarão parados (as vogais são estáticas), servindo de ALVO. Serão mirados, "bombardeados", por diferentes sons, transformando-se em palavras. E, já na primeira hora do 1.º dia, vão trabalhar com 16 figuras que serão colocadas na parede, onde possam ser apontadas. E, todas, são figuras muito conhecidas, cada qual sugerindo um som. O condicionamento decorre, assim, da própria vivência do aluno. São figuras grandes, uns 12 cm. Igualmente grandes são as mesmas, já desprovidas de certos detalhes porém, tridimensionais (de madeira, etc), igualmente exibidas, e de per si, pelo professor e, também manuseadas e movimentadas pelo aluno. Cada figura, pois, sugere um som característico. Uma, é o guidão da motocicleta, lembrando o ruído do motor: tá... tá... tá... Outra, está na mão de um *paí* e parece um martelo que daria pancadas: pá... pá... pá... Outra, tem asas para voar: vu... vu... vu... E assim por diante. Mesmo o aluno de baixo nível mental, com extrema facilidade; à vista

de cada figura, em consequência de simples condicionamento, emite, automaticamente, o som característico. É o reflexo que se desencadeia. E o aluno trabalha, já no 1.º dia, com 5 vogais e 16 consoantes!!! Tudo resultado de simples associação, desnecessitando de maiores discriminações, e fixações, e evocações, e memorização, afinal. É Fonação Condicionada. São contornadas, assim, muitas daquelas deficiências características do disléxico. Em seguida, é o exercício, propriamente, do *disparo*, feito à custa, principalmente da consoante — elemento responsável pela *dinâmica do método*. O aluno é informado sobre o Alvo a ser "bombardeado" e, diante da figura que indica a *posição* em que se produzirá o som característico da consoante, ficará a repetir tal som. A repetir muitas vezes, até que, com toda segurança (bem ajustados os órgãos fono-articuladores) seja obtido o impulso e aquele som se projete sobre a vogal, modificando-a: é a *Aglutinação*, de que resulta a Palavra (monossílabo). É, pois, Fonação Condicionada e Repetida. Em seguida, vem o trabalho no campo bidimensional: *monossílabos escritos*, com letras enormes, tendo-se o cuidado de *ocultar a vogal*. O aluno se põe a repetir o som característico da consoante até que, descoberta a vogal — o Alvo, é levado, forçosamente, a movimentar o olhar no sentido *esquerda-direita*, a fim de se informar sobre o alvo e, sobre êle, projetar o som da consoante: é orientação espaço-temporal, é ordenação visomotora.

É é, sobretudo, o aluno cheio de entusiasmo e autoconfiança, sentindo-se capaz, já no primeiro dia, de ler muitas palavras, embora pequenas (monossílabos). Realmente, com o domínio de tal exercício, o aluno, praticamente, dominou a técnica da leitura, no que ela tem de fundamental. No 2.º dia, serão palavras de 2 disparos (dissílabos) e, assim por diante, de modo absolutamente gradativo, indo do mais simples para o mais complexo, do ponto de vista da Fonética.

Na consideração dos problemas até aqui relacionados, dois, em especial, devem ser evidenciados. Um, é problema do 1.º dia: é aquele da AGLUTINAÇÃO que fornece a Palavra (monossílabo). É a consonantização da vogal. Na criança, essa capacidade de aglutinar (sintetizar), em seguida ao teste ABC, é por nós verificada, logo no 1.º dia de aula e nos dá o grau de maturidade para a alfabetização pela F.C.R. No adulto, tal incapacidade, fator de dislexia, aparece, geralmente, em 2 ou 3, em cada turma de 30 alunos: falta-lhes discriminação auditiva, bom ajustamento, segurança dos órgãos fono-articuladores, capacidade de sintetizar e o aluno, ou não aglutina ou o faz disparatadamente, resvalando, às vezes, até de uma para outra zona de articulação. O outro, é problema que surge no 2.º dia, no trato com palavras de mais de uma sílaba: é problema de linguagem interior, de perturbação na relação figura-fundo e o aluno, portador de tal distúrbio, não sente surgir — como *figura*

— em *primeiro plano*, a *SÍLABA*, em meio de um *fundo* esbatido, indefinido que é a repetição, mais ou menos fraca, dos sons característicos das consoantes. Não as sente e não as reúne, formando palavras. Tais problemas são resolvidos com recursos próprios do método.

c) Mas, a Dislexia pode resultar, também, no campo da fono-articulação, dos mais variados *defeitos de prolação*, sejam *dislalias*, algumas conseqüências de simples hipoacusias, sejam vícios de linguagem resultantes de fatores sócio-econômicos, climáticos, raciais, etc..., sejam até mesmo, talvez, *disartrias* leves... Este problema, (de par com o trágico vício de soletrar) constituiu-se no mais difícil de superar. Apresenta-se mais sério nas lições finais, sobretudo no trato com as sílabas travadas com "1". Muito difícil de superar no adulto, cujo aparelho fono-articulador já não tem a plasticidade característica daquele da criança. Só com muito exercício de articulação, só mesmo à luz da Logopedia, pode ser encarado a sério. Por isso, as lições finais são mais demoradas, conforme se observa no cronograma que desejávamos apresentar. Este problema, juntamente com aqueles dois evidenciados no item anterior, constituem as *três tarefas fundamentais* ao longo de toda a alfabetização. Todas três, diretamente relacionadas com a *função auditiva*. E não é só porque a palavra depende, diretamente da audição a ponto de não ser capaz de falar, espontaneamente, aquele que nasce privado da au-

dição e de se poder dizer que, sem audição, não teríamos chegado ao segundo sistema de sinais. É, também, porque o nosso método é essencialmente fônico.

III — As duas últimas experiências

São elas absolutamente sui-generis.

A primeira, feita a convite do Sr. Brigadeiro Faria Lima, consistiu na alfabetização, no Parque dos Afonsos, de velhos funcionários civis cujas idades oscilavam entre 38 e 63 anos. Mais uma vez aplicado o método logopédico e, após cerca de 60 aulas, foi verificado, conforme Relatório firmado, já pelo Brigadeiro Bordeaux, 94% de aproveitamento.

A segunda, iniciada a 15 de setembro último, no Forte Duque de Caxias, no Leme, onde funciona o CEPE, constou, na 1ª semana, do preparo de um grupo de tenentes e sargentos dos 4 Exércitos e destinados à formação de Monitores de Alfabetização de Recrutas. Para tal, o Ministério do Exército se propôs a publicar uma *Cartilha do Soldado* de cuja organização fomos encarregados e constitui uma colaboração nossa para a Cruzada da Alfabetização dos Recrutas, tanto que, à sua primeira página, se lê a declaração de que abrimos mão de quaisquer proventos materiais. Para ilustrar aquele curso relâmpago, no CEPE, os militares assistiram ao início da alfabetização de 20 funcionários do Edifício Praia Vermelha. Em seguida ao retôrno dos militares às suas unidades de origem, o curso daqueles funcionários passou a

ser ministrado na cantina do próprio E.P.V., já por sargentos recém-instruídos e por nós supervisionados. Ao escrever este trabalho, já a turma está com 15 alunos em ótima situação. Cinco, porém, todos maiores de 50 anos, marcham com bastante dificuldade, sobretudo um, já sexagenário. Poderiam ser observados, se fôsse o caso.

Quanto à *Cartilha do Soldado* (tôda organizada à margem daquele trabalho com os recrutas do Regimento Sampaio), tem a grande honra de ser *apresentada*, depois de longa e criteriosa análise, pelo grande Mestre da Psicopedagogia — Professor Lourenço Filho, o qual, a certa altura afirma: "Convirá observar que, nestes últimos tempos, os procedimentos fônicos vieram a ressurgir e, de modo especial, na alfabetização de adultos. Nos países de língua de escrita fonética quase de todo regular, como o português e o espanhol, a adoção de tal forma didática se impõe, pois desprezá-la seria como que um contra-senso. Mas, ainda em países de estrutura gráfica diversa, como o inglês, por exemplo, experimentações nesse sentido se estão fazendo, com apoio de um alfabeto especial, para o período inicial da aprendizagem." E continua o referido Mestre, pondo em relêvo a gradação das lições, na *Cartilha*, em bases fônicas, concluindo que isto representa "condição decisiva para a aprendizagem rápida e segura" e, mais adiante: "... a aquisição da leitura e da escrita vem a dar-se de maneira surpreendente."

IV — A comunicação

Tôda a série de experiências pacientemente feitas e aqui relatadas, nos deixaram uma impressão que desejamos, modestamente comunicar: acreditamos que o nosso adulto analfabeto é, na sua maioria, *dislético* e seu atendimento, para lograr êxito real, deve ser feito à luz da LOGOPEDIA.

Terminando, quero deixar, aqui, uma palavra de agradecimento especial, a Abigail Caraciki, pelo honroso convite que nos fez, para participar deste Congresso.

(Informação apresentada no
1.º Congresso Brasileiro de Terapia da Palavra).

BIBLIOGRAFIA:

- BOREL MAISONNY — "Langage oral et écrit"
P. LEFAVRAIS — Análise da Leitura e da Dislexia (tradução de L. Bentes)
JULIO QUIROS — "La dislexia en la niñez"
FRANCIS KOCHER — "La rééducation des dislexiques"
LOURENÇO FILHO — "Introdução ao estudo da Escola Nova"
PEDRO BLOCK — "Estudo da voz humana"
JOHN NICHOLS EM — "The Canadian Medical Association Journal" (set. 59)
KRECH E CRUTCHFIELD — "Elementos de Psicologia".

AS MODERNAS TEORIAS ADMINISTRATIVAS E O DECRETO-LEI N.º 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967 (*)

**Cel Art QEMA
JOSE DE SA MARTINS**

1. Introdução

O tema proposto pode ter a sua importância caracterizada pelas seguintes considerações:

a. Proporciona uma oportunidade para recordação das modernas teorias administrativas. Esta recordação é sempre útil, em particular para aqueles que exercem qualquer função administrativa. E atividade administrativa, muitos exercem; quem comanda ou chefia pessoal e quem tem a seu cargo controle de material ou de outros recursos sempre faz administração.

b. Proporciona uma oportunidade para recordação de pontos básicos do Decreto-lei n.º 200, esse valioso instrumento para a reformulação administrativa do País, inclusive do Ministério do Exército.

c. Proporciona uma oportunidade para ampliação e consolidação das novas idéias sobre a importância do problema da Administração em todos os seus aspectos.

Nesta introdução vale deixar bem expresso que "não existe nada rígido nem absoluto em matéria admi-

nistrativa; tudo nela é uma questão de medida". O que é válido para uma organização, País, etc., pode não ter nenhum valor em outra organização, País, etc. Isto decorre da ação ou fatores peculiares a cada um, notadamente os fatores humanos. Mas, de qualquer forma, existem muitos princípios e técnicas de aplicação universal e possíveis de adaptações.

2. Evolução das Teorias Administrativas

Existem muitas obras que apresentam e estudam as teorias administrativas. Nós nos limitaremos a registrar e enfatizar aqueles pontos julgados mais importantes dentro do tema.

Os mais conhecidos dos primeiros codificadores dos princípios de administração são indiscutivelmente Taylor e Fayol.

Taylor é o criador da chamada Administração Científica. A força motora do seu trabalho foi a sua preocupação com o problema da produtividade de fábricas. O seu campo de observação limitou-se prã-

(*) De uma palestra realizada em 30 Mai 69 no 4.º G Can 90 AA4.

ticamente a oficinas. Taylor relacionou a desejada *Produtividade* com:

- adequada *habilitação* dos operários;
- *relações cordiais* entre patrões e empregados;
- racionalização do tempo e movimento necessários à execução de uma tarefa (daí nasceu a idéia da disposição física, "Layout", do pessoal, repartições, máquinas, etc.).

Como resultado de suas observações e análises Taylor nos legou os seguintes princípios do que denominou de Administração Científica:

- 1.º — Substituição do critério individual por um de natureza científica;
- 2.º — Seleção e aperfeiçoamento científico do executante;
- 3.º — Cooperação íntima entre os elementos de direção e os de execução.

Com a adoção desses princípios acreditava Taylor que pudessem ser atingidos os seguintes objetivos:

- 1.º — *Ciência*, em lugar de *empirismo*;
- 2.º — *Harmonia*, em lugar de *Discórdia*;
- 3.º — *Cooperação*, e não *individualismo*;
- 4.º — *Rendimento Máximo*, substituindo *produção reduzida*; tudo dentro da finalidade geral da obtenção do "desenvolvimento de cada homem para que ele alcance maior eficiência e prosperidade".

A teoria administrativa de Fayol nasceu baseada na sua observação e experiência de empresas, vistas sob todos os ângulos e em todas as suas partes componentes.

Examinando empresas de qualquer tipo nelas identificou Fayol as seguintes diferentes operações: Técnicas, comerciais, financeiras, de segurança, de contabilidade e administrativas.

A teoria de Fayol se desdobra em três componentes:

- 1.º — Elementos da Administração;
- 2.º — Predicados e adestramento do administrador;
- 3.º — Princípios gerais de Administração.

Foram os seguintes os Elementos da Administração considerados por Fayol:

- Planejamento;
- Organização;
- Comando;
- Coordenação;
- Contrôlo.

Assim, administrar compreendia:

— prever, organizar, comandar, coordenar e controlar.

Para o administrador, Fayol estabeleceu características a satisfazer referentes aos seguintes aspectos: físicos, intelectuais, morais, de cultura geral, de conhecimentos especiais e experiência.

Os princípios gerais de Administração por ele enumerados foram os seguintes:

- 1.º — Divisão de trabalho;
- 2.º — Autoridade e responsabilidade;

- 3.º — Disciplina;
- 4.º — Unidade de comando;
- 5.º — Unidade de direção;
- 6.º — Subordinação do interesse particular ao interesse geral;
- 7.º — Remuneração do pessoal;
- 8.º — Centralização;
- 9.º — Hierarquia;
- 10.º — Ordem;
- 11.º — Equidade;
- 12.º — Estabilidade do pessoal;
- 13.º — Iniciativa;
- 14.º — União do pessoal.

Fayol deixou claro que estes representam apenas os princípios que teve oportunidade de aplicar com maior frequência. Ele considerou que "o número dos princípios de administração não é limitado". "Qualquer instrumento administrativo que fortaleça o corpo social ou facilite seu funcionamento pode-se alinhar entre os princípios e durante o tempo em que a experiência o confirmar nessa posição. Qualquer modificação no estado das coisas pode determinar uma alteração dos princípios que esse estado criou anteriormente".

Notadamente depois de Taylor e Fayol surgiram e se desenvolveram diferentes escolas de pensamento administrativo, sem contudo invalidarem as suas idéias. Apareceram adaptações e interpretações aos seus princípios e técnicas e, com base nelas, novas concepções de procedimento administrativo.

Um ponto, que convém ressaltar, diz respeito à conclusão de que as estruturas bem devem responder às finalidades da organização.

As estruturas passaram a ser entendidas como consequência e não causa. E mais, entende-se hoje que os métodos e as técnicas admi-

nistrativas exercem severa influência sobre o comportamento das estruturas.

Dai ocorre ressaltar que os organogramas não representam tudo. E não é a beleza e harmonia do organograma, sua amplitude e denominações dos órgãos, que asseguram a eficiência da organização.

Há mais do que isso, inclusive mentalidade.

A idéia de ser a Administração uma ciência, que comporta estudos, com pesquisas e preparação de pessoal, firmou-se definitivamente.

Partindo das teorias de Taylor muito se desenvolveu em particular no referente a:

- Relações Humanas;
- Simplificação e racionalização de processos e procedimentos administrativos, envolvendo considerações referentes a rotinas, fluxogramas, lay-out, etc.;
- Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Os elementos da Administração, de Fayol, passaram a estar presentes na administração das empresas modernas, e os seus Princípios Gerais têm servido de guia aos administradores em geral.

A Administração, em todas as áreas, vem evoluindo e se modernizando.

As assessorias, os "staffs", passaram a ser adotados nas organizações civis, pelo aproveitamento e até desenvolvimento do que já se faz, desde há muito, nas organizações militares através dos estados-maiores. Vale a propósito dizer, que sob muitos aspectos, foram as

organizações militares pioneiras em muitas inovações administrativas, sobretudo no terreno específico de organização. Isto é verdade, inclusive para o nosso Exército, da mesma forma que também é verdade que, com o correr dos tempos ele se deixou ultrapassar por muitas organizações civis, sobretudo por algumas empresas privadas, e isto tem se refletido particularmente no custo da administração, questão que em termos gerais será abordada mais adiante.

A evolução da tecnologia tem influenciado sobremodo a Administração no campo da sua técnica. Conquanto os seus princípios sofram menor consequência, a Administração muito tem evoluído, nas suas técnicas de execução, por força de desenvolvimento técnico-científico. É particularmente nesse terreno que o Exército está sendo ultrapassado.

A computação eletrônica constitui um instrumento quase que indispensável a uma administração moderna, representando fator de aumento de produtividade e de redução de custos (considerados tempo e pessoal, em especial).

A pesquisa operacional, por outro lado, da mesma forma que quanto a problemas de toda natureza tem ampla aplicação na obtenção da melhor solução para questões administrativas.

O método Pert de planejamento, seja o referente a tempo seja o que examina custos, incorporou-se definitivamente à boa técnica de planejamento administrativo.

Agora, notícias animadoras. A Portaria Ministerial n.º 104-GB, de 19 Mar 69, designou Comissão para planejar a difusão da computação

eletrônica no Exército. A Pesquisa Operacional já está sendo considerada pelo EME e o método Pert já tem boa difusão e se expande dia a dia nos planejamentos em curso no Exército.

Vale aqui fazer o registro de que, modernamente, as questões de custo, economia e produtividade são considerações de presença constante em tudo que diz respeito à Administração. Quanto custa uma Administração, um projeto, um programa, etc.? — A produtividade ou o resultado compensa o investimento — Haverá solução mais econômica? Eis aí interrogações que cabem em relação ao Exército, sobretudo considerando que a administração é atividade-meio e o Exército tem uma atividade-fim, para a qual e tão somente a Administração existe.

Pode parecer paradoxal, mas é exatamente porque a Administração é um meio, e não um fim, é que ela mais se torna merecedora de atenção. É que ela é necessária mas deve servir, e não tudo absorver e complicar com prejuízo para a razão de ser da organização.

Por isto precisamos de boa administração.

A importância da Administração, que tende a crescer com o desenvolvimento e as suas necessidades, deu margem ao aparecimento de uma atividade que se denominou de Organização e Métodos. Esta atividade tem por finalidade a procura da máxima eficiência administrativa de uma organização, através de técnicas que levem à obtenção da estrutura adequada e à prática de métodos de trabalho produtivos.

O EME já tem uma Seção de "O & M" e vem de propor a exis-

tência deste elemento em outras organizações administrativas.

As referências à evolução de técnicas administrativas, pretenderam enfatizar o constante e acelerado desenvolvimento da ciência da Administração no seu aspecto executivo.

No campo das teorias é importante registrar o aparecimento da concepção dos Sistemas Administrativos.

Dentro dessa teoria pode-se encerrar uma organização como um Sistema, da mesma forma que a organização em si é vista através dos Sistemas Administrativos que a compõem. Isto decorre da flexibilidade e extensão do conceito de Sistemas Administrativos.

Um Sistema Administrativo pode ser entendido como "um conjunto ordenado de elementos inter-relacionados, cujas propriedades características mantêm a mesma inter-relação e concorrem para um objetivo comum". Em outras palavras, os elementos que executam atividades comuns, embora de vulto e desenvolvimento diferentes por força do nível de cada um, atividades inter-relacionadas e com uma mesma finalidade geral, e que se distribuem ao longo da estrutura de uma organização, formam um Sistema. É característico de um Sistema, vale registrar, a necessidade de coordenação central.

A consideração de uma organização, através de seus diferentes Sistemas, facilita o trabalho administrativo, pois dá melhores condições para a coordenação, controle e distribuição de recursos em relação às atividades que formam os sistemas, sem falar nas facilidades decorrentes para a identificação e correção de falhas.

A teoria dos Sistemas é uma das mais modernas na ciência da Administração.

Nesta oportunidade é interessante enfatizar que a adequada Administração facilita o desenvolvimento. Sem uma boa administração é impossível pretender a obtenção de eficiência e progresso.

Só para exemplificar:

— É possível admitir a eficiência de uma Unidade mal administrada?

— É possível imaginar que a conquista espacial dos EUA esteja apoiada por uma administração deficiente para esse projeto?

Hoje em dia são muitas as teorias administrativas, e a sua criação não tem fim pois é vasto o campo da Administração, multiplicam-se os estudiosos e pesquisadores do assunto. Não é fácil em pouco tempo, levantar e alinhar todas as teorias existentes. Mas a verdade é que por vezes há mudanças apenas de termos e de enfoques. A substância continua inalterada. Assim, por exemplo, há quem veja a Administração compreendendo atividades de:

- Planejamento;
- Organização;
- Enquadramento de Pessoal;
- Direção;
- Controle.

Esta forma, no objetivo, não chega a colidir com o preconizado por Fayol. Trata-se de um entendimento, de uma diferente visão do problema, da opinião sobre ponto que é reputado como merecedor de destaque. É, em muito, maneira de dizer.

Vale enfatizar que, por outro lado, um grande esforço se desenvolve no terreno da racionalização da Administração. Muitos estudiosos têm se debruçado sobre a matéria, todos procurando fórmulas de racionalização, a qual é entendida como uma "Luta contra o desperdício" de recursos de toda ordem.

3. As Teorias Administrativas no Decreto-lei n.º 200

Convém ter presente que o Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, é um instrumento baixado pelo primeiro Governo Revolucionário e que "dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências".

Trata-se de um documento que pretende modernizar a Administração Federal Brasileira. Ele se orienta pelas modernas teorias administrativas e pelos seus princípios no aplicável ao nível elevado de uma organização.

O exame do Decreto-lei n.º 200 logo revela a preocupação de tratamento dos órgãos da Administração Federal como empresas nas quais, entre outros pontos, devem estar presentes os princípios referentes a custo, economia e produtividade.

Convém ter em mente estes três pontos. Hoje em dia nenhum administrador pode esquecê-los, sob pena de levar a sua organização a uma situação difícil, pelo menos.

Identifiquemos, agora, no Decreto-lei n.º 200, outros princípios estabelecidos pelas modernas teorias administrativas.

No art. 6.º são alinhados os princípios fundamentais a que deverão

obedecer as atividades da Administração Federal:

- I — Planejamento;
- II — Coordenação;
- III — Descentralização;
- IV — Delegação de competência;
- V — Contrôlo.

Ai estão termos já nossos conhecidos, estabelecidos por Fayol: Planejamento, Coordenação e Contrôlo. E depois de Fayol, os estudiosos de Administração e aqueles que estabeleceram outras teorias, não abandonaram esses elementos, considerados imprescindíveis para uma boa administração.

Planejar é traçar um programa de ação a ser executado. O planejamento implica em visualizar o futuro e, com base nas disponibilidades, no que se tem e se terá em prazo útil, estabelecer o que será feito. Em outras palavras, "Planejar é decidir antecipadamente o que fazer, de que maneira fazer, quando fazer e quem deve fazer". O fundamental é que o Planejamento seja realístico, exequível no tempo e no espaço.

Com o Planejamento têm fim as soluções empíricas e personalistas e dá-se o primeiro cunho de Científica à Administração a que ele se refere. Por outro lado, ele permite a obtenção da desejável continuidade administrativa. Muito já se perdeu em nosso País e no Exército, em outros tempos, exatamente por falta de continuidade administrativa.

Mas, vale repetir para enfatizar, o planejamento deve responder às reais necessidades com base na existência real. Nada de sonhos ou fantasias, e também nada de fazer

o particular se sobrepor ao interesse geral.

O Decreto-lei n.º 200 estabelece os instrumentos básicos da ação governamental que serão objeto de Planejamento:

- Plano Geral de Governo;
- Programas Gerais, setoriais e regionais de duração pluri-anual;
- Orçamento;
- Programa anual;
- Programação Financeira de desembolso.

Cumprir destacar que estes documentos já existem realmente e estão sendo obedecidos. Evidentemente existirão imperfeições mas é preciso considerar que:

- a passagem de uma situação empírica para outra bem planejada e ordenada nem sempre é simples, sobretudo em questões de vulto, pois a luta se desenvolve não só contra a falta de experiência como ainda contra a mentalidade, o que é mais grave;
- nos EUA, a adoção do orçamento-programa, por exemplo, levou vários anos para se consolidar, a despeito do seu desenvolvimento, sobretudo cultural, e maior compreensão do respeito às leis e da predominância do interesse coletivo sobre o individual.

No nosso Ministério o planejamento administrativo também está se implantando. O orçamento-programa está em vigor. As falhas existem mas temos de admiti-las como normais pelas considerações anteriormente feitas.

O princípio da Coordenação decorre da própria instituição do Planejamento. Aliás, convém ressaltar, a preparação e a execução de um Planejamento exigem adequada coordenação.

“Coordenar é ligar, unir e harmonizar todos os atos e todos os esforços.”

O Decreto-lei n.º 200 estabelece, nos parágrafos do art. 8.º, prescrições para o exercício da coordenação. Nota-se a preocupação na ligação e harmonia de todos os atos e esforços, em todos os setores e níveis. Nenhum assunto deverá ser submetido à decisão de autoridade competente, em qualquer nível, sem que seja submetido ou encerre uma adequada coordenação envolvendo todos os elementos interessados.

A correta coordenação também contribui para a harmonia que Taylor dizia deveria substituir a discórdia.

Mas, um parêntesis deve ser feito: sob pretexto de coordenação não se deve protelar indefinidamente a solução de um problema, nem se prejudicar o interesse geral por força de um de natureza individual ou particular. Neste ponto entra a capacidade e autoridade necessária ao chefe. É interessante destacar o constante do art. 9.º “os órgãos que operam na mesma área geográfica serão submetidos à coordenação com o objetivo de assegurar a programação e execução integrada dos serviços federais”.

Seria muito útil uma meditação sobre o alcance desta prescrição. Não é razoável, sobretudo porque não é econômico nem assegura eficiência, uma plethora de organizações para um mesmo fim numa mesma área. Os serviços federais precisam se integrar no interesse

pondência dirigida ao escalão superior de:

- cerca de 4.000 a menos para o Gabinete do Ministro;
- mais de 8.000 deixou de ir ao Chefe do DGP;
- mais de 1.000 não precisou subir ao DPG e DPO, respectivamente;
- em cada Exército e no CMA houve redução ponderável.

"Controlar é velar para que tudo corra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas".

O Decreto-Lei 200 estabeleceu que o controle deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos. Ele se refere, especificamente, à execução dos programas e às normas que governam a atividade do órgão controlado, às normas gerais que regulam os Sistemas, e à aplicação dos dinheiros públicos e guarda dos bens da União.

A atividade de Auditoria recebe ênfase especial no citado Decreto.

Todos estes pontos estão merecendo a devida atenção no Ministério do Exército.

Tratando do princípio do controle, preconiza o Decreto-Lei n.º 200 uma norma de grande significação e que convém seja sempre lembrada e considerada:

"Art. 14. O trabalho administrativo será racionalizado mediante simplificação de processos e supressão de controles que se evidenciam como puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco".

O nosso R/8, Regulamento para a Correspondência, encerra muito destas normas.

Mas no Exército ainda há muito campo para aplicação desse artigo 14.

Existem certos níveis que, a rigor, nada mais fazem que exercer um controle puramente formal e, em realidade, sem consequências. São meros canais de circulação e de encaminhamento.

Aqui recaímos naquela questão que ainda voltaremos a abordar pela sua importância: escalões e organizações que apenas podem pretender dar importância aos seus detentores pelo fato único de terem vários elementos subordinados.

Nenhum planejamento pode deixar de ser controlado na sua execução. Aliás um bom planejamento deve conter os elementos necessários a esse controle.

É a velha história: o Chefe dá ordem e verifica a sua execução.

Sobre diversas questões, o Decreto-Lei 200 estabelece a necessidade e forma dos devidos controles.

Taylor já levantara a idéia de ação de controlar o trabalho dos operários, através de permanente verificação do cumprimento das ordens e orientações. Fayol desenvolveu a ação de controlar olhando as empresas em geral. Em todas as teorias administrativas o princípio do Controle está presente, controle esse exercendo-se sobre todo o conjunto: planos, programas, recursos, pessoal, etc.

A teoria dos Sistemas foi incorporada pelo Decreto-Lei 200. Toda a Administração Federal passou a ser encarada sob o prisma dos Sistemas de atividades auxiliares.

Diz o Art. 30: "Serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços

gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central".

No Exército, a teoria dos Sistemas tem ampla aplicação, independente do fato de que, pelo artigo acima, certas atividades suas ficaram vinculadas a órgãos externos ao Ministério. Em realidade, poderíamos admitir que esta teoria já tinha aplicação no âmbito do Exército; mas isto ocorria quase que pela intuição, pelo bom senso. Por essas razões, convém recordar mais alguns pontos referentes a Sistemas, de sua teoria e do Decreto-Lei 200.

Dentro de um Sistema deve-se distinguir determinadas atribuições, as quais devem competir a órgãos distintos.

Cada Sistema deverá compreender um órgão Central que será responsável pelas normas gerais de funcionamento do referido Sistema. Os elementos de execução dentro do Sistema deverão obedecer essas normas.

Um Sistema poderá ser visto desdobrado em subsistemas, se a sua atividade fôr somatória de diversas atividades componentes.

Conforme o tipo de organização, entre o órgão central e os órgãos de execução poderá se intercalar um elemento visando à coordenação dos subsistemas, se assim devam ser consideradas atividades componentes existentes.

O Decreto-Lei 200 deixa claro que um órgão de um Sistema permanece subordinado àquele em cuja estrutura administrativa ele estiver integrado. O órgão central do Sistema sobre ele exerce orientação

normativa, supervisão técnica e fiscalização específica.

Tratando de Sistemas o Decreto-Lei 200 registra um parágrafo que pelo seu significado merece citação sem maiores necessidades de comentários pelo muito que já falamos a respeito de sua idéia.

"§ 3.º. É dever dos responsáveis pelos diversos órgãos competentes dos sistemas atuar de modo a imprimir o máximo rendimento e a reduzir os custos operacionais da Administração".

No referente à Administração do Ministério já estão bem identificados os seguintes Sistemas principais:

1. Pessoal
2. Ensino
3. Instrução
4. Logística
5. Assuntos Cíveis e Especiais
6. Planejamento, Programação e Orçamentação
7. Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria
8. Estatística
9. Organização e Métodos
10. Pesquisa e Desenvolvimento
11. Serviços Gerais
12. Relações Públicas
13. Processamento de Dados

Convém notar que a idéia de Sistema decorre da necessidade de coordenação central.

Como exemplo, a questão dos Sistemas no Exército está sendo vista dentro das seguintes linhas coerentes com o Decreto-Lei 200:

1. Vinculação externa ao estabelecido pelo Decreto-Lei 200 (para Pessoal Civil; Orçamento; Administração Financeira; Contabilidade e

Auditoria; Estatística; Serviços Gerais; Informações).

2. O EME como órgão central natural dos diferentes Sistemas, por ser o órgão de direção geral do Exército e responsável por estudos, planejamento, orientação, coordenação e controle de todas as atividades fundamentais relativas à atuação do Exército, na paz e na guerra.

3. Órgãos Setorial representados pelos Departamentos.

4. Órgãos Normativos de apoio, ou executivos em alguns casos, as Diretorias.

5. Órgãos de Execução, nas OM, com desenvolvimento e atuação compatível com o nível em que estiverem situados.

É interessante notar que o Decreto-Lei n.º 200 segue o princípio de organização quando esboça estruturar a atribuição dos diferentes Ministérios, buscando uma adequada padronização pela obediência a uma orientação comum.

Neste aspecto está também presente o princípio da Coordenação pela procurada delimitação das áreas de competência.

Ainda no que tange a Coordenação e também quanto a Controle, o Decreto-Lei 200 desenvolve normas atinentes ao Orçamento-Programa, Supervisão Ministerial, Administração Financeira, Licitações para compras, etc, e um conjunto de disposições referentes ao pessoal civil.

A tônica destas disposições, e que vale citar, pretende a obtenção do máximo rendimento do trabalho do funcionalismo civil. Taylor preocupou-se com o rendimento dos operários das fábricas, os Princípios Gerais de Fayol orientam-se sobre modo para o pessoal.

As teorias de Administração de Pessoal são das mais desenvolvidas. As constantes podem ser traduzidas em *eficiência* e *economia*. Para atingir estes objetivos desenvolve-se uma gama variada de recomendações que poderiam, no principal, ser reduzidas a Relações Humanas e Profissionalização.

Há muito do Decreto-Lei 200 referente a pessoal civil que comporta aplicação no Ministério do Exército, não só quanto ao seu funcionalismo como também quanto aos militares.

Recaimos sob certos aspectos naquela questão de reduzir pessoal. Isto pode ser conseguido levantando-se os ociosos, que existem, procurando-se a adequada redistribuição, substituindo de certas tarefas militares por civis contratados, eliminação dos ineficientes e desidiosos no cumprimento dos seus deveres, etc. Muitas idéias para atingir esses propósitos estão no Decreto-lei n.º 200 e foram aqui assinalados.

É preciso reconhecer que o orçamento do Ministério está muito onerado com o Pessoal. A sua quase totalidade é por ele absorvida e pelo custeio do que existe, pouco, muito pouco, restando para investimentos, quer dizer, novos equipamentos, instalações, etc.

A propósito destas questões é oportuno voltar a enfatizar a importância de economia, da consideração do custo sobretudo face à produtividade ou resultados esperados ou obtidos.

Há economia a fazer em pessoal, em consumo de material, na eliminação de organização ociosas ou superadas.

Em termos de economia há que se eliminar o mau emprego de pessoal, de tempo, de recursos outros.

É preciso economizar nas atividades auxiliares em benefício da atividade-fim. As Forças Armadas do País mais rico do mundo, os EUA, assim procedem. Este é o bom exemplo a seguir.

O Decreto-lei n.º 200 tem em todo ele inserida as idéias de *custo*, *economia*, *produtividade*, fiel a todas as modernas teorias administrativas.

O Exército deve ser encarado como empresa, como pretende o Decreto-lei n.º 200 que se considere as organizações federais, e nenhuma empresa sobrevive sem conveniente contabilidade de custos.

4. Conclusões

O tema proposto tem amplitude

quase que ilimitada. Procuramos, ante o tempo disponível, desenvolver apenas aqueles pontos julgados importantes, enfatizando aquelas questões maiores que resultam de estudos sobre a Administração em geral, nelas dando especial enfoque às preocupações que assaltam aqueles que examinam a Administração do Exército.

Não há porque, nestas conclusões, repetir ou dar destaque a outras idéias além das seguintes:

— Administração é atividade importante que não mais comporta empirismos e individualismos;

— A boa Administração considera Custo, Economia, Produtividade.

A REFORMA ADMINISTRATIVA CONTINUA UM EXEMPLO DE DESCENTRALIZAÇÃO

Cel BRUNO HARGER

Um dos entraves da Administração Pública é o excesso de centralização.

De longa data, fala-se em descentralização e delegação de atribuições, mas pouco tem sido feito neste sentido, pois há um fator primordial que preside todas as fases de execução da Reforma: *é preciso conhecer perfeitamente a engrenagem da máquina administrativa, analisar pormenorizadamente as rotinas existentes e simplificar os processos em uso, anulando os vínculos desnecessários, descentralizando ao máximo, objetivando sempre maior eficiência dos serviços públicos e com menores gastos.*

Além disso, há necessidade de uma mentalidade de Reforma Administrativa, que nada mais é do que despertar o espírito das chefias das unidades administrativas e os seus cooperadores para o fato de procurar simplificar realmente, fazendo a própria chefia imediatamente as modificações que forem de sua alçada e propondo ao escalão superior as providências a tomar com referência às simplificações que se imponham, mas que dependam de alterações de textos legais ou de normas de autoridades superiores.

Em consonância com a política de Reforma Administrativa do Governo, preconizada no Decreto-lei n.º 200, de 25 Fev 67, a 3.ª RM tem procurado executar a Reforma nos vários setores que lhe estão afetos.

Abordando apenas um item do setor Finanças, que toca mais de perto o nosso Estabelecimento (ERF/3), podemos informar que, até 1967, as despesas conseqüentes à movimentação de pessoal (ajudas de custo, diárias e passagens) obedeciam a um único controle, o centralizado, imposto pela natureza da despesa.

Em 1968, com o Aviso n.º 171-D/6, de 22 Mai 68 (NE de 24 Mai 68), foram, pela primeira vez no Exército, distribuídos créditos diretamente aos Órgãos Movimentadores, para ajuda de custo, diárias e passagens, cabendo-lhes também o controle da realização das despesas. Foi um primeiro passo de descentralização.

Em 1969, repetindo o sistema do ano anterior, foram distribuídos, novamente, créditos a todos os Órgãos Movimentadores (Gab Min, EME, DPO, DGP, DPG, Exércitos e CMA), para atender despesas com a movimentação de pessoal, conforme consta da Portaria n.º 86-GB, de 28 Fev 69, sendo baixadas normas para o controle de pagamento, com a Portaria número 88-GB, de 28 Fev 69, ambas publicadas no NE de 5 Mar 69. Nesta distribuição, o III Ex foi contemplado com os seguintes créditos anuais:

- NCr\$ 437.800,00 para passagens e bagagens;
- NCr\$ 230.000,00, para ajuda de custo;
- NCr\$ 600.000,00, para diárias.

Para permitir um controle mais eficiente, o crédito de diárias foi redistribuído pelo III Ex às GU subordinadas, conforme tabela n.º 3, publicada no BI n.º 67, de 9 Abr 69, que é transcrita a seguir:

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DAS COTAS TRIMESTRAIS DE DIÁRIAS

ORGAO	1.º Trim	2.º Trim	3.º Trim	4.º Trim	SOMA
III Ex	23.000	34.000	34.000	34.000	127.000
3.ª RM	40.000	38.000	38.000	38.000	154.000
5.ª RM	34.000	32.000	32.000	32.000	130.000
3.ª DI	12.000	11.000	11.000	11.000	45.000
6.ª DI	10.000	9.000	9.000	9.000	37.000
1.ª DC	12.000	11.000	11.000	11.000	45.000
2.ª DC	10.000	9.000	9.000	9.000	37.000
3.ª BC Mec	7.000	6.000	6.000	6.000	25.000
SOMA	150.000	150.000	150.000	150.000	600.000

O ato do III Ex, redistribuindo créditos de diárias às suas GU, constitui uma perfeita descentralização administrativa. A autorização de despesa de diárias, desde o começo do ano, está a cargo dos Cmt de GU. O pagamento vinha sendo feito diretamente às OM, pelo ERF/3, até maio do corrente ano, quando passou a ser feito também pelas GU, em face dos ensinamentos colhidos na prática, tendo o III Ex autorizado (BI número 108, de 6 Jun 69) o adiantamento de numerário aos Cmt de GU, dentro dos créditos trimestrais que lhes forem redistribuídos. Agora, os Cmt de GU dispõem de crédito e de numerário para atender as despesas de diárias referentes a deslocamentos por eles autorizados.

A ordem do III Ex, sobre adiantamento de numerário aos Cmt de GU, veio melhorar muito a eficiência do serviço, pois dá ao Cmt da GU uma grande flexibilidade nos deslocamentos que determinar, podendo inclusive adiantar as diárias no ato de atribuir a missão a um dos seus comandados, sempre que julgar necessário, o que está perfeitamente de acordo com a legislação vigente, conforme preconiza o art. 32, item 29, do R-3, combinado com o art. 38 do CVM.

Para perfeita execução do novo sistema, a 3.ª RM baixou normas ao ERF/3 e às OM vinculadas, no que tange à concessão dos adiantamentos e a respectiva prestação de contas, publicando-as em Bol Reg n.º 143, de 25 Jul 69.

O novo processo tem dado ótimos resultados, atendendo ao interesse geral, tanto do órgão movimentador, dono do crédito (III Ex), como principalmente das GU interessadas, que agora tem em mãos o recurso financeiro para ser aplicado no momento e lugar que houver necessidade, havendo ainda, automaticamente, um controle permanente e eficaz da despesa pelo próprio Cmt da GU.

FUNDAÇÃO OSÓRIO — RELATÓRIO DE 1968

Em minucioso relatório, e cujos atos administrativos foram comprovados ao Tribunal de Contas da União, acaba o Marechal Estevão Leitão de Carvalho de dar à publicidade uma longa descrição do que foi a atuação da Diretoria da Fundação Osório, sob sua presidência, durante o ano de 1968.

Esta benemérita instituição, criada em 1908, por iniciativa de um grupo de oficiais do Exército e da Marinha de Guerra, a fim de comemorar o centenário do nascimento do General Osório, e cujo orfanato foi autorizado a se instalar por Decreto n.º 4.235, de 4 de janeiro de 1921, do governo Epitácio Pessoa, funciona no Rio de Janeiro, destinada à educação das filhas órfãs de militares do Exército, da Marinha de Guerra e da Aeronáutica, e, até hoje vem sendo mantida, com grandes sacrifícios, por um reduzido número de oficiais e sargentos das Forças Armadas.

Os militares do Brasil, oficiais e sargentos, muito lucrariam em ler esse relatório apresentado pelo Marechal Estevão Leitão de Carvalho, dedicado e dinâmico presidente da benemérita instituição, venerando chefe militar, insigne brasileiro, que, aos noventa anos de idade, com espírito progressista, acompanhando a evolução natural dos tempos, orienta, dirige e fiscaliza a Fundação Osório, coadjuvado por uma elite de cooperadores capazes

e dedicados, se empregando a fundo à meritória, e nunca assaz louvada tarefa da educação de deserdadas da sorte. De sua leitura, ensinamentos muitos, poderão colher os que a fizerem. Em 1968, frequentaram os diversos cursos: primário; admissão ao ginásio; ginásio; datilografia e estenografia; secretariado; trabalhos manuais — abrangendo economia doméstica e atividades femininas; desenho natural, decorativo; artes plásticas e modelagem; educação física; canto orfeônico, e iniciação musical; corte e costura; além de ensino religioso, com real aproveitamento por parte das alunas, comprovado pelos altos índices de aprovação constantes do relatório em referência, 462 alunas, das quais 395 internas, sendo que destas, 374 foram da categoria "gratuitas".

O custo diário de cada aluna órfã, em 1968, foi de NCr\$ 4,70, aproximadamente, nêle incluídos a alimentação, vestuário, moradia, instrução, etc. de cada aluna, conforme dados colhidos nêsse relatório.

Esta benemérita instituição, na feliz expressão do General Henrique Geisel, cognominada o Colégio Militar das filhas dos militares, apesar do apoio que lhe tem proporcionado o Governo, por intermédio dos Ministérios Militares, muitos oficiais e sargentos das três Forças Armadas e outras pessoas, entre as quais sobressai Dona Fran-

cisca Osório Mascarenhas, veneranda e digna neta de Osório, incansável em seu auxílio moral e material à Fundação honrada pelo nome de seu avô, e que já contribuiu com quatro mil e cem cruzeiros novos para sua ampliação e manutenção em ocasiões várias, e, em 1967, a 10 de maio — aniversário de seu avô, o legendário Osório, contribuiu com dez mil cruzeiros novos para a construção de um recreio coberto para as meninas do curso primário, e a 12 de dezembro com cinco mil cruzeiros novos, como auxílio para a renovação do gabinete dentário do Educandário, e doou, em 1963, a importância de dezesseis mil cruzeiros novos, com a qual foi dotada a Fundação Osório de uma biblioteca condigna às necessidades das educandas, à qual foi dado, e muito justamente, o nome de "Biblioteca Dona Francisca Osório Mascarenhas", em homenagem à veneranda brasileira, inextinguível no amparo material e moral à Fundação Osório, além de grande número de instrumentos próprios para a Bandinha Rítmica, do Curso de Iniciação Musical da Fundação, um projetor de "slide", e NCr\$ 3.000,00, destinados à aquisição dos paramentos da Capela do Educandário, e de um harmônio para o serviço religioso do templo, luta hoje com tremendas dificuldades para desempenhar sua missão. A 10 de maio de 1963, em comemoração à data do nascimento do patrono da instituição — o legendário Osório, ocorrido nesse dia do ano de 1808, na então Vila de Conceição do Arroio, no Rio Grande do Sul, hoje Município de Osório, em homenagem ao filho ilustre, foi inaugurado na sede da Fundação Osório o busto em bronze do inolvidável vulto de Manoel Luís

Osório, Marquês do Herval, insigne brasileiro, paradigma de cidadão e de soldado, e a quem certo se ajusta a afirmativa do General João Pereira de Oliveira, de que "dos filhos do Rio Grande do Sul, bem se pode dizer que saíram do berço e se criaram pelejando."

De 4 de janeiro de 1921, data do Decreto n.º 4.235, do governo Epitácio Pessoa, que autorizou o início de seu funcionamento até hoje, há, portanto, 48 longos anos, vem, ano a ano, amparando, instruindo, educando, tornando aptas para a luta da existência, órfãs de militares, em sua maioria de modestos servidores da Nação, dos menores graus da hierarquia militar — sargentos e tenentes, a benemérita Fundação Osório. Seu funcionamento, por tão longos anos, de contínuo e ininterrupto labor, representa o fruto de ingentes trabalhos e preocupações dos abnegados militares e civis, que têm dado seu esforço e dedicação a tão nobre tarefa. O reduzido grupo de seus sócios contribuintes e mantenedores precisa, pode e deve ser aumentado. A nosso ver, se cinquenta mil oficiais e sargentos das nossas Forças Armadas, da ativa, da reserva e reformados, e, porque não acrescentar, as herdeiras, viúvas ou filhas de militares também? se dispusessem a entrar para o quadro de associados da Fundação Osório, na categoria de "sócios contribuintes", outra seria a situação da instituição; então poderia prestar assistência a maior número de órfãs necessitadas.

Não há quantia fixa na contribuição. Parece-nos que, se cada contribuinte concorresse mensalmente com dez a vinte cruzeiros novos, importâncias essas hoje correspondentes, aproximadamente, a

meia dúzia de carteiras de cigarros ou de entradas de cinema, p. ex., o auxílio seria de real valia. Para isso, basta que cada oficial ou sargento do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica, procure o chefe da organização por onde percebe seus vencimentos, e este ordene à tesouraria o respectivo desconto em folha.

Esta importância da nossa contribuição pessoal poderá parecer até irrisória face às necessidades da Fundação, mas, multiplicada por cinquenta mil, por exemplo, vemos que dá uma quantia ponderável. Utilíssimo seria ainda à Fundação Osório que, em cada unidade, navio, base aérea, repartição ou organização das Forças Armadas, um oficial ou mesmo um sargento, tomasse a si a tarefa de angariar novos sócios contribuintes para a instituição, promovendo o conhecimento de suas beneméritas atividades, pela divulgação interessada de seus relatórios anuais, e mesmo, no Rio de Janeiro, sede do Educandário, promovendo visitas dos sócios contribuintes e seus familiares àquela Casa de Osório, essa figura eminente de brasileiro e de soldado, expoente da brasileira gente, glória da nossa Pátria e de nosso Povo.

Há no Exército organizações como a 18.^a Circunscrição do Serviço Militar, por exemplo, sediada em Ilhéus, no Estado da Bahia, cujos oficiais e sargentos, e alguns da reserva, que percebem proventos pela tesouraria daquela repartição, são todos sócios contribu-

tes da Fundação Osório. Quase todos os oficiais e sargentos da Guarnição Militar de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, também são sócios contribuintes da mesma.

Porque, ousamos perguntar, todos os oficiais e sargentos da ativa ou da reserva, não seguem o exemplo de seus camaradas daquela Circunscrição do Serviço Militar e da Guarnição de Uruguaiana, tornando-se sócios contribuintes da Fundação Osório?

E porque, respondemos, também esses camaradas subestimam o valor da contribuição individual sugerida, que julgam pouca face o custo atual das utilidades, e se esquecem da força da união, não tendo presente a Camaradagem, virtude militar que deve estar sempre alerta na alma do Soldado, seja ele de Terra, do Mar ou do Ar.

Temos todos, oficiais e sargentos, o dever de contribuir para a Fundação Osório; suas educandas necessitam da nossa contribuição, por mais modesta que seja ela. Nosso auxílio não só representa a materialização do culto a Osório, soldado e cidadão valoroso, como também a vivificação do espírito da verdadeira camaradagem, pois servirá para amparar órfãos de modestos companheiros de classe, e, sobretudo, será até uma manifestação de patriotismo, pois servirá para educar e instruir meninas brasileiras, parte integrante da nossa mocidade, em quem, no dizer de eminente brasileiro, "deposita o Brasil as suas mais caras esperanças".



O que existe em comum entre um astronauta americano e uma rã com uma perna presa ao chão? A resposta é isometria — o método científico de exercícios físicos que adotam os astronautas. O que existe de tão especial na isometria? Simplesmente o fato de permitir exercícios musculares sem que a pessoa saia do lugar. E aí entra a rã.

DE COMO AS RÃS AJUDARAM O HOMEM A PISAR NA LUA

"O Globo" — Jeffe Pike

Em experiências realizadas em Springfield, Massachusetts, cientistas prenderam uma das pernas traseiras de uma rã ao chão e deixaram a outra com os movimentos livres. Alguns dias depois testaram a sua força. Verificaram então que a perna que ficara presa tornara-se muito mais forte do que a outra. Nasceu daí a ciência dos isométricos. Seu princípio básico é que um músculo é exercitado com mais eficiência quando fixo de encontro a alguma coisa imóvel como o chão.

Todos os músculos — existem mais de 600 no corpo humano — são constituídos de milhões de minúsculas fibras. Nos exercícios

musculares normais, apenas poucas fibras, relativamente, de cada músculo, entram em função.

Pêso máximo

Considerem-se os músculos mais comuns, os "bíceps" na parte superior do braço. É aquele que as crianças contraem para mostrar como são fortes. Ao se levantar a mão para se coçar a cabeça, contrai-se apenas umas poucas fibras dos "bíceps".

Ao se erguer um livro, usa-se um pouco mais de fibras. Levante-se um haltere e põe-se mais em ação — mas ainda não todos eles.

Mas experimente-se levantar um piano — ou alguma coisa mais que sabemos estar além das nossas forças. Embora isso seja impossível, tente-se com afincos levantá-lo. Ao se assim fazer, está-se, com efeito, levantando o mais pesado de todos os pesos, o peso máximo.

Embora os músculos não se movam — como quando se levanta um haltere — ativa-se o maior número de fibras musculares possível. Realiza-se aí o que se chama um exercício isométrico. Como a isometria emprega o número máximo de fibras de uma só vez, não é preciso que um exercício tenha longa duração para ser eficiente.

Experiência

No Instituto Max Planck, na Alemanha, foi feita uma experiência pelo Dr. E. A. Mueller abrangendo 5.000 voluntários. A notável conclusão a que chegou é que os músculos conservados em contração isométrica por apenas seis segundos por dia aumentam sua força na proporção de 5% por semana.

Em outras palavras, se o leitor tentar erguer um piano por seis segundos todos os dias, em vinte semanas a força dos seus "bíceps" estará duplicada.

Quase todos os músculos podem ser desenvolvidos por exercícios isométricos e para tanto bastam uns poucos minutos por dia. Aqui vão alguns exemplos:

Para fortalecer os músculos do pescoço, entrelace as mãos atrás da cabeça empurre-a para trás, de encontro às mãos, com o maior vigor que lhe for possível. Não deixe que as mãos cedam, respire normalmente e conserve-se nesse esforço por seis segundos.

Empurre a seguir a cabeça para a frente escorando-a com a palma das mãos na testa. Por último, coloque a mão direita acima do ouvido direito e empurre contra ela a cabeça com a força que lhe for possível. Repita com a mão esquerda.

Para exercitar os músculos dos ombros coloque-se na passagem de uma porta e levante os braços. Faça pressão contra o caixilho da porta com o vigor que lhe for possível durante os mágicos seis segundos. A seguir, faça o mesmo para os lados, empurrando as portas laterais da moldura da porta.

Para desenvolver os braços, nada mais é preciso do que puxar ou empurrar em qualquer direção um objeto imóvel. Experimente erguer um piano ou outro móvel pesado, com os braços dobrados. Ou faça pressão com as mãos em ambos os lados de uma porta aberta, como se procurasse unir as mãos. Ou agarre as extremidades de uma mesa e tente empurrá-las, uma contra a outra.

Para fadiga

Exercícios semelhantes poderão ser inventados para fortalecer todos os músculos do corpo.

Mas, note-se, esses exercícios não desenvolvem apenas o físico. A isometria é também uma técnica útil para combater a fadiga e revigorar músculos cansados.

Se o leitor sentir sonolência no escritório, experimente estes exercícios:

Agarre o assento da sua cadeira com as duas mãos e tente erguê-la... por seis segundos, sem dúvida. Encolha a seguir o estômago, como se procurasse pressioná-lo contra a espinha dorsal. Por último

agarre o telefone e aperte-o com cada mão, com o maior vigor possível — por seis segundos.

Notará o leitor que a circulação se aviva de súbito, o sangue flui palpitante nas veias, removendo dos músculos tôdas as impurezas e eliminando todos os sintomas de fadiga.

Antes e durante

E isso nos traz de volta aos astronautas. Os exercícios musculares são essenciais para conservá-los despertos e com os músculos em

boas condições. Mas as contrações físicas convencionais são inúteis num ambiente de gravidade inexistente. De nada vale erguer um haltere se êle nada pesa.

Eis por que praticam êles exercícios isométricos todos os dias, antes e durante os vôos espaciais. Sem êsses exercícios vitais, seus músculos muito cedo se tornariam flácidos e inúteis, terminariam enfraquecidos e letárgicos.

Aí está a história de como uma rã com uma perna presa contribuiu para colocar um homem na Lua.

De "O Globo"

MITOS E VERDADES SOBRE A EXPLOSAO DEMOGRAFICA

ROBERT MCNAMARA

As conseqüências do rápido crescimento demográfico — que se somam a uma pobreza já asfixiante — devem ser encaradas em toda a sua realidade concreta e sem compaixão. Não podemos apreciar o verdadeiro significado dos dados demográficos — frios, remotos, impessoais — se nos limitarmos a traçar a curva ascendente de um gráfico ou a examinarmos a fita de um computador.

A primeira conseqüência já pode ser observada nos rostos macerados dos homens famintos. Neste exato momento, a metade da humanidade padece de fome. Atualmente, existem menos alimentos por pessoa que há 30 anos, quando o mundo estava em plena depressão.

Milhares de seres humanos morrerão hoje — como morrem todos os dias — por causa da fome. Morrerão simplesmente de inanição, ou porque sua dieta é tão inadequada que não pode protegê-los contra doenças, que de outra forma seriam de fácil prevenção.

A maior parte desses milhares de indivíduos — que têm, como nós, o mesmo direito a uma vida digna — são crianças. Não se trata de meras estatísticas — trata-se de seres humanos, que estão

morrendo agora, neste exato momento. Não são seus filhos, nem meus. São, porém, filhos de alguém. E morrem sem necessidade.

Apesar de tudo, os que morrem são, talvez, mais afortunados. Os milhões de crianças que escapam seguem vivendo vegetativamente, com seus corpos e mentes atrofiados.

Nutrição

O cérebro humano alcança 90% de seu desenvolvimento normal durante os primeiros quatro anos de vida. Sabemos, hoje em dia, que nesse período crítico do crescimento o cérebro é extremamente vulnerável às deficiências da nutrição: deficiências que podem causar até 25% de diminuição da capacidade normal da mente. Bastam cerca de 10% de deterioração para que grave dano seja causado à vida produtiva. No cérebro, esse dano é irreversível.

O que existe de particularmente trágico em tudo isso é que quando as crianças de desenvolvimento mental deficiente se tornam adultas, fazem com que se repita toda a deprimente história de suas próprias famílias. Perpetuam a deficiência mental,

não através da herança genética, mas simplesmente porque, como país, não têm a capacidade mental para compreender e, portanto, para evitar que seus filhos experimentem as mesmas privações de que padeceram.

Dessa forma, a fome e a desnutrição forjam uma cadeia de condições que provocam o declínio da vida humana a níveis angustiosamente baixos. A atividade, a vitalidade, a energia, a capacidade de aprender, o desejo de triunfar, a vontade de realizar um esforço — tôdas essas inestimáveis qualidades humanas desaparecem.

Quantas crianças estão hoje afetadas por êsse mal? Quantas subsistem em níveis de fome e desnutrição, e correm o risco de sofrer um atraso mental irrevogável para o resto de suas vidas? Cerca de 300 milhões.

A fome, entretanto, não é o único efeito corrosivo da explosão demográfica sobre as condições de vida. Determinados países que enfrentam os dilemas do desenvolvimento e cuja população será duplicada no curto período de 20 anos estão já sofrendo de uma insuficiência crônica que lhes impede de satisfazer, virtualmente, tôdas as suas necessidades.

Subsistência

As atuais taxas de natalidade do mundo em desenvolvimento obstaculizam gravemente os esforços em prol de seu progresso. Indispensável compreender-se a razão: os governos são obrigados a utilizar uma proporção excessivamente elevada de

suas limitadas economias nacionais, que poderiam ser destinadas a investimentos produtivos, tão-somente para manter os baixos níveis de subsistência.

É necessário proporcionar a cada criança que vem ao mundo não apenas alimento, mas também roupa, abrigo, cuidados médicos e um mínimo de serviços educativos. Tudo isso requer novos capitais, que deixarão de ser investidos em outros setores da economia. Durante os primeiros 15 anos de vida, os jovens não podem contribuir para a economia da nação; em virtude de sua juventude, são muito mais consumidores que produtores.

Se, como resultado de elevada taxa de natalidade, a proporção de crianças na população é muito grande, a nação se vê ante a necessidade de destinar fundos cada vez maiores, simplesmente para evitar que o nível de vida do povo seja inferior ao mínimo de subsistência. Surge, então, uma economia de características semelhantes às de uma roda de moinho, na qual o esforço nacional total se esgota ao cuidar de intensificar-se, apenas para não retroceder.

Torna-se necessário construir mais e mais escolas; contar com mais e mais professores; estabelecer mais e mais centros para a capacitação vocacional. Porém, apesar de todos os esforços, a educação deteriorar-se-á, tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo, simplesmente porque não conseguirá acompanhar o grande ritmo do nascimento de novas crianças. Dessa forma, será sacrificado um dos

elementos primordiais de todo o desenvolvimento humano.

E as crianças com um nível de instrução deficiente, muitas vezes analfabetas, ao chegarem à idade em que poderiam converter-se em produtores dentro da economia, serão atingidas pelo desespero que nasce da falta de trabalho suficiente. Em muitos bairros pobres do mundo, de 50% a 60% dos adolescentes estão desocupados.

Esses jovens carecem de preparação necessária para ocupar os lugares existentes, o que é agravado pela redução das oportunidades de emprego de alguma importância, visto não poder o governo realizar os investimentos adequados nas empresas que criam trabalho.

Dilema

Eis, pois, o dilema cruel e perene que enfrentam os governos dos países subdesenvolvidos, que por grande tempo têm sofrido a pesada carga de elevadas taxas de natalidade.

Seus planos de progresso se evaporam em esforços ingentes dirigidos apenas no sentido de se manter o "status quo".

O que sucede em nível nacional repete-se, de forma ainda mais impressionante, no nível individual. Milhões de famílias desejam evitar os embarços não desejados. E quando essas famílias não conseguem encontrar assistência legal e humanitária, freqüentemente recorrem a medidas desesperadas e ilegais.

As estatísticas indicam que o aborto é um dos métodos que mais a miúdo se emprega no mundo para limitar a fertilidade,

em que pèse a ser êle, na maioria das sociedades, inaceitável, ilegal, dispendioso e, do ponto de vista médico, perigoso.

Estima-se que em cinco países da Europa Ocidental o número de abortos ilegais seja igual à quantidade de nascimentos. Na Índia, calcula-se que cada mês um quarto de milhão de mulheres recorrem ao aborto ilegal.

A taxa de abortos ilegais da América Latina está entre as mais altas do mundo. Diz-se que em determinado país os abortos ascendem ao triplo dos nascimentos, e que em outro são a causa do falecimento de uma entre cada cinco mulheres grávidas. Pior ainda, o número de abortos ilegais está aumentando e muitas mães já o praticam de forma habitual.

A trágica verdade é que o aborto ilegal é endêmico em muitas partes do mundo e prevalece em maior quantidade nos países onde não existe um sistema adequado e organizado de planejamento familiar.

A conclusão é clara; se as autoridades não dedicarem assistência aos pais, estes tomarão suas próprias medidas, seja qual for o preço para sua consciência ou para sua saúde.

Planejamento

O problema do planejamento familiar é extremamente complexo. Existem dilemas morais, categóricos e dolorosos. Acima de tudo, existe toda uma série de mitos que não apenas oculta a essência do problema mas, principalmente, impede qualquer ação positiva.

Em primeiro lugar, generalizou-se a crença de que "maior número de habitantes significa maior riqueza". Como ocorre com todos os sofismas, esta tese tem uma enganadora aparência de verossimilhança. Quando o nacionalismo propagou-se pelo Ocidente e quando muitos países da Ásia e da África obtiveram sua independência, instalou-se a idéia de que um rápido crescimento de população é símbolo de poderio nacional. Esse crescimento foi considerado como a base para uma instituição militar mais poderosa, para um mercado interno economicamente vantajoso, para uma fonte de mão-de-obra barata e, de forma geral, para uma situação política de prestígio dentro da comunidade das nações.

Entretanto, no mundo subdesenvolvido, quase todas essas suposições são falsas, já que o rápido crescimento demográfico tende a retardar seriamente o crescimento da renda *per capita*, e o país em desenvolvimento, bem cedo, descobre que o fenómeno da fertilidade exagerada dá lugar ao enfraquecimento, e não ao crescimento, de sua força econômica. O antecipado mercado interno converte-se numa massa de indigentes descontentes sem poder aquisitivo e com todo o desencantamento de consumidores em potencial, cujas esperanças não podem ser satisfeitas.

Nesses países, a "mão-de-obra barata", na verdade, não se revela assim. Um sólido crescimento econômico exige aperfeiçoamentos tecnológicos e estes, por

sua vez, necessitam de um nível de preparação mais elevado do que o que pode o governo administrar com seus escassos recursos. Ainda que os operários recebam salários inferiores aos que são pagos no exterior, sua eficiência e produtividade são tão baixas que, frequentemente, fazem com que os preços dos produtos não possam competir no mercado externo. A mão-de-obra "barata" acaba sendo excessivamente cara.

Poderio

O argumento de que o incremento da população permite o estabelecimento de uma instituição militar poderosa também não é convincente. Com o tempo, a expansão do poderio de uma nação conduzirá a uma correspondente expansão de seus vizinhos, e as modernas forças de defesa necessitam de uma proporção cada vez maior de soldados com um grau mínimo de instrução, ao invés de uma tropa maciça de ignorantes.

No que se refere ao prestígio político, as nações atingidas pela catástrofe de um crescimento demográfico descontrolado não gozam de posição destacada na família das nações. Pelo contrário, essa posição é diminuída à medida em que os planos de progresso, outrora otimistas, são desviados em direção a uma política de confrontação e extremismo.

Semelhante ao mito de que "maior número de habitantes significa maior riqueza", é a idéia de que os países com grandes extensões de terra desabita-

das não precisam preocupar-se com as taxas de natalidade já que possuem bastante espaço para a expansão.

Esse argumento é tão superficial quanto enganador. A verdade é que as terras inexploradas não podem por si mesmas, fornecer sustendo para uma taxa elevada de crescimento demográfico. Para poder abrigar um grande número de pessoas, essas terras necessitam de toda uma série de grandes inversões governamentais: estradas, moradias, serviços sanitários, desenvolvimento agrícola e industrial.

O argumento contrário é o que tem validade econômica. O necessário são os capitais para investimentos e não habitantes em grande quantidade. E, exatamente, essa grande quantidade de habitantes que faz com que se torne extremamente difícil a acumulação de capitais excedentes.

Mito

Por outro lado, jamais é levado em consideração o fato de que uma redução racional das taxas de fertilidade, numa nação em desenvolvimento, não implica, de forma alguma, na diminuição absoluta da população total. O objetivo seria o de se conseguir um equilíbrio mais satisfatório entre as taxas de natalidade e mortalidade. Como é certo que a taxa de mortalidade diminuirá, à medida em que tiver prosseguimento o avanço da medicina, não há razão para se temer que a população de um país decresça a um nível peri-

gosamente baixo, como consequência do planejamento familiar. Existe, exatamente o perigo oposto: de que, mesmo com o planejamento familiar se este não for aplicado de forma adequada, a população aumente e alcance níveis que anulem todos os esforços.

Um mito mais difundido, entretanto, é o de que, num país em desenvolvimento, os programas oficiais de planejamento familiar são absolutamente desnecessários, porque o próprio processo de desenvolvimento conduz, automaticamente, a menores taxas de natalidade, citando-se a experiência da Europa como prova.

Essa prova, entretanto, carece de valor, pela simples razão de que a teoria não é aplicável às condições atuais do mundo subdesenvolvido. Não existe comparação entre o que aconteceu no início da modernização da Europa e o que está acontecendo hoje no mundo em desenvolvimento.

Não se levando em conta a falta de lógica dessa idéia, que não vê que o incremento demográfico inibe o próprio desenvolvimento econômico, através do qual se espera conter o aumento da população existe o fato histórico de que as condições vigentes na Europa, durante a etapa inicial de seu desenvolvimento, eram bem mais favoráveis para a redução das taxas de natalidade. Essas taxas eram bastante inferiores às que tem hoje o mundo subdesenvolvido e as taxas de mortalidade não haviam decrescido tão drasticamente, e quando isso foi conseguido, gra-

ças às medidas de saúde pública, já se contava com a infraestrutura industrial.

Além disso, na Europa do século XIX, ao contrário do que acontece hoje nos países em desenvolvimento, contraía-se matrimônio com mais idade, e o nível de analfabetismo, sempre um fator importante que afeta o crescimento demográfico, era consideravelmente mais baixo.

Apesar de todas essas vantagens, foram necessários uns 70 anos para que as taxas de natalidade ficassem reduzidas aos níveis que hoje conhecemos. A taxa média dos países em desenvolvimento é de 40 a 45 nascimentos para cada 1 000 habitantes e baixá-la ao nível de 17 a 20 por 1 000, comum na Europa contemporânea, exigiria uma diminuição de cerca de 50 milhões de nascimentos por ano. É absolutamente ingênuo supor-se que o progresso econômico, por si só, sem o apoio de um planejamento familiar bem organizado possa lograr esse objetivo num período satisfatório.

Na realidade, esses resultados, mesmo com planejamento familiar, não seriam alcançados em menos de duas ou três décadas. O que é factível e essencial é que o planejamento familiar seja implantado em escala tal que possa evitar a desintegração econômica e política total dos países, cujo progresso social se encontra seriamente limitado pelo excesso de nascimentos não desejados.

Nenhum governo pode conseguir convencer sua população da necessidade de um planejamento familiar, se os próprios pais não

o desejarem. Entretanto, a realidade quase universal é a de que os pais desejam esse planejamento em grau bem maior do que acreditam os dirigentes políticos.

É possível que as pessoas, principalmente as mais pobres ou de menor instrução, não compreendam as técnicas do planejamento familiar. Em sua maioria, têm apenas uma ligeira noção de biologia humana e, frequentemente, sentem-se tragicamente confundidas pelo conhecimento errôneo que têm sobre a matéria.

É absurdo pensar que os programas de planejamento familiar não passam de intrigas sinistras, coercitivas, para obrigar os pobres a fazerem algo que realmente não desejam. A elevada quantidade de abortos ilegais voluntários deveria ser suficiente para acabar com essa ficção.

Os pobres nem sempre sabem como limitar suas famílias com métodos menos drásticos e perigosos. Existem provas, porém, de que desejariam obter esses conhecimentos.

Temor e erro

Outro erro sério é o do temor de que o planejamento familiar no mundo em desenvolvimento conduziria inevitavelmente à debilitação da força moral da família, levaria os pais a limitar o número de seus filhos por razões essencialmente frívolas e egoístas e substituiria a responsabilidade de terem famílias numerosas pela oportunidade de adquirirem coisas não essenciais,

próprias de uma economia de consumo em crescimento.

Basta, porém, passar pelos bairros pobres de qualquer cidade grande do mundo em desenvolvimento para que essa idéia se desvaneça. O que realmente ameaça a fibra moral da vida em família são as condições degradantes de sobrevivência, que existem nos bairros cujas moradias são feitas de caixotes e tábuas. Crianças na rua em vez de nas escolas, que não existem. Homens derrotados — seu orgulho destruído — sem trabalho. Mães abatidas — muitas vezes solteiras — incapazes de vencer o esgotamento causado pelos embarços anuais. E tudo isso num ambiente de frustração, de miséria, de fome, de desesperança. Estas não são condições propícias para se promover a vida em família.

O planejamento familiar não tem o objetivo de destruir a família, mas sim o de salvá-la.

Todos nós aceitamos o princípio de que numa sociedade livre, são os pais que em última análise, têm o direito de determinar o tamanho de suas próprias famílias. Consideramos que a aplicação, pelo Estado, de medidas coercitivas para implantar uma política demográfica constitui uma invasão intolerável dos direitos da família. A melhor maneira de proteger esses direitos é através da instrução, no sentido de que as famílias possam tomar suas próprias decisões.

Na verdade, nascem milhões de crianças contra os desejos dos pais. Nesses casos, não houve uma decisão livre e racional de se ter um segundo filho. Se desejamos que o direito de uma decisão continue nas mãos da família — à qual pertence sem a menor dúvida — devemos proporcionar-lhe os conhecimentos e assistência de que necessita para o exercício desse direito.

DE SCRIPTA

INTEGRAÇÃO DO ESPAÇO AÉREO

O BRASIL POSSUI MAIS DE MIL AERÓDROMOS E 74 HIDRO-AERÓDROMOS

O espaço aéreo integra, hoje em dia, o complexo geopolítico dos transportes, em todos os aspectos das atividades políticas e econômicas

Papel Fundamental — Com o advento da dirigibilidade do mais pesado que o ar e das máquinas voadoras, o transporte aéreo vem tendo papel cada vez mais importante nos sistemas viários dos países que, como o Brasil, dispõe de grande território e pequena densidade populacional. O tráfego internacional, por outro lado, se reflete de forma crescente na economia nacional. Assim, a aviação, cujo incremento tem sido em grande parte consequência das táticas usadas nos conflitos armados, ocupa, atualmente, posição indiscutível na problemática dos transportes.

REDE PRINCIPAL DE AEROPORTOS

Valdecães	(PA)	Salgado Filho	(RS)
Pampulha	(MG)	Guararapes	(PE)
Brasília	(DF)	Galeão	(GB)
Viracopos	(SP)	Santos Dumont	(GB)
Base Aérea	(MT)	Tirirical	(MA)
Afonso Pena	(PR)	Congonhas	(SP)
Cataratas	(PR)	Goiabeira	(ES)
Ponta Pelada	(AM)	Pinto Martins	(CE)
Augusto Severo	(RN)	Hercílio Luz	(SC)
2 de Julho	(BA)	Santa Genoveva	(GO)

Competência — A Aviação Militar e, posteriormente, a FAB, foi e ainda é, entre nós, o elemento pioneiro e propulsor que deu corpo a todo o sistema de transportes aéreos que atende as necessidades nacionais. Na organização político-administrativa brasileira compete ao Ministério da Aeronáutica a instalação, operação e exploração dos aeroportos que servem ao sistema nacional de transportes aéreos. Também são da sua alçada a supervisão e controle, da utilização do espaço aéreo, em todo o Brasil.

DISTRIBUIÇÃO DOS AERÓDROMOS PELOS ESTADOS

Amazonas	20	Pernambuco	23	São Paulo	219	Acre	7
Pará	34	Alagoas	4	Paraná	71	Rondônia	11
Maranhão	31	Sergipe	1	Sta. Catarina	27	Roraima	5
Piauí	18	Bahia	65	R. G. do Sul	79	Amapá	6
Ceará	24	Esp. Santo	10	Minas Gerais	175	F. Noronha	1
R. G. Norte	11	Estado Rio	26	Goiás	98	Brasília	1
Paraíba	10	Guanabara	6	Mato Grosso	127		

Aeroportos — A rede doméstica de aeroportos cobre plenamente as exigências atuais de ordens sócio-econômicas e militares e as condições de segurança de voo e manutenção do material; permitem uma operacionalidade compatível com o equipamento em uso. O amplo sistema de aeródromos e hidroaeródromos comporta um grande número de aeroportos em condições satisfatórias de atendimento de transportes e de passageiros e carga. Espalhados pelo território nacional, homologados e fiscalizados pela Diretoria de Aeronáutica Civil — DAC —, existem 1.100 aeródromos e 74 hidroaeródromos, esses últimos situados na Bacia Amazônica. Desses, apenas 317 não possuem possibilidades de operar em emergência com aviões tipo C-47, cujas características ainda não são as que melhor atendem o "hinterland" brasileiro. Essa a infra-estrutura do transporte aéreo nacional, não incluídos um grande número de campos de pouso particulares, não homologados pelo DAC.

MOVIMENTO DE CARGAS E PASSAGEIROS NOS 15 AEROPORTOS DE MAIOR MOVIMENTO EM 1963

AEROPORTOS	AERONAVES		PASSAGEIROS		CARGA TON.	
	Pous.	Decol.	Desemb.	Emb.	Desc.	Carg.
Congonhas (SP)	21.617	21.618	623.863	651.927	5600,18	7807,82
Santos Dumont (GB)	16.158	16.321	546.196	551.036	3132,35	5514,14
Galeão (GB)	11.512	11.524	378.252	373.318	4049,38	4404,01
Brasília (DF)	6.069	6.089	133.985	121.591	1194,17	681,69
Guararapes (PE)	6.025	6.050	129.164	131.974	2123,09	1562,84
2 de Julho (BA)	5.649	5.663	101.509	102.939	1392,01	518,32
Valdeões (PA)	5.008	5.033	110.822	112.004	1971,80	2144,04
Pampulha (MG)	4.787	4.787	109.839	108.222	680,84	349,92
Pinto Martins (CE)	4.047	4.069	72.308	77.077	1014,05	984,91
Salgado Filho (RS)	4.045	4.045	103.531	104.695	1953,74	2124,80
Viracopos (SP)	3.743	3.741	61.715	54.212	2985,51	1472,96
Tirirical (MA)	2.934	2.952	44.600	46.317	745,66	261,88
Afonso Pena (PR)	2.930	2.931	45.881	45.914	466,17	154,20
Ponta Pelada (AM)	2.932	2.905	69.508	70.478	1729,88	728,33
Sta. Genoveva (GO)	2.480	2.491	24.801	24.890	411,16	239,31

Segurança — A FAB mantém um complexo de telecomunicações colocando ao alcance das autoridades e dos usuários os efeitos indispensáveis dos Auxílios-Rádios, Sistema de Aerovias, Áreas de Contrôlo, Regiões de Informações de Voo, Estações Radiotelegráficas, Estações Difusoras e outros necessários à segurança do voo. Um amplo serviço de meteorologia dá a conhecer as condições do tempo em todo o território nacional,

ajudando, assim, o planejamento e controle dos planos de voo. O transporte aéreo conta ainda com o estudo e traçado de aerovias que disciplinam os percursos e as altitudes, e garantem a adequada utilização do espaço aéreo *em condições de segurança e economia*. O Serviço de Busca e Salvamento e o mapeamento do território brasileiro completam a integração dos transportes aéreos em nosso sistema viário.

Rendimento — O transporte de passageiros representa a maior expressão sócio-econômica do sistema. A versatilidade dos meios a empregar, *facilitando o máximo aproveitamento da capacidade empregada, e a rapidez*, são características que compensam os custos elevados dos serviços aéreos. No transporte de cargas nobres para grandes distâncias, onde a urgência possa ter influência decisiva, o transporte aéreo é, fora de qualquer dúvida, a melhor solução. No Brasil, a densidade das linhas comerciais e a capacidade de transporte oferecida *proporcionam um volume apreciável de meios mobilizáveis para o atendimento da demanda presente*, podendo-se dizer, por isso, que a implantação de todo esse sistema representa a terceira dimensão no Plano Integrado de Transportes.

Do "Jornal do Brasil"

O QUE É NACIONALISMO?

A Revolução Francesa em 1789 lançou as bases do nacionalismo ao pregar o culto à nação, a aspiração de nacionalidade una e indivisível e a idéia de um Estado fundamentado na concordância popular. Em sua primeira fase, o nacionalismo caracterizou-se por ser essencialmente liberal. Posteriormente, a partir de 1848, foi tomando um caráter de irracional, chauvinista, passando a fazer freqüentes apelos racistas.

Em *O Estado Democrático Moderno*, o cientista político A. D. Lindsay define o nacionalismo como "uma emoção coletiva que leva os homens à ação e ao entusiasmo pela existência de certas coisas em comum, (língua, tradição, futuro), marca de sua nacionalidade característica." Embora não tenham nascido em 1914 ou 1900, foi em nossa época que as doutrinas nacionalistas fizeram eclodir suas consequências. Como emoção de massa, o nacionalismo teve sempre em mente se opor a outra nacionalidade. Apelando para o irracionalismo do povo, o nacionalismo tende a ser antidemocrático, uma vez que elimina o debate e a crítica.

NAZISMO E FASCISMO

As manifestações extremas de nacionalismo conhecidas pelo século XX foram o nazismo (ou nacional-socialismo) e o fascismo. Com algumas diferenças as duas ideologias eram, nos seus pontos essenciais, semelhantes:

nacionalistas e coletivistas ("Nada pelo indivíduo, tudo pela Itália"), militaristas e expansionistas.

As raízes filosóficas do nazismo remontam ao século XVIII com Fichte, filósofo alemão. Este autor já pregava a união de todos os alemães e a supremacia de seu povo. Depois veio Gobineau (1853), identificando os arianos ou alemães como o povo eleito por Deus. Para Gobineau, a verdadeira civilização só poderia existir onde predominasse a raça ariana. Hegel inspirará os fascistas italianos.

O nazismo como o fascismo surgiram em países profundamente convulsionados, pretendendo ser o elemento de salvação nacional. A Alemanha, humilhada e arrasada pelo Tratado de Paz de 1918, Hitler apontou a possibilidade de vingança. Por seu lado, Mussolini, tentando abafar as contradições sócio-econômicas da Itália, que também se sentiu injustiçada com a Paz de Versalhes, iniciou uma campanha militarista e expansionista. O resultado, como não poderia deixar de ser, foi a guerra.

Hitler escolherá como *bode expiatório* os judeus — o mito da raça será invocado. O fascismo, usando Hegel, professará que o chefe é o intermediário entre a nação e a História — ele está destinado a fazer a História e só é responsável perante ela. O Estado é o criador do direito e da

moral, não há limites para sua autoridade. Dessa forma pensava Mussolini "salvar a nação" da ameaça bolchevique e do caos econômico.

Derrotados como sistema político em 45, o nazismo e o fascismo não morreram como ideologia. Atualmente, há um partido neonazista na Alemanha — Partido Nacional da Alemanha (NPD) — que apresentou inclusive um candidato nas eleições da semana passada. Na Itália, como em outras partes do mundo, encontramos grupos e facções — declarados ou não — facistas, freqüentemente com razoável peso político nas decisões nacionais.

UM NOVO NACIONALISMO

A tentativa de afirmação política de certos países desenvolvidos europeus é uma das formas de nacionalismo adotadas em nossa época. É o caso da França (principalmente até a queda de De Gaulle) tentando se afirmar diante das grandes potências através de uma política externa independente (afastando-se inclusive da OTAN).

Em nível mais amplo, aparece o nacionalismo continental europeu: o Mercado Comum Europeu, onde, uma vez mais, a França barra a entrada da Inglaterra temendo, devido às estreitas relações anglo-americanas, a intromissão dos EUA na Europa.

Na área socialista, contrariamente a doutrina marxista do internacionalismo proletário, alguns países começam a se revoltar

contra a supremacia soviética. Primeiro a Iugoslávia, depois a China (chegando à beira do rompimento), a Albânia, a Tcheco-Eslováquia e mais recentemente a Romênia. Movimentos de caráter nitidamente nacionalistas registram-se atualmente nesses países, como bem demonstram as manifestações anti-soviéticas dos tchecos após a invasão russa, e a visita do Presidente Nixon a Bucareste, que foi, antes de mais nada, uma tentativa de afirmação da Romênia como nação independente.

EM BUSCA DA INDEPENDÊNCIA

"Os latino-americanos devem aprender a andar sôzinhos", afirmou certa vez o Presidente peruano Juan Velasco Alvarado. "Estão-se colocando as bases do nacionalismo latino-americano. As riquezas vêm sendo recuperadas: um conjunto de órgãos representativos de toda a América Latina trabalha e se entrelaça e assim se vai criando um sistema latino-americano", declarou esta semana na Assembléia das Nações Unidas o Ministro das Relações Exteriores chileno, Gabriel Valdés.

Os países subdesenvolvidos, em seu afã de se desenvolver, começam a procurar no nacionalismo econômico — e conseqüentemente político — o caminho para sair da estagnação e dependência. Este vem sendo o princípio adotado pelo Governo peruano (estatização do petróleo, etc.), chileno (nacionalização do cobre) e, ao que se anuncia, pela Bolívia.

Do "Jornal do Comércio"

INFORMAÇÃO E PROGRESSO

Ainda não sabemos, em pormenor, quais serão os projetos que a equipe do Presidente Garrastazu Medici irá estabelecer para a aceleração do nosso desenvolvimento, em ritmo condizente com a era tecnológica.

A pasta do Planejamento, que também é a da coordenação de esforços na esfera federal, está entregue a um jovem economista, a que não faltam qualidades de energia, entusiasmo e, principalmente, de preparo. O senhor João Paulo dos Reis Velloso foi um dos alunos mais brilhantes do curso de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, um dos poucos, no País, que poderá comparar-se e até mesmo superar sob certos aspectos os das grandes escolas européias ou norte-americanas.

Mas não bastarão entusiasmo e conhecimento para resolver alguns problemas básicos, que estão a exigir solução urgente. Um deles é o da pesquisa, tão abandonada entre nós, por ser até certo ponto avessa ao temperamento nacional, mais dado às instituições e às formas brilhantes. Não se poderá discutir a importância da ciência e da tecnologia nos processos de desenvolvimento. Mas aqui caberá uma observação que nem sempre ocorre aos nossos homens públicos e aos responsáveis pelos setores fundamentais da estrutura industrial e econômica. No fundo a pesquisa

não é mais que a interrogação da natureza, a tentativa de descobrir os melos e os modos por que se hão de combinar os elementos físicos do planeta e a inteligência humana para a obtenção de novas fontes de energia o resto não será mais que a combinação desses dois elementos básicos pelo engenho dos especialistas.

Poder-se-á dividir a pesquisa em três grandes campos: a pesquisa básica, a pesquisa tecnológica e a pesquisa do desenvolvimento. Como disse recentemente o senhor Hélio Beltrão em palestra no Instituto Roberto Simonsen, a "gestão da produção de conhecimentos constitui em si mesma uma nova ciência". Preferíamos dizer que constitui uma nova técnica, que precisamos desenvolver a fundo, e rapidamente, sob pena de fracassarem todos os nossos planos e todos os nossos projetos, por mais bem feitos que sejam.

Uma das coisas que o novo Ministro do Planejamento terá a considerar é a necessidade de acelerar a pesquisa tecnológica e a pesquisa para o desenvolvimento, entendendo-se por pesquisa para o desenvolvimento não apenas a que se faça no campo da Física, da Química, da Agronomia, da Biologia, da Medicina, enfim, no domínio das ciências exatas ou das ciências da natureza, mas também a que se torna urgente, no cam-

po das ciências humanas e, em especial, no da Educação e no da Informação. Sem um plano muito bem feito para o ensino em todos os graus, e um plano heróico que possa acelerar o processo de modo a compensar o tempo precioso que já perdemos em bizantinismos, em um Ministério que sempre primou pelas discussões teóricas, como o da Educação, nada valerão os progressos aparentes em setores mais visíveis do progresso. Teremos barcos sem tripulantes e fábricas sem dirigentes.

Não é nenhum segredo que as grandes empresas no Brasil são em sua maioria de capital estrangeiro. E muitas organizações nacionais estarão, de um modo ou de outro, vinculadas a grandes consórcios europeus ou norte-americanos, ou até mesmo na condição de subsidiárias. Levar isso em conta é da maior importância para um plano de pesquisas adequado às características nacionais. De nenhuma forma poderíamos competir, em pesquisa básica, com as gigantescas organizações de âmbito mundial, cujo orçamento de pesquisa é por vezes superior aos orçamentos dos maiores Estados do Brasil. Tentar alguma coisa nesse setor seria gastar inútilmente esforço e cair de modo fatal em desdobramentos e repetições, em escala menor. E aqui surge um outro aspecto, que tem sido negligenciado de modo incrível: o da presença da informação, como instrumento capaz de acelerar o desenvolvimento. Uma das preocupações das grandes nações industriais é o estabelecimento de Centros de Informação cujo papel é

colocar à disposição dos estudiosos, dos pesquisadores e sobretudo dos responsáveis pelos setores básicos de um país, o que se está fazendo no mundo em matéria de invenções e de progresso tecnológico. Um exemplo típico de centro especializado é o da Battelle Foundation, em Ohio, que pode responder, quase que instantaneamente a qualquer pergunta que se faça sobre o andamento das pesquisas em alguns campos fundamentais para os Estados Unidos, como física nuclear, eletrônica, mísseis, química ou tecnologia industrial.

No Centro de Informações Científicas criado pelo governo japonês trabalham mais de trezentos especialistas em Informação, em tempo integral e mais de três mil técnicos, engenheiros e cientistas, em tempo parcial.

Urge tenhamos no Brasil um Centro de Informações que possa dizer ao Governo e ao empresário o que já está feito, o que se aplica em um determinado caso e, principalmente, que possa dizer o que deva ser feito em cada setor específico, em matéria de documentação. Um dos nossos maiores defeitos é rezar pela cartilha alheia e buscar nos modelos de fora a solução para problemas que são muito diferentes, ao sol dos trópicos. A começar pelas normas legais, que não raro tecnicamente perfeitas refletem tendências e soluções de países de menor dimensão e maior uniformidade nos estratos econômicos e sociais. O Ministério da Coordenação e do Planejamento seria o órgão mais indicado para encetar essa tarefa e o senhor João Paulo dos Reis Velloso o ho-

mem capaz de estabelecer uma rede para coordenar e disciplinar os muitos institutos e organizações que cuidam do levantamento, do processamento e, principalmente, da recuperação da Informação em tempo exato e lugar adequado, entre os quais será de justiça destacar o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, ligado ao Conselho Nacional de Pesquisas, que tantos e tão bons serviços já tem

prestado no campo da documentação científica.

É preciso que os entusiasmados membros da equipe do General Garrastazu Médici, que demonstram tamanho empenho e vontade de resolver os nossos problemas, não se esqueçam de que a educação e a informação, mais talvez do que máquinas e dinheiro são a base fundamental do desenvolvimento.

DE SCRIPTA

DELEGAÇÃO DE AUTORIDADE

○ **acôrdo entre os homens não é suficiente na prática da delegação**

Disse o professor de Administração Pública da Faculdade George Washington, David S. Brown, que *"hoje em dia ninguém briga com a idéia de delegação de autoridade. Mas a dificuldade de delegação é semelhante à de tentar pôr uma fita num gato, quando a teoria é aplicada"*.

O *Fracasso* — A delegação de autoridade é uma das coisas mais complicadas e menos entendidas das técnicas de administração. Fica perdida na semântica e entre os vários níveis de indivíduos na organização. O acôrdo entre os homens é pouco no significado da prática da delegação. *Pode ser comparado entre o leão e o carneiro na definição da liberdade*. A falta de acôrdo entre superiores e subordinados nas diversas espécies de delegações; a falta de confiança do superior em si mesmo e em seus subordinados; o medo de que os subordinados possam ser melhores que seus superiores; a idéia de que tudo está bem; a falta de conhecimento da capacidade individual de quem receberá a delegação e outros fa-

tôres resultam no fracasso de uma delegação.

A *Eficiência* — Para a delegação funcionar é preciso que quem delega sinta uma grande dose de segurança pessoal, a fim de não temer a competição dos subordinados ou se preocupar demais em caso de erros devidos a riscos tomados, bem como se torna necessária a existência de fé e confiança mútua entre os indivíduos que marquem as boas relações entre os superiores e subordinados, criando um clima favorável para o sucesso da delegação. É preciso compreender que quem delega não abandona os seus direitos e responsabilidades, pois a delegação não é um sistema para evitar as responsabilidades, mas sim para aumentar o seu significado. Uma delegação só deve ser conferida a quem esteja em condições de exercer tarefas para as quais está qualificado ou possui afinidades, para ser executada com agrado e perfeição. Então teremos uma delegação eficiente, sempre orientada por um desejo forte de realizar mais.

Relação dos assinantes que pagaram 1969

Cel Aldo Lins Marinho
Ten Cel Hilton da Silva Laranjeiras
Ten Cel Jorge Teixeira de Oliveira
Maj Alacyr Alves Ferreira
Maj Fernando Helio Bayma
Maj Hamilton Dantas Manchetto
Maj Aderbal de Agambuga Falcão
Maj Curt Ernesto Dutzold
Maj Welmar Feitosa Caldas
Maj Joanor Servulo da Cunha
Maj Rodolfo Petena
Cap Rubião Gomes Torres
Cap José Alcino Bertin Sanches
Cap Jayme Rodrigues dos Anjos
Cap Nelson de Castro Rocha
Cap Delermendo Carlos Soares Alber
Cap Ademar Lopes Pessoa

Cap Lucrecio Guimarães e Silva
Cap Newton Elmor Padão
Cap Edson Luiz Proa
Cap Fernando A. Paulo Feitosa
Ten Ronaldo Roberto Rodrigues
Ten Sergio Correia Lima Sobrinho
Ten Leo Ivair Flores
Ten Frederico O. Correia dos Santos
Sub Ten Joaquim da Silva Pereira
Sgt Hildo Vargas de Freitas
Sgt Nelson Bomfim
Sgt Neto Mariano da Silva
Sgt Luiz Teixeira Sobrinho
Sgt Aparecido Rodrigues de Souza
CMG Roberto Paula Pimpoe
Cb Almir Serpa
Sd Marco Jorge Barros

Relação dos assinantes que pagaram 1970

Dr. Afonso Carlos Agapito da Veiga
Cel Ademar Messias Aragão
Gen Antonio Hamilton Mourão
Gen Adailton Sampaio Pirassinunga
Gen Antonio do Amaral Bragança
Cap Antonio José Monteiro Pessoa
Ten Cel Antonio Santos Rocha
Sgt Alecio Gabriel de Oliveira
Gen Ary Silveira
Sgt Ademar Mello Nogueira
Cap Arthur Rocha dos Santos
Ten Ademir Bolfont
Ten Augusto Cezar R. de Almeida
Cap Antonio Aparicio Domingues
Ten Cel Antenor Canguçu T. de Almeida
Cap Aguinaldo Fagundes
Cap Arismar Dantas de Oliveira
Cel Aroldo de Medeiros Fagundes
Cap Antonio Carlos Zamith
Ten Altino Mourão Petiz
Cel Alvaro Soares de Araujo
Sgt Alvestigius Ramos de Oliveira
Cel Alexandre Ney de Oliveira Lima Telles
Mar Altair Franco Ferreira
Ten Arthur Cirque Maranhão Costa
Cap Arlene Cardoso Amorim
Cap Adahyl Ayres de Araujo

Ten Cel Aluisio de Uzeda
Maj Albano Guilherme da Silva
Maj Asdrubal de Azambuja Falcão
Ten Cel Alcir Frederico Werner
Cel Aldo Lins Marinho
Cap Antonio Machado de Paiva
Cap Ariglido da Silva Amaral
Cap Alfredo Jacob Franço
Ten Cel Alvaro Galvão Pereira
Ten Alberico Vieira Lima Filho
Cb Adolfo Caliston Anastacio
Cb Adir Sales Costa
Sgt Arli Castilho
Cb Azizo Antonio Coelho
Maj Aluisio Benedito Castanheira de Sousa
Ten Ary Carvalho Pinto
Cb Arnaldo Cardia Junior
Ten Cel Alberto de Leo
Sgt Alvino de Oliveira Machado
Cap Alcino Cardoso do Vale
Ten Akira Shizun
Gen Antonio Bandeira
Maj Ari Cavallieri Braadão
Maj Ayton Leoncio Bragança T. de Bitencourt
Maj Adailton Santana
Prof. Antonio Bernardi Bacacini
Ten Anacleto Pinto Junior

Cap Antonio Maria Claret da Silva
 Cel Ayrton Capella
 Ten Aldemir Soares de Alencar
 Sgt Angelo Duarte Neto
 Sgt Aristides Milton Ribeiro
 Cap Aloysio Raimundo de Medeiros
 Ten Antonio Almeida Durgante
 Cap Antonio Pimentel
 Cap Arnaldo Antonio Rizzo Soares
 Cap Agnaldo Del Nero Augusto
 Sgt Adão do Nascimento Sousa
 Ten Airton Velpato
 Sgt Alisio Pereira de Carvalho
 Avelino Epaminondas Brasil
 Sgt Adão Ari dos Santos
 Sgt Adão Olicio de Carvalho
 Sgt Antonio Alexandre Neto
 Sgt Antonio Cristiano Cardoso
 Cap Aercio Pereira Ribeiro
 Cap Antonio Sergiop Parso Briger
 Cap Ary Santana Coutinho
 Maj Alacyr Alves Ferreira
 Cap Alcir da Conceição Marinho
 Sgt Antonio Wexel
 Sgt Ary Portela Lopes
 Ten Cel Antonio José de Lima Camara
 Cap Antonio Carlos Andrezza Costa
 Cel Antonio Pereira de Melo
 Cap Ademar Lopes Pessoa
 Sgt Alexandre Kusdra
 Maj Armando Gonçalves
 Ten Cel Adonis F. de Guimarães

Santos

Ten Benevides Moreira de Siqueira
 Biblioteca da 5.ª Companhia Leve de

Manutenção

2.ª Btl Rodoviário
 12.ª Btl Eng Comb
 Cel Brasil Ramos Calado Filho
 Cb Benedito Vicente
 Ten Basilio Chandoha
 Sgt Benedito Celso Medeiros Pereira
 Sgt Benedito Marcelino
 Gen Carlos de Mello Matos
 CMG Cliton Cavalcante de Queiroz
 Barros
 Sr. Carlos Ramos Villares
 Cel Celso dos Santos Meyer
 Cap Cezar Busoli
 Sgt Carlilles Tatagiba de Azevedo
 Ten Cristovão Moraes Rodrigues
 Dr. Carlos Alberto Bandeira de Araujo
 Ten Celso dos Santos Lima
 Chefe do Gab Militar da Presidência
 Conselho de Segurança Nacional
 Sgt Claudionor dos Santos Corrêa
 Cap Celso Ignacio Street

Cap Carlos Leite Pereira Ibiapina
 Ten Cel Carlos A. P. R. Xavier
 Prof.ª Clea Gonçalves Duarte
 Cap Carlos Renan Cid do Nascimento
 Sgt Celso Dircksen
 Cel Candido Bretas Filho
 Maj Carlos Quaggio
 Ten Constantino Santoro
 Sgt Celso Santana de Liz
 Cypriano Ferreira Cezar
 Sgt Celeste de Oliveira
 Ten Cel Chiderico Fernandes de
 Carvalho
 Ten Candido Fonseca da Silva
 Ten Carlos Alberto Almeida Alcântara
 Ten Cel Claudio Bicalho Pimtombo
 Ten Celio Guimarães Remígio de
 Oliveira

Sd Celso Butsge
 Ten Carlos Jardim Boscoff
 Sgt Oidionor Costa Menna Barreto
 Ten Carlos José do Canto Barrol
 Ten Cel Celso Conceição Lima
 Ten Cel Ceraruh Gomes Pereira
 13.ª Cia de Comunicações
 Ten Cel Cezar Marques da Rocha
 Gen Darcy Alvares Noli
 Sgt David Nunes Vieira
 Sgt Dario Neer Pereira
 Cap Dinamar Mossri
 Maj Daniel Lomando Andrade
 Gen Darcy Lazaro
 Ten Cel Decio Barbosa Machado
 Maj Devanir Montiel da Costa
 Sgt Darcyr Silva
 Dir Geral de Pesquisas e Provas
 Ten Cel Denny Eiras Batista
 Cap Ditto Parente
 Daniel Felix Ribeiro
 Maj Dickens Ferraz
 Depósito Regional de Mat de MM/
 7.ª R M
 Maj Dello Mascarenhas de Oliveira
 Maj Dirney Soares Barbosa
 Sd Dario Antonelli
 Cap Dercio Penafirme Teixeira
 Sgt Darcil Kanitz
 Sgt Evanyr Constantino Stallevere
 Ten Enio Fureza Fagundes
 Cap Edson Ferraceli
 Ten Cel Everaldo de Oliveira Reis
 Cap Ernesto Werneck da Silva Filho
 Cap Edson Aires de Sousa
 Cap Enzo Martins Peri
 Ten Eli Sotero Coelho
 Sgt Erasmo Dutra
 Cel Edmundo Pereira dos Passos

Sgt Eloisio Ferreira da Silva
 Cap Euripedes Mineiro de Melo
 Ten Ernesto Ravanelli
 Ten Elias de Almeida Neiva
 Cap Edson Luiz Flora
 Sgt Elio Caetano Santiago
 Ten Euclides de Sousa
 Maj Evandro Souto Maior
 Cel Edgardo Sarmento e Silva
 Embaixada Americana 4 Assinaturas
 Cel Francisco Janone Neto
 Ten Cel Fabio de Moura e Silva Lins
 Maj Fernando Porrez Ferreira
 Maj Francisco Pinheiro Diogenes
 Maj Filadelfo Reis Damasceno
 Cb Faustino Ramos Colina de Almeida
 Sgt Florival José do Nascimento
 Maj Flodoaldo Nunes Ferreira
 Cel Flávio Edmundo Gomes de Oliveira
 Mar Fernando do Nascimento Fernandes Távora
 Gen Frederico Rondon
 Cel Francisco Ruas Santos
 Gen Felicissimo de Azevedo Aveline
 Maj Francisco de Assis Castiliano de Lucena
 Ten Frederico Otavio Carneiro Santos
 Sgt Francisco Carlos Müller
 Cap Fernando de Paula Freitas
 Maj Fernando Helio Guimarães Bayma
 Ten Francisco de Sales Moura
 Ten Flavio Cezar Terra Faria
 Ten Francisco Jander de Oliveira
 Cel Geraldo de Queiroz Almeida
 Sgt Glênio Oliveira Pons
 Sgt Geraldo Meireles de Oliveira
 Sgt Gervasio José Macedo de Azevedo
 Maj Geraldo Izaias de Macedo
 Ten Gilberto Hugo Teixeira
 Gen Gentil Marcondes Filho
 Gen Golbery de Couto e Silva
 Cap Gelio Augusto Barbosa Fregapali
 Cap Gilberto Serra
 Cel Geraldo Knaack de Souza
 Grupamento Logística (Es 12.º RC)
 Ten Gastão Paulo Monthe da Silva Tavares
 Ten Gilberto Zanolla
 Maj Geraldo Hummel Guimarães
 Cap Gilberto C. de Souza Moreira
 Cel Gabriel D'Annunzio Agostini
 Sgt Gilmar Jesus Goulart
 Cap Geraldo Lisboa de Lima
 Ten Cel Helio Augusto Canoglia
 Sgt Haroldo Raimundo Corrêa
 Maj Helio Malta

Maj Hugo de Castro Eisenlohr
 Cap Helio Fernandes de Almeida
 Cel Helios Alberto Moore
 Maj Hamilton Dantas Minchetti
 Cb Hilton Fonseca Batista
 Ten Cel Heitor da Cunha Teles de Mendonça
 Ten Cel Hilton da Silva Laranjeiras
 Ten Cel Helber Penha Valle
 Ten Horacio Tertuliano dos Santos
 Sgt Humberto Lopes Camargo
 Gen Humberto de Souza Melo
 Cel Helio da Cunha Teles de Mendonça
 Sgt Hiroshi Morishigue
 Sgt Helio Alves Tives
 Sgt Hilario Nein de Loreto
 Maj Ivo de Albuquerque
 Cel Ibsen Polibio Freire
 Cb Ireno Pereira de Oliveira
 Cap Ivan Gomes Cancello
 Instituto dos Docentes Militares (Sec do Ceará)
 Cap Ivo de Goes Peixoto
 Prof.ª Iracema Meireles
 Maj Ivany Henrique da Silva
 Sgt Ilceu Xavier de Líz
 Sgt Ivaldo José da Cora Fonseca
 Cel Ivan De Souza Mendes
 Cap Inaldo dos Santos Pinheiro
 Cb Irineu Bareta
 Cap C João Metella de Matos
 Cap José de Souza Correa
 Mar João de Segadas Viana
 Cel José Luchsinger Bulcão
 Jacé Industria e Comércio S/A
 Cel João Borges dos Santos
 Maj José Guilherme da Silva
 Ten Julio Baição da Silva
 Ten José Eduardo Rezende Bastos
 Ten José Rigatti Bassan
 Sgt José Guedes Palma
 Sgt Joel Tolotte de Freitas
 Sgt José Marques Teixeira
 Sgt João Batista Bezerra
 Gen João Bina Machado
 Ten Cel José Olavo de Castro
 Ten Cel Jaime Hermano Macedo Soares
 Cel José Manuel Lutz da Cunha Menezes
 Ten Cel Jonas Correa Neto
 Eng José Augusto Mac Dowell Leite de Castro
 Sgt Julio de Arrais Feitosa Neto
 Cap João Amancio de Queiroz Neto
 Cel José Aurelio Saraiva Camara
 Ten Cel Joel Peres de Vasconcelos
 Maj José Venício de Azevedo

Cap José Maria de Souza Neves
 Sd João Gervasio Gonçalves Sanches
 Maj José Sampaio Maia
 Cap Jayme de França Dória
 Cap Jofre Miguel Rodrigues Camargo
 Sgt Juracides Gonçalves de Mattos
 Gen Jofre Alberto Amendola Fonseca
 Ten João Maria de Medeiros
 Cel Joaquim Abreu Fonseca
 Cap Jefferson de Oliveira Mattos
 Maj Julio Cezar do Paço Matoso Maia
 Gen João Gahyva
 Maj Jair Alves Gomes Barroso
 Cel Joaquim Augusto Montenegro
 Sgt João Heraldo Tschorcke Barbosa
 Sgt João Ozorio Retamal
 Ten Jaime Conceição
 Ten Jaime Pedroso
 Cap João Batista Ferreira Dornelles
 Ten Joaquim Braga
 Cap José Ananias Filho
 Ten José Barbosa
 Sgt José Carlos Carvalho
 Ten José Gregorio dos Santos
 Sgt João Batista de Souza
 Cap Jorge Hathuly
 Sgt Jonas Melo Lehmkuhl
 Cel José Sá Martins
 Cap Jarbas Marcedo Haag
 Cap João Alberto Carvalho
 Maj Joanor Servulo da Cunha
 Cap Jorge Rocha
 Cap Jayme Rodrigues dos Santos
 Cap José Luiz Junqueira Alvarenga
 Ten José Messias de Brito Filho
 Sgt João Adolfo Furrer
 Sgt João Soares Machado
 Sgt José Carlos Genro
 José Nunes Vanti
 Ten Cel José Luiz de Melo Campos
 Cap José Luiz Junqueira Alvarenga
 Ten José Messias de Brito Filho
 Maj João Edie Kraemer
 Cel Julio de Padua Guimarães
 Sgt José Gomes de Aquino Filho
 Cap Jaime Ribeiro
 Maj Jorge Silveira
 Maj Jurandyr Caripuna Maues
 Ten Cel João Fonseca Sousa Leal
 Ten Cel João da Cruz Payão
 Ten Cel João de Sousa Carvalho
 Cap João Maia Araujo
 Cb José Domingos Zuliani
 Cb Jurahir Santos
 Sgt José Heron Andrade
 Ten Jorge Fernando Crossetti
 Sgt Jânder dos Reis Barbadas

Ten Jamil do Carmo Rodrigues
 Sgt João Batista da Mota
 Maj José Bezerra Leite
 ECM José Octavio Knaack de Sousa
 Sr. José Vicente de Souza
 Ten Cel João Guedes Correia Gondim
 Maj Luiz Fernando Faria Sodré de Castro
 Cap Lio Pinto Pereira
 Ten Luiz Fernando Albergaria Kneip
 Maj Luiz Felipe Garcia Salvaget
 Livraria J. Leite Ltda
 Ten Luiz O. Lopes Cabral
 Cel Lauro Paraense de Farias
 Cap Luiz Roberto Prudêncio
 Maj Lino Antonio Alves
 Ten Cel Lelio de Castro Ciliro
 Ten Luiz Carlos Teixeira
 Cb Luiz José Valiate
 Sgt Luiz José Pinto
 Ten Leo Ivair Flores
 Cap Luiz José de Oliveira Cardoso
 Sgt Luiz Keichim Kiatake
 Maj Luiz Carlos Borges da Costa
 Prof. Luiz Grecco
 Maj Luiz Carlos Cochlar
 Cap Luiz Marques Tavares
 Maj Luiz Antonio do Prado Ribeiro
 Cap Lanter Lehar de F. Vieira
 Sgt Lodovico Severo de Sousa
 Cb Lucilio Costa Silva
 Cap Luiz Alencar de Araujo
 Cap Luiz Gonzaga Filho
 Cap Luiz Marques Tavares
 Cel Murilo Rodrigues de Souza
 Ten Cel Manuel Cavalheiro Maia Gomes
 Ten Marcos Carlos Ferretti
 Ten Cel Mario José Sotero de Menezes
 Matroa Soares Pereira
 Milton Pedro de Carvalho
 Ten Marco Antonio Silva Moreira
 Ten Cel Wilson Molinaro
 Ten Mario Emilio Paiva Michel
 Sgt Mario Kunhas
 Gen Manuel José Corrêa de Lucena
 Cap Marco Antonio Savio Costa
 Sr. Murilo Maranhão Gallez
 Civil Maria de Lurdes P. Moreira
 Ten Mario Pacheco
 Ten Moacyr Lins Pereira
 Sgt Manuel Bento Ferreira
 Sgt Melchior Zanatta
 Cap Murilo Xisto Pizzato
 Cap Manuel Valder de Carvalho Lima
 Ten Manuel J. de Araujo Goes
 Cap Miguel C. Tatton F. Oliveira
 Maj Marcilio Farins Braga

Ten Marco Polo Ciryaco
 Sgt Milton de Moura Malheiros
 Gen Moacyr Barcelos Potiguara
 Cb Maurício Oesterreich
 Sgt Manfredo Unterberger
 Ten Marco Antonio Longo
 Ten Marius Luiz Carvalho Teixeira Neto
 Sgt Milton Luiz Schuck
 Ten Nelson Grahl
 Cel Nelson Souto Jorge
 Cel Nilton Freixinho
 Ten Nilton P. Flores
 Cap Neljanir da Silva Guimarães
 Cap Nildon Pinheiro de Novaes
 Gen Nelson Mesquita de Miranda
 Sgt Nobreto Kober
 Ten Cel Ney Mozart Evangelista
 Ten Nilson da Costa
 Nono G Can 75 Ar
 Maj Ney de Castro e Silva Fassherber
 Sgt Noé Viloz Barallo
 Cap Nelson Dornelles da Silva
 Ten Cel Ney Vilela Pires de Aguiar
 Cb Nelson Tavares
 Sgt Natalino Duleba
 Sd Nicodemus Batista Barreto
 Cap Nelson Rocha
 Cel Omar Diogeno de Carvalho
 Sub Ten Ormino Barbosa da Costa
 Cel Osvaldo Muniz Oliva
 Ten Cel Osvaldo Sampaio
 Mar Oscar de Barros Falcão
 Sgt Osmyr Pisandi da Rocha
 Gen Obino Lacerda Alvares
 Ten Otello Renato Baroni
 Cap Omar Lima Dias
 Maj Osmar José de Barros Ribeiro
 Sub Ten Oswaldo Lopes dos Santos
 Ten Osmar Antonio Detânica
 Sgt Olmiro Dionel dos Santos
 Sgt Oscar Durval Faria S. Filho
 Ten Odemil de Castro e Silva Campos
 Cel Paulo Siqueira
 Cap Pedro Alexandrinho de Barros Duarte
 Cap Piero Ludovico Gobato
 Ten Cel Paulo Ayrton Araújo
 Oficial Paulo Basilio de Moura
 Ten Pedro Leandro Canto
 Cap Paulo Costa
 Cap Paulo Ariston de Benites
 Ten Cel Paulo C. Ferraz Junior
 Sgt Paulo Jarbas Brandão
 Sgt Pedro Moacyr Menezes de Avila
 Ten Paulo Rogerio de Gouveia Peixoto
 Sgt Pedro Rufino Alves
 Ten Paulo Afonso Costa Pereira

Cap Pery Silva Salazar
 Quartel General da ID/5
 Sgt Ricardo do Couto
 Sub Ten Raimundo Silvestre Monteiro Nunes
 Ten Roberto Augusto de Matos Duque Estrada
 Sgt Rubem Marcos Doeberth Pôrto
 Ten Cel Rubens Mario Caggiano Jobim
 Ten Ruy Carlos de Medeiros Ardovino Barbosa
 Sgt Renato Baumer
 Ten Renaldo Quintal Magiole
 Maj Roberto Nunes Mendes
 Regimento José de Abreu
 Maj Remy de Almeida Escalante
 Ten Roberto Tadeu Machado
 Maj Rodolfo Castein Castilho
 Cap Resende Guimarães
 Sra. Ricamar Perez de Brito Fernandes
 Maj Rodolfo Petaná
 Cap Rui Carvalho Machado
 Maj Rosaldo da Fonseca Rolins
 Cap Rui Caravello Machado
 Maj Rubens Del Nero
 Cap Roberto Silva Jobdt
 Cap Reginaldo Xavier Tavares
 Sgt Rau Antonio Alassia
 Cel Raul Mesquita
 Cap Roberto Silva Mascarenhas de Moraes
 Cel Rubens Guilherme de Almeida Filho
 Ten Raymundo Nonato Cerqueira Filho
 Cap Roberto Jenkins de Lemos
 Ten Raimundo Fernandes da Silva
 Cel Rubens Barra
 Ten Cel Sylvio Almeida
 Sgt Sebastião Alfredo dos Santos
 Sgt Seldon Silva da Cunha
 Cb Sandoval Ferreira da Silva
 Cb Sebastião Antunes Arruda
 Ten Sergio Corrêa Lima Sobrinho
 Sgt Silvio Palhano de Sousa
 Sgt Silvio da Silveira Dutra
 Sgt Sergio Manhargo Bittanzos
 Cel Silvio Christo Misco
 Cap Sergio Tiero
 Cap Sergio Brasil
 Sgt Selmar Sales Teixeira
 Ten Sergio Murilo de Almeida Cerqueira
 Ten Cel Sylvio Ferreira da Silva
 Ten Sergio Trovão
 Maj Thomaz Lourenço Taboada
 Gen Thorio Benedito de Sousa Lima
 Cap Thyro Otavio Miragaya Junior
 Gen Thomaz de Albuquerque Câmara

Cb Telmo Silva Duro
Ten Cel Telmo Cristo de Athayde
Bohrer
Ten Theodoro Arnaldo Malquevicz
Victor Zappi Capucci
Sgt Valdemir Aparecido Alberto da
Silva
Cb Vicente David
Sgt Valdir Leirias Sales
Dr. Valdir Hernandez Fernandes
Sgt Valdemar Prado Severo
Sgt Vergilio da Silva Martins
Gen Waldemiro Pimentel
Cap Willian Franklin Dore
Maj Walfredo Silva
Cap Wanderley Augusto Marques

Maj Wilson Machado
Maj Walter Albano Pressatti
Cap Waldemar da Moura Campello
Filho
Ten Wilson Peres Baladão
Cap Walter Paniz
Cap Waldomiro Felix Teixeira
Cap Walfredo Dantas de Oliveira e
Silva
Cap Walter Padilha Leão
Cap Waldemar Clós Tuiuti
Cap Zaly Barros de Araujo
Sgt Zeferino Oliveira Mendes
Sgt Zigomar Gonçalves dos Santos
Cb Zacarias Jorge da Silva

FOI TRANSFERIDO ?

NÃO DEIXE DE INFORMAR A DEFESA NACIONAL A FIM DE EVITAR ATRASO



"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, e cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumprio o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação de prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)

Preço deste exemplar

NCr\$ 1,00

5 Ge Ex
IMPRESA DO EXERCITO
Rio de Janeiro — 1970